



# Relatório de Avaliação

Plano Plurianual  
2008-2011

**AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO ESTRATÉGICA**

2 0 0 8  
2008

2009

2010

2011



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

# Relatório de Avaliação

**Plano Plurianual  
2008-2011**

**AVALIAÇÃO DA  
DIMENSÃO ESTRATÉGICA**

**EXERCÍCIO 2009  
ANO BASE 2008**

**Brasília  
2009**

## **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**

### **Secretário**

Afonso Oliveira de Almeida

### **Diretores**

Amarildo Baesso

Debora Nogueira Beserra

Denis Sant'Anna Barros

Ernesto Carrara Junior

Mauro Ceza Nogueira do Nascimento

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

## Vice-Presidência da República

José Alencar Gomes da Silva

## Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Dilma Rousseff

## Ministro de Estado da Justiça

Tarso Genro

## Ministro de Estado da Defesa

Nelson Jobim

## Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Luiz Nunes Amorim

## Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

## Ministro de Estado dos Transportes

Alfredo Pereira do Nascimento

## Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Reinhold Stephanes

## Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

## Ministro de Estado da Cultura

João Luiz Silva Ferreira

## Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

## Ministro de Estado da Previdência Social

José Barroso Pimentel

## Ministro de Estado da Saúde

José Gomes Temporão

## Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Miguel Jorge

## Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

## Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Bernardo Silva

## Ministro de Estado das Comunicações

Hélio Costa

## Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Sergio Machado Rezende

## Ministro de Estado do Meio Ambiente

Carlos Minc Baumfeld

**Ministro de Estado do Esporte**

Orlando Silva Junior

**Ministro de Estado do Turismo**

Luiz Barretto

**Ministro de Estado da Integração Nacional**

Geddel Vieira Lima

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário**

Guilherme Cassel

**Ministro de Estado das Cidades**

Márcio Fortes de Almeida

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Patrus Ananias

**Ministério da Pesca e Aquicultura**

Altemir Gregolin

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República**

Luiz Soares Dulci

**Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**

Jorge Armando Felix

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social**

Franklin Martins

**Advocacia-Geral da União**

José Antônio Dias Toffoli

**Ministro de Estado do Controle e da Transparência**

Jorge Hage Sobrinho

**Secretário Especial de Direitos Humanos**

Paulo de Tarso Vannuchi

**Secretária Especial de Políticas para as Mulheres**

Nilcéa Freire

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República**

José Múcio Monteiro Filho

**Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**

Edson Santos

**Ministro de Estado Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos**

Daniel Barcelos Vargas

**Secretário Especial de Portos**

Pedro Brito do Nascimento

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

# Relatório de Avaliação

**Plano Plurianual  
2008-2011**

**AVALIAÇÃO DA  
DIMENSÃO ESTRATÉGICA**

**EXERCÍCIO 2009  
ANO BASE 2008**

**Brasília  
2009**

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K**  
**FONE: 55 (61) 2020.4080**  
**FAX: 55 (61) 2020.4498**  
**Site: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)**  
**CEP: 70040-906 – Brasília – DF**

© 2009, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

#### **Normalização bibliográfica DIDAP/CODIN/SPOA**

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos – SPI.  
Relatório de avaliação Plano Plurianual 2008-2011 : avaliação da dimensão estratégica : exercício 2009 - ano base 2008 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. – Brasília : MP, 2009.

4 v.: il.

Conteúdo: v.1. Relatório de avaliação Plano Plurianual 2008- 2011.  
v. 2. t.1. Anexo I: primeira parte. t.2. Anexo I: segunda parte. v.3. Anexo II. V. 4. Anexo III.

1. Planejamento governamental. 2. Orçamento público. 3. Administração Pública. I. Título.

CDU 3326"2009"(047)



## ÍNDICE

I – CENÁRIO DE CRESCIMENTO .....	13
1 – EVOLUÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO .....	15
2 – OFERTA AGREGADA .....	16
3 – DEMANDA AGREGADA .....	17
4 – SETOR EXTERNO .....	19
5 – POLÍTICA FISCAL .....	19
6 – INVESTIMENTO E POUPANÇA.....	20
II – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO .....	23
1 – Consumo de Massa .....	27
1.1 - Consumo .....	27
1.2 - Investimento.....	28
1.3 - Crédito.....	36
1.4 - Rendimentos do Trabalho e Formalização .....	39
1.5 – Distribuição de Rendimentos, Pobreza e Transferências Governamentais .....	42
1.6 - Consumo de Massa e Políticas Anticíclicas .....	47
2 – Políticas Prioritárias na Estratégia de Desenvolvimento do PPA.....	50
2.1 - Infraestrutura Social .....	50
2.2. - Plano de Desenvolvimento da Educação .....	60
2.3 – Agenda Social.....	72
III – METAS PRIORITÁRIAS .....	85
1 – Energia Elétrica .....	88
Capacidade instalada de geração de energia elétrica - 14.162 MW.....	88
Extensão das linhas de transmissão - 15.074 km (incremento).....	89
2 – Petróleo, Gás, Biodiesel e Etanol .....	90
Produção nacional de petróleo - 400 mil barris/dia (incremento).....	90
Capacidade de refino de petróleo - 270 mil barris/dia (incremento).....	90
Oferta de gás natural - 56 milhões de metros cúbicos/dia .....	91
Capacidade da malha de transporte de gás natural - 4.500 km (incremento) .....	92
Produção nacional de Biodiesel - 4 bilhões de litros/ano .....	92
Produção de Etanol - 23 bilhões de litros/ano.....	93
3 – Transportes .....	93
Extensão da malha rodoviária federal pavimentada - 4.690 km (incremento).....	93
Extensão da malha ferroviária federal - 2.110 km (incremento) .....	94
Produção do transporte ferroviário nacional - 50 bilhões de TKU (incremento) .....	94
Rede hidroviária adequada - 5.008 km (incremento) .....	95
Movimento de contêineres de cargas em portos marítimos - 3,5 milhões de TEU (incremento) .....	95
4 – Recursos Hídricos .....	96
Revitalização e integração da bacia do Rio São Francisco com outras bacias hidrográficas - 540 km .....	96
Transferências de gestão dos perímetros públicos de irrigação aos usuários - 20 perímetros .....	97

Área ociosa incorporada ao processo produtivo nos perímetros públicos de irrigação já existentes - 50 mil hectares.....	97
5 – Exportações .....	97
Exportação de bens e serviços - US\$ 230,0 bilhões.....	97
Participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais - 1,3% .....	97
6 – Saúde .....	98
Aumentar o número de Equipes de Saúde da Família – 14.502 equipes implantadas.....	98
Aumentar o número de Equipes de Saúde Bucal – 9.346 equipes implantadas.....	99
7 – Saneamento .....	99
Serviço de Coleta de Esgoto - 7,3 milhões de famílias beneficiadas .....	99
Serviços de Abastecimento de Água - 7,0 milhões de famílias beneficiadas .....	100
Análise conjunta de Coleta de Esgoto e Abastecimento de Água .....	100
Análise conjunta das cinco metas prioritárias enunciadas acima, de acordo com dados da Funasa.....	103
8 – Assistência Social e Transferência de Renda.....	104
Centros de Referência da Assistência Social com co-financiamento do Governo Federal - (CRAS co-financiado) 4.442 .....	104
Estender o benefício variável do Programa Bolsa Família aos adolescentes de 16 e 17 anos - (adolescente atendido) 1,75 milhão .....	105
Bolsa Família - (famílias atendidas) 11,1 milhões .....	105
9 – Empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte .....	105
Oferta de microcrédito produtivo orientado para empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte - (operação realizada – acumulada) 3,8 milhão .....	105
10 – Direitos de Cidadania .....	106
Apoiar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, segundo parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – Município com mais de 100 mil habitantes apoiado 224.....	106
Serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência - (serviço disponibilizado) 764.....	106
11. Segurança .....	107
Capacitação de Profissionais e Operadores de Segurança Pública - (profissionais capacitados) 950 mil.....	107
Apoio à Criação de Vagas no Sistema Penitenciário - (vagas criadas) 30 mil.....	107
Concessão de Bolsa-Auxílio para Policiais - (bolsas concedidas) 900 mil.....	107
12 – Desenvolvimento Agrário .....	107
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - (contratos realizados) 2,4 milhões, em 2011.....	107
Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares - (famílias atendidas) 2,4 milhões, em 2011 .....	108
13 – Educação e Cultura .....	108
Alfabetização - (alfabetizando atendidos) 6,0 milhões .....	108
Rede de ensino profissional e tecnológico - (novas escolas) 150 .....	108

Criação de Educação Profissional a Distância no Ensino Médio - (alunos beneficiados) 400 mil.....	109
Rede Federal de Ensino Superior - (vagas criadas) 330 mil .....	109
Pontos de Cultura Implantados - 1.085.....	109
14 – Juventude .....	109
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) – Urbano, Campo, Adolescente e Trabalhador - (jovens beneficiados) 6 milhões.....	109
15 – Inclusão Digital .....	110
Telecentros instalados - 8 mil .....	110
Conexão de Escolas de Educação Básica em Banda Larga - 134 mil.....	111
16 – Habitação .....	111
Melhoria/Construção de moradias e urbanização de assentamentos precários - 3,96 milhões de famílias beneficiadas .....	111
17 – Agricultura e Pecuária .....	113
Safrinha de grãos - 150 milhões de toneladas na safra 2010/2011.....	113
Exportação de carne - 8,0 milhões de toneladas/ano.....	115
Erradicação da febre aftosa no Território Nacional - 100% .....	116
Participação da agroenergia na matriz energética nacional - 29,5% .....	116
18 – Aeroportos.....	116
19 – Meio Ambiente.....	117
Área de florestas públicas com manejo florestal sustentável - 8 milhões de há.....	117
IV – INDICADORES DE OBJETIVOS DE GOVERNO .....	119
1 – Promover a inclusão social e a redução das desigualdades.....	123
INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 1: .....	123
1.1 Percentual de População em Situação de Pobreza .....	123
1.2 Coeficiente de Gini .....	124
2 – Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda .....	126
INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 2: .....	126
2.1 Taxa de Variação Real do PIB Anual .....	126
2.2 Razão de Renda.....	127
2.3 Índice de Evolução de Emprego Regular.....	129
2.4 Desmatamento Anual da Amazônia Legal.....	129
2.5 Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Aprovados no Âmbito da CIMGC.....	131
OUTROS INDICADORES: .....	131
3 – Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.....	132
3.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.....	132
3.2 Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou Mais .....	134
3.3 Índice de distorção Idade / Série.....	135

3.4 Percentual de jovens entre 18 e 24 anos com acesso ao ensino superior .....	137
4 – Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos .....	138
4.1 Taxa de Ocupação de Reserva de Vagas de Emprego para Pessoas com Deficiência na Iniciativa Privada .....	138
4.2 Taxa de desemprego das pessoas com mais de 15 anos de idade por cor e sexo....	139
4.3 Renda per capita média domiciliar por cor e sexo.....	140
5 – Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional .....	143
5.1 Índice de Desempenho Logístico .....	143
5.2 Relação entre Produção e Demanda Nacionais de Derivados de Petróleo .....	144
5.3 Densidade telefônica (fixa; móvel).....	144
5.4 População com acesso à Internet .....	145
5.5 Percentual de domicílios da zona rural atendidos em energia elétrica .....	147
5.6 Percentual dos Municípios Brasileiros com Serviços de Radiodifusão .....	149
5.7 Participação percentual de Fontes Renováveis na Oferta Interna de Energia.....	149
6 – Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional.....	150
6.1 Índice de Desenvolvimento Social Regional .....	150
6.2 Índice de Convergência Competitiva .....	152
6.3 Índice de Desenvolvimento Humano (por região) .....	154
7 – Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana .....	156
7.1 Investimentos Externos Diretos do Brasil em outros mercados .....	156
7.2 Investimentos Externos Diretos oriundos de outros mercados no Brasil .....	157
7.3 Trocas Comerciais (Balança Comercial e Fluxo de Comércio).....	158
7.4 Participação do Brasil no Comércio Internacional .....	160
8 – Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica .....	161
8.1 Número de Depósitos de Patentes de Residentes .....	161
8.2 Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais .....	161
9 – Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.....	163
9.1. Taxa de Homicídios .....	163
9.2 Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema	164
10 – Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização .....	165
10.1 Indicador de Proteção Social (ou Indicador de Cobertura Previdenciária da PEA) Conceituação: percentual da população economicamente ativa que possui cobertura previdenciária. ....	165
10.2 Percentual de Municípios com Oferta de Serviços Socioassistenciais em CRAS.....	166
10.3 Percentual do Valor de Transferências de Dinheiro Diretas do Governo Federal às Famílias em Relação ao PIB .....	167

## APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresenta a Avaliação da Dimensão Estratégica do Plano Plurianual 2008-2011, mostrando sua evolução para o exercício de 2008 e as perspectivas para os próximos anos.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2008-2011 compreende uma análise do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e enfrentamento a desigualdades ainda existentes na sociedade brasileira.

O documento está dividido em quatro partes, sendo a primeira a avaliação do cenário de crescimento, que analisa a evolução das principais variáveis macroeconômicas em 2008, cumprindo determinação legal do Artigo 19, Inciso I, da Lei 11.653/2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2008-2011<sup>1</sup>.

A segunda parte se refere à Estratégia de Desenvolvimento do PPA 2008-2011, dando continuidade àquela exposta no PPA 2004-2007. Na terceira, analisa-se o andamento das 57 metas prioritárias, destacando a possibilidade de alcance dos resultados previstos para o período do PPA. Por fim, é sugerida uma cesta de indicadores para os 10 objetivos de governo contidos no PPA, que subsidiará a análise de seu desempenho para os exercícios futuros.

Quanto à Avaliação da Estratégia de Desenvolvimento, cumpre assinalar alguns aspectos relevantes. A Avaliação da Estratégia do PPA 2004-2007, feita ao fim do período do Plano, esteve centrada no fortalecimento do mercado de consumo de massa no Brasil, caracterizado pelo crescimento econômico sustentado (com equilíbrio fiscal e baixa inflação), redução da pobreza e da desigualdade, aumento dos investimentos e da produtividade.

Para o PPA 2008-2011, a Estratégia contempla a consolidação do mercado de consumo de massa, assim como a incorporação de políticas prioritárias que sustentam a perspectiva da continuidade do crescimento econômico, com redução de desigualdades. Essas políticas estão voltadas para o aumento do investimento (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), ampliação do acesso à educação e melhoria da qualidade do ensino (Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE) e efetivação de direitos (Agenda Social). Com essa nova configuração, a Estratégia aponta para um modelo de crescimento econômico, do emprego e da renda, melhoria da distribuição dos rendimentos, mas também de expansão e equalização de oportunidades em diversas dimensões.

<sup>1</sup> Para cumprir a determinação dos demais incisos do Artigo 19, da Lei 11.653/2008, na versão do Relatório de Avaliação encaminhada ao Congresso Nacional, constam também: Anexo I - consiste num demonstrativo contendo para cada programa a execução física e orçamentária das ações do ano base de 2008; Anexo II - compreende um demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2008 e uma análise da possibilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias; e Anexo III - compreende as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros para os anos de 2011, 2012 e 2013.

Esta concepção pressupõe a articulação das diversas dimensões do desenvolvimento, sem que haja dicotomia entre, por exemplo, a econômica e a social. É sob esta perspectiva que se constrói a presente avaliação, examinando-se a contribuição das políticas públicas prioritárias para a redução de diferenciais entre padrões de vida, principalmente, sob os ângulos social, regional e produtivo. Em outros termos, procura-se destacar as potencialidades destas políticas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado e de um espaço social mais equânime.

A partir do PPA 2008-2011, a Avaliação da Dimensão Estratégica será feita ao longo da execução do Plano, com foco nos resultados das políticas públicas prioritárias, nas suas relações com as variáveis centrais para o desenvolvimento, bem como nas perspectivas para os próximos anos. Assim, espera-se contribuir para a consolidação da prática da avaliação de políticas públicas, centrando, sobretudo, em sua eficácia e efetividade, medidas em função das vulnerabilidades e déficits que procuram atacar e das potencialidades que ajudam a efetivar.

Pode-se, assim, favorecer ângulos de análise que permitam identificar necessidades de aperfeiçoamento do gasto público, com a finalidade de fortalecimento do papel do Estado e das políticas públicas promotoras do crescimento econômico, da inclusão social e da educação de qualidade. Com isto, pretende-se orientar a atuação do Governo Federal rumo à efetivação de um desenvolvimento sustentável e em bases inclusivas, preconizado no Plano Plurianual da União 2008-2011, construindo um Brasil para todos e priorizando os segmentos mais vulneráveis.

**Paulo Bernardo Silva**

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão



# I – CENÁRIO DE CRESCIMENTO

2008

2009

2010

2011





## INTRODUÇÃO

Este capítulo avalia o comportamento das variáveis macroeconômicas em 2008, comparando-o com os anos anteriores. Será analisada a evolução da oferta agregada, da demanda agregada, do setor externo e do setor público, bem como o comportamento da poupança e dos investimentos agregados.

### 1 – EVOLUÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2005-2008 atingiu 19,1% com um crescimento médio anual de 4,5%, resultado da evolução do país em suas relações econômicas e institucionais tanto domésticas quanto em relação ao exterior. Em 2008, o PIB cresceu 5,1%, pouco acima do que havia sido previsto na elaboração do Plano Plurianual (PPA) – 5% para o ano de 2008).

A economia brasileira continuou seu novo ciclo de crescimento em 2008, prosseguindo a busca do trinômio crescimento, estabilidade e inclusão social. O ciclo de expansão do PIB até 2008 configurou a sequência mais longa de crescimento da atual série histórica, totalizando 21 trimestres. A estratégia do governo federal procurou também apoiar a formação de capital da parte do setor privado, aumentando simultaneamente o investimento público em infraestrutura.

O mercado interno continuou sua expansão no período, determinado pelo crescimento do emprego, dos salários reais e do crédito às pessoas físicas. O emprego expandiu-se de forma robusta no período, de modo que a taxa de desemprego apurada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 6,8% em dezembro de 2008, a menor taxa mensal desde o início da série histórica em março de 2002. O rendimento médio real habitual dos ocupados e a formalização da força de trabalho apresentaram uma trajetória virtuosa, sendo que a formalização atingiu 49,2% do total de empregados em dezembro de 2008.

O avanço nos indicadores econômicos e sociais ocorreu simultaneamente à melhoria na trajetória das contas públicas. A manutenção do tripé regime de metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal deu sustentação à estratégia. A melhoria nas contas públicas, com redução do endividamento, permitiu a realização e ampliação de investimentos sociais voltados à redução da desigualdade de renda.

Em relação ao ambiente externo, o crescimento do PIB mundial e a liquidez de recursos, prevaletentes durante a maior parte do período, foram se atenuando a partir da primeira manifestação da crise financeira em 2007, revertendo o ciclo no terceiro trimestre de 2008. Não obstante a volatilidade do cenário externo, o Brasil reduziu sua dívida externa, aumentou suas reservas internacionais continuamente e manteve sua posição de credor líquido em relação ao exterior.

## 2 – OFERTA AGREGADA

Sob a ótica da oferta, as maiores expansões no crescimento do PIB durante o período 2005-2008 vieram dos serviços, que tiveram uma expansão de 19,30%, seguido da agropecuária (17,4%) e indústria (14,05%). Em 2008, os três setores tiveram crescimento, respectivamente, de 4,8%, 5,8% e 4,3%.

Crescimento Real do PIB 2005-2008, segundo a ótica da oferta agregada (%a.a.)				
	2005	2006	2007	2008
<b>PIB</b>	<b>3,2</b>	<b>4,0</b>	<b>5,7</b>	<b>5,1</b>
Agropecuária	0,3	4,5	5,9	5,8
Indústria	2,1	2,3	4,7	4,3
Serviços	3,7	4,2	5,4	4,8

Fonte: SPE/MF

O setor agropecuário foi penalizado no início do período considerado por condições climáticas adversas, mas nos anos seguintes a elevação dos preços internacionais e o crescimento na utilização dos insumos permitiram elevar o patamar da produção, de modo que a safra em 2008 foi recorde.

O setor foi beneficiado no período pelos reajustes de preços mínimos, pelas medidas adotadas no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar, pela expansão da oferta de crédito ao setor e, especialmente, pelo crescimento da demanda global por alimentos e combustíveis renováveis.

Na atividade industrial os maiores destaques foram a indústria extrativa mineral, com crescimento de 22,3% no período, decorrente da elevação dos preços e das excelentes condições preexistentes no mercado externo até o agravamento da crise financeira; e o setor de construção civil, com crescimento de 20,8% no período. O aumento da produção de bens de capital e bens de consumo duráveis foi responsável pela melhoria na indústria de transformação.

Estabilidade econômica, controle inflacionário, juros em trajetória decrescente, incorporação de consumidores ao mercado doméstico, e perspectivas positivas para os empresários levaram a um quadro de consolidação para os investimentos privados. O ano de 2008 mostrou o melhor resultado da década em relação à formação bruta de capital fixo. A expansão dos investimentos públicos em infraestrutura, liderados pelo PAC, combinados a medidas de política econômica foram fundamentais para melhorar as expectativas e permitir a efetivação do investimento privado.

A indústria da Construção Civil, que passou a apresentar taxas positivas crescentes a partir de 2003, deveu sua trajetória não somente à estabilidade econômica e à taxa de juros cadente, como ao aumento da massa real de salários, à expansão do crédito e de medidas de redução de tributos incidentes sobre os insumos utilizados pelo setor.

Em Serviços, os principais responsáveis pelo aumento da atividade no período 2005-2008 foram Comércio (24,4%), Comunicações (23,2%) e Intermediações Financeiras (42,5%). O aumento do comércio foi a contrapartida ao aumento do consumo das

famílias, decorrente da ampliação da atividade econômica, aumento da renda, diminuição do desemprego e ampliação das transferências de renda.

A forte expansão do crédito foi um dos fatores que mais influenciou o comércio e o consumo das famílias. O crédito representava 24,5% do PIB em dezembro de 2004, atingindo 41,1% do PIB em dezembro de 2008, um aumento de 16,6 pontos percentuais. Esta ampliação significativa do crédito, mesmo com a redução da diferença entre juros pagos na captação e os cobrados nos empréstimos (spread) é que possibilitou o crescimento na atividade de intermediação financeira.

O aumento do volume de crédito na economia é reflexo de uma política voltada para ampliar e facilitar o acesso de segmentos mais amplos da população ao sistema financeiro. Maiores facilidades na abertura de contas correntes, na obtenção de crédito com prazos mais longos e taxas menores de juros, aliados à introdução de empréstimos consignados tiveram papel fundamental na ampliação da capacidade de consumo dos segmentos menos favorecidos da população e na redução das desigualdades sociais.

O aumento da produção industrial de bens de consumo e bens de capital ajudou a reforçar o forte aumento do emprego. Não apenas a taxa de desemprego reduziu-se de 9,6 pontos percentuais em dezembro de 2004 para 6,8 em dezembro de 2008, mas também ocorreu aumento expressivo dos empregos com carteira assinada. A criação de empregos formais passou de 1,254 em 2005 para 1,452 milhão durante 2008, mesmo com os resultados afetados pela crise no último trimestre. É importante ressaltar que a criação de empregos formais tem efeitos positivos não somente sobre o mercado de trabalho, mas se reflete nas contas públicas com maior número de contribuintes para o sistema previdenciário reduzindo seu déficit.

### 3 – DEMANDA AGREGADA

Sob a ótica da demanda, os componentes que apresentaram a maior taxa de variação e mais contribuíram para o crescimento do PIB foram o Consumo das Famílias e o Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo). Esses dois fatores elevaram a absorção doméstica de bens e serviços. Em 2008, o consumo e o investimento tiveram taxas de crescimento real, respectivamente, de 5,4% (bastante próximo do previsto na elaboração do PPA) e de 13,8% (taxa bastante superior à prevista na elaboração do PPA, de 9,5%).

Crescimento Real do PIB 2005-2008, segundo a ótica da demanda agregada (%a.a.)				
	2005	2006	2007	2008
<b>PIB</b>	<b>3,2</b>	<b>4,0</b>	<b>5,7</b>	<b>5,1</b>
Consumo das famílias	4,5	5,2	6,3	5,4
Consumo do Governo	2,3	2,6	4,7	5,6
Investimento	3,6	9,8	13,5	13,8
Exportação de bens e serviços	9,3	5,0	6,7	-0,6
Importação de bens e serviços	8,5	18,4	20,8	18,5

Fonte: SPE/MF

O Consumo das Famílias aumentou como decorrência da ampliação do emprego, da renda média, da melhoria do poder de compra do salário mínimo, dos programas de transferência de renda assim como do volume ampliado de crédito para a pessoa física.

A massa salarial apresentou um aumento de 39% entre dezembro de 2004 e dezembro de 2008. Quanto ao salário mínimo, com reajustes acima da inflação, observa-se que, em reais de fevereiro de 2009, elevou-se de uma média anual de R\$ 340,00, em 2005, para R\$ 424,00, em 2008.

O emprego continuou assim a crescer de forma vigorosa no período, com melhora de qualidade correspondendo à expansão do emprego formal, o qual traz uma série de benefícios ao trabalhador, especialmente acesso à Previdência Social e a crédito com prazos maiores e menores juros. Mais de 5,5 milhões de novos postos foram criados entre 2004 e 2008, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Durante o período, o acesso dos segmentos mais pobres da população ao sistema bancário e ao mercado financeiro foi ampliado. A taxa básica de juros, que estava em 17,75%, em dezembro de 2004, atingiu 13,75% ao final de 2008, e mesmo levando em contas as oscilações como resposta à evolução da inflação, representou um declínio substantivo nas taxas de juros de mercado.

A redução das taxas, aliada ao mercado de trabalho em expansão, possibilitou uma expressiva melhoria no volume de crédito. As operações de crédito como porcentagem do PIB, que estavam em 24,5% em dezembro de 2004, aumentaram para 41,3 % em dezembro de 2008.

Os recursos livres aplicados no segmento de pessoa jurídica saíram de R\$ 181,76 bilhões em janeiro de 2005 para R\$ 476,89 bilhões em dezembro de 2008, uma alta de 162% no período. Já os recursos livres aplicados no segmento de pessoa física saíram de R\$ 142,62 bilhões em janeiro de 2005 para R\$ 394,29 bilhões em dezembro de 2008, registrando um crescimento de 176% no período. O volume de crédito direcionado também se expandiu consideravelmente, tendo apresentado um aumento de 96% entre janeiro de 2005 e dezembro de 2008. Os desembolsos do BNDES, que haviam atingido R\$ 47 bilhões em 2005, aumentaram para R\$ 91 bilhões em 2008 para os diversos setores produtivos.

O aumento de crédito às empresas e a ampliação do mercado de bens, que resultou da inclusão de amplos segmentos ao mercado doméstico, num ambiente de crescimento, tiveram reflexos muito positivos no investimento. A taxa de investimento como porcentagem do PIB passou de 15,9% em 2005 para 19% em 2008.

Desta forma, o ciclo virtuoso da economia, deflagrado através do mercado doméstico fortalecido, foi ajudado pela inflação controlada no período, pelas boas expectativas de crescimento, por medidas de apoio ao investimento público (consubstanciadas especialmente no PAC) e privado. Os investimentos do governo central, que totalizavam 0,5% do PIB em 2005, subiram para 0,9% do PIB em 2008, sendo que a Petrobras também aumentou consideravelmente seus investimentos (de 0,8% do PIB em 2005 para 1,3% em 2008).

Por fim, cabe mencionar que a taxa de câmbio em patamares mais baixos prevaletentes durante quase todo o período 2005-2008 também contribuiu para a ênfase dada à produção doméstica e permitiu simultaneamente a importação de bens de capital e de consumo.

## 4 – SETOR EXTERNO

A evolução do saldo em conta corrente no período 2005-2008 refletiu o comportamento da demanda doméstica: o saldo positivo de R\$ 13,98 bilhões em 2005 transformou-se num déficit de US\$ 28,19 bilhões, tendo declinado de 1,6% do PIB em 2005 até registrar um saldo negativo de 1,8% do PIB em 2008.

O comportamento decorreu do aumento das importações, que reduziu o saldo comercial de bens e serviços no período, como resultado do aquecimento da demanda doméstica e da taxa de câmbio em patamares mais baixos.

As exportações brasileiras de bens mantiveram uma trajetória virtuosa, reflexo dos preços favoráveis nos mercados externos, especialmente de commodities, e refletindo também a reorientação da produção para atender ao mercado doméstico em expansão e o ajuste a uma taxa de câmbio em patamar menor.

Já as importações se elevaram a taxas crescentes, especialmente quanto a bens de consumo duráveis e bens de capital, decorrência do câmbio assim como do aumento no consumo das famílias e do volume de investimentos.

## 5 – POLÍTICA FISCAL

A política fiscal no período 2005-2008 foi pautada pela redução do endividamento público como proporção do PIB, obtida por meio de superávits primários, e aumento de investimentos sociais e dos investimentos públicos em infraestrutura. O aumento da atividade econômica proporcionou também uma melhora significativa na arrecadação federal dos tributos.

Governo central - dados fiscais (% PIB)								
	2005		2006		2007		2008	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1. Receita Total	23,00	22,85	23,00	23,02	23,03	23,88	24,39	24,78
1.1 Receita Administrada pela RFB, líquida de incentivos fiscais	15,81	15,51	15,78	15,16	15,79	16,07	15,75	16,14
1.2 Arrecadação Líquida para o RGPS	5,30	5,05	5,34	5,21	5,36	5,41	5,74	5,65
1.3 Demais Receitas	1,89	2,30	1,88	2,66	1,88	2,40	2,91	2,99
2. Transferências a Entes Subnacionais	3,44	3,39	3,44	3,82	3,47	3,95	4,40	4,45
3. Receita Líquida (1-2)	19,56	18,93	19,56	19,20	19,56	19,93	19,99	20,33
4. Despesas Orçamentárias	17,11	16,91	17,11	17,33	17,11	18,18	18,37	18,05
4.1 Servidores Ativos e Inativos	4,65	4,38	4,48	4,54	4,31	4,56	4,50	4,66
4.2 Beneficiários da Previdência	7,10	6,84	7,10	7,02	7,04	7,05	7,07	6,97
4.3 Outras Despesas Obrigatórias e Discricionárias	5,36	5,69	5,53	5,78	5,76	6,57	1,99	6,41
5. Resultado Primário (Critério de Competência) (3-4)	2,45	2,02	2,45	1,87	2,45	1,76	2,20	2,29
6. Resultado Primário (Abaixo da Linha)	2,45	2,60	2,45	2,17	2,45	2,29	2,20	2,47

Fonte: MP/SOF; Elaboração: MP/SPE

Em 2007 e 2008, a abertura de capital das empresas foi uma das características do crescimento econômico. As receitas em 2008 elevaram-se em 0,9% do PIB em relação ao ano anterior, reflexo também da tributação relativa ao processo de abertura de capital para financiamento dos investimentos de longo prazo.

No tocante às despesas orçamentárias, houve ligeira queda em 2008 relativamente ao ano precedente, reflexo em parte da queda das despesas com benefícios previdenciários de 18,18% para 18,05% do PIB. O desempenho das receitas assegurou o maior resultado primário do período, de 2,47% do PIB, em 2008.

A política fiscal teve como consequência a diminuição do endividamento como proporção do PIB, sendo que entre os anos de 2005 e 2008 houve uma sensível redução de 9,2 pontos percentuais na relação dívida/PIB. Um ponto importante a ser ressaltado é que, diferentemente de ocasiões anteriores, a desvalorização cambial terminou por reduzir a dívida pública.

<b>Principais parâmetros e projeções utilizados nas estimativas de endividamento do setor público em 2005-2008</b>				
<b>Variáveis</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Taxa real de crescimento do PIB</b>	<b>3,2</b>	<b>4,0</b>	<b>5,7</b>	<b>5,1</b>
Inflação IGP-DI Acumulada em 12 meses (% a.a.)	1,2	3,8	7,9	9,1
Inflação IPCA Acumulada em 12 meses (% a.a.)	5,7	3,1	4,5	5,9
Taxa de câmbio R\$/US\$ (valor ao final do ano)	2,3	2,1	1,8	2,3
Dívida Líquida do setor público (em % do PIB)	48,0	45,9	43,9	38,8

Fonte: SPE/MF

## 6 – INVESTIMENTO E POUPANÇA

A absorção doméstica de bens e serviços aumentou 3,4 pontos percentuais em relação ao PIB entre 2005 e 2008. A elevação substantiva reflete tanto a maior demanda por bens e serviços finais, que cresceu 0,7 ponto percentual, reflexo da ampliação da base de consumo, quanto o aumento da taxa de investimento, que subiu 2,7 pontos percentuais.

Tal melhora na trajetória do investimento indica um importante reforço na capacidade produtiva, que afasta as pressões inflacionárias decorrentes da oferta doméstica para os próximos anos. Simultaneamente, o PAC, iniciado em 2007, contribuirá para elevar cada vez mais o ritmo de expansão da taxa de investimento.

<b>Consumo, Poupança e Investimento 2005-2008 (em % do PIB)</b>				
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Absorção Doméstica</b>	<b>96,4</b>	<b>97,1</b>	<b>98,5</b>	<b>99,8</b>
Consumo Final	80,2	80,3	80,7	80,9
Investimento	16,2	16,8	17,7	18,9
Saldo em Bens e Serviços	3,6	2,9	1,5	0,2
Rendas e Transferências Correntes	-2,5	-2,1	-1,8	-2,2
Saldo em Conta Corrente	1,1	0,8	-0,3	-2,0
Poupança	16,2	16,8	17,7	18,9
Poupança Interna	17,3	17,6	17,5	16,9
Poupança Externa	-1,1	-0,8	0,3	2,0

Fonte: SPE/MF

A melhoria dos fundamentos econômicos do país, no período considerado, favoreceu a atratividade dos investimentos e reduziu o indicador de risco dos títulos brasileiros até o agravamento da crise financeira em setembro de 2008.

A evolução da taxa de investimento a um ritmo maior do que a da poupança interna levou a uma acentuação da absorção da poupança externa no ano de 2008, para financiar a expansão da estrutura produtiva do país.

Os programas de transferência de renda, a ampliação do emprego e, conseqüentemente, a incorporação de novos segmentos da população ao mercado doméstico ocasionaram a elevação da participação do consumo no PIB. Este movimento veio conjugado com a recuperação da taxa de poupança, que passou de 16,2% em 2005 para 18,9% do PIB em 2008.







## II – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

2008

2009

2010

2011



## INTRODUÇÃO

O PPA 2004-2007 (Plano Brasil de Todos) adotou uma estratégia de desenvolvimento para o País, que teve como base a expansão do mercado de consumo de massa. O mérito da estratégia foi o de apontar para um crescimento baseado na expansão dos rendimentos das famílias, levando ao aumento dos investimentos e a ganhos de produtividade<sup>2</sup>. Estes, quando repassados aos salários, realimentam o ciclo virtuoso de crescimento.

Em 2004, portanto, iniciou-se uma nova fase de crescimento, que associa aumento e desconcentração dos rendimentos, superando as restrições que caracterizavam a economia desde a segunda metade da década de 1990, marcada pelo controle da inflação (central ao desenvolvimento), mas também pelas baixas taxas de crescimento do PIB.

O ciclo recente de crescimento econômico está baseado no fortalecimento do mercado interno, ao incorporar progressivamente as famílias ao mercado consumidor. No Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007, referente ao exercício 2008, ano base 2007, foi realizada uma análise da evolução, para o período em questão, das principais variáveis econômicas associadas ao modelo de consumo de massa.

O PPA 2008-2011 (Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade) expande a estratégia para além do consumo de massa e incorpora novos componentes prioritários ao processo de desenvolvimento do País, com destaque para a expansão dos investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o novo modelo de desenvolvimento para a educação, introduzido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a integração das políticas sociais de efetivação de direitos por meio da Agenda Social.

A estratégia funda-se numa concepção de desenvolvimento que não opõe a dimensão econômica a outras, mas reconhece e fortalece suas articulações. Paralelamente à necessidade de manutenção de um ciclo econômico virtuoso, mesmo em meio a um cenário mundial de crise, ganha espaço central o conceito de oportunidades, que expressa o resultado esperado da integração das dimensões fundantes da estratégia. Deste modo, a estratégia associa o modelo de mercado de consumo de massa às três novas agendas prioritárias, buscando ampliar e equalizar as oportunidades produtivas, sociais e educacionais, ao longo do território.

Neste sentido, o objetivo deste documento é avaliar como se conjugam esses elementos para ratificar um modelo de crescimento com inclusão e redução das desigualdades, com vistas a gerar um espaço social mais coeso.

2 Desde já, deve-se ressaltar que a produtividade não será analisada neste documento, pois é necessário que haja algum espaço de tempo para que as decisões de investimentos das empresas sejam realizadas, repercutindo sobre a produtividade. Neste sentido, a produtividade é uma variável estrutural e sua análise para o período 2008-2011 demanda que haja mais exercícios do atual Plano Plurianual transcorridos.



Figura: As quatro principais dimensões da Estratégia de Desenvolvimento do PPA2008-2011

Existem limitações para a realização da avaliação relacionadas à disponibilidade de dados de 2008 e ao tempo de execução do próprio PPA (de apenas um ano), que mostram que o período é insuficiente tanto para se apurar resultados definitivos de políticas recém implantadas quanto para apontar tendências para os indicadores da estratégia. Por isso, opta-se por realizar uma avaliação com elementos que permitam indicar o comportamento de algumas variáveis importantes para a estratégia de desenvolvimento, mas também assinalar a perspectiva para os próximos anos, sob o ponto de vista da geração de oportunidades, considerando-se as relações entre déficits, diferenciais de acesso existentes, andamento e metas de médio prazo das políticas prioritárias em curso.

Na seção seguinte, referente ao consumo de massa, serão analisadas as principais variáveis econômicas que sustentam a dinâmica do modelo. Devido à atual conjuntura econômica internacional, por vezes, faz-se necessário lançar mão de indicadores conjunturais, especialmente na análise de dados que se relacionam com as medidas anticrise, adotadas no final de 2008 e no primeiro semestre de 2009.

Na segunda parte, avaliam-se as políticas prioritárias que compõem a estratégia de desenvolvimento. A expansão dos investimentos em infraestrutura é avaliada, sobretudo, em função do cenário atual e das perspectivas de evolução do acesso aos serviços básicos, especialmente os de saneamento básico, acesso à energia elétrica e habitação. Em seguida, a educação é discutida, focalizando a contribuição do PDE para a construção de um quadro educacional que conjugue maior qualidade da educação, expansão e democratização do acesso, como instrumento de geração de oportunidades para o exercício da cidadania. Por fim, destaca-se a Agenda Social, como elemento de priorização e integração de políticas sociais voltadas às parcelas da população expostas a situações de maior vulnerabilidade social, buscando a efetivação de direitos.

# 1 – Consumo de Massa

A meta básica do modelo de consumo de massa é a busca de um crescimento dos rendimentos das famílias, sucedido da expansão do consumo, dos investimentos e de ganhos de produtividade, criando um cenário em que estes são transmitidos aos salários, de modo a produzir um círculo virtuoso na economia.

Desta forma, estimular-se-ia a expansão da economia junto à distribuição de riqueza, criando um padrão de crescimento econômico oposto ao da década de 1970, caracterizado por forte concentração de rendimentos. Além disso, o consumo de massa difere da experiência da década de 1990, momento marcado pela estabilização dos preços, mas também pelo baixo desempenho da economia, com crescimento moderado do PIB e modesta criação de empregos formais.

Na avaliação do PPA 2004-2007, foi visto que o período se caracterizou por taxas de crescimento real do PIB mais elevadas do que no PPA 2000-2003. Para tanto, contribuíram, sobretudo, a expansão do consumo das famílias e dos investimentos. O crescimento do consumo esteve baseado na desconcentração e aumento dos rendimentos do trabalho, nas transferências governamentais e na elevação do crédito pessoal.

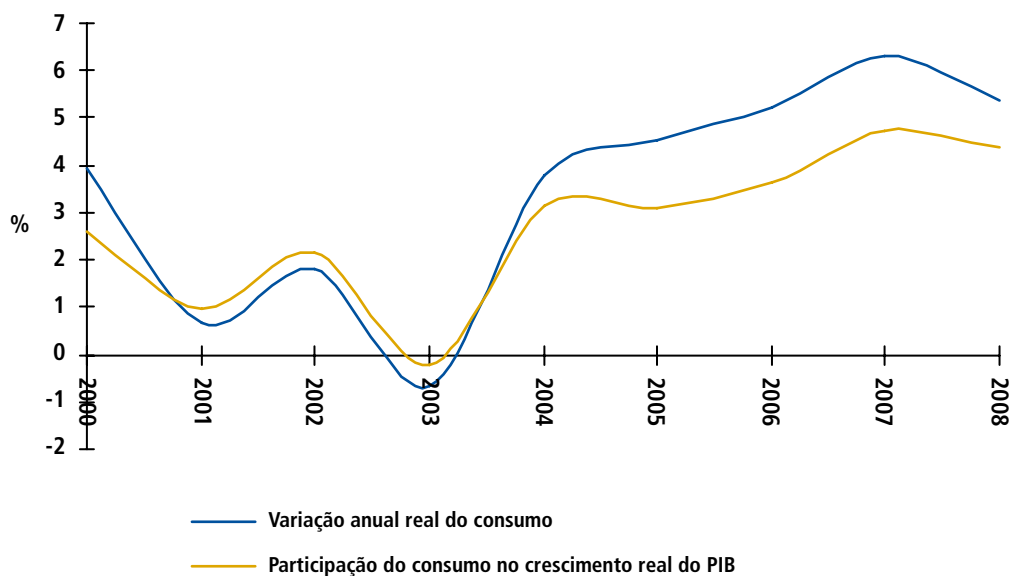
O investimento é uma variável central para o modelo, pois: cria capacidade produtiva para atender à demanda adicional; gera efeitos multiplicadores, com efeitos para frente e para trás na cadeia produtiva; eleva a contratação de mão-de-obra; e gera ganhos de produtividade. No período 2004-2007, o comportamento positivo do investimento (crescimento anual médio real de 9%) pode ser explicado, em boa medida, em função das expectativas dos empresários (baseadas, entre outros, na elevação da demanda e dos rendimentos reais dos trabalhadores) e das condições mais adequadas para o seu financiamento.

Nesta seção, referente ao consumo de massa, serão analisadas as principais variáveis que sustentam a dinâmica do modelo. Como há apenas um exercício fechado do PPA, não é possível analisar tendências associadas às referidas variáveis para o período do Plano. Ademais, as restrições de dados limitam as possibilidades de avaliação, sendo fundamental conjugar a análise da evolução das variáveis econômicas no período recente com números que revelam a continuidade de algumas tendências para o exercício de 2008 e com outros dados de caráter conjuntural, destacando as possibilidades de repercussão da atual conjuntura econômica mundial sobre a economia brasileira.

## 1.1 - Consumo

O consumo das famílias representa parte substantiva do PIB. Neste sentido, seu comportamento é central para a expansão da economia. Desde 2004, a variação anual real do PIB vem sendo superior a 3,8 p.p. Em 2008, o crescimento real do consumo com relação ao ano anterior foi de 5,4%, refletindo, particularmente, a expansão do emprego e da massa salarial. Ademais, do crescimento anual de 5,08% do PIB, em 2008, 3,27 p.p. são explicados pelo consumo das famílias.

## Evolução do consumo das famílias (2000-2008)



Fonte: Contas Nacionais/IBGE

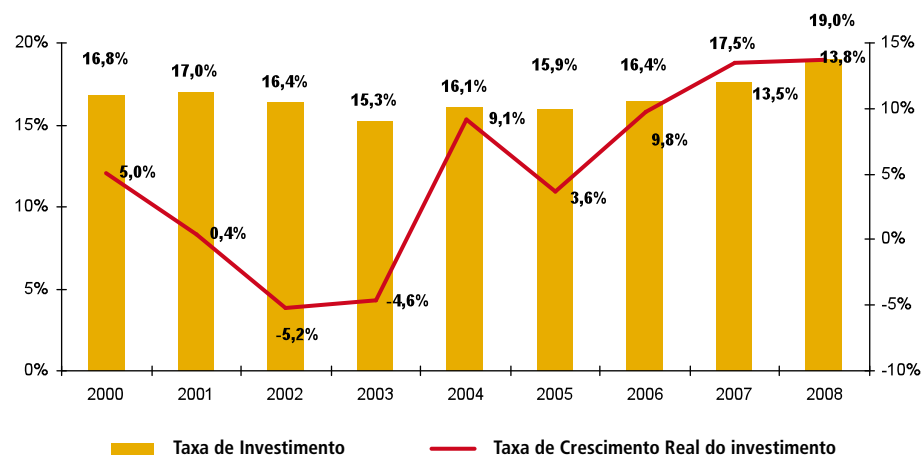
Elaboração: SPI/MP

No ano de 2008, o crescimento do consumo não foi maior em função da crise econômica, que se manifestou no último trimestre do ano, quando houve retração do consumo em termos reais de 1,8%, relativamente ao terceiro trimestre. Já no primeiro trimestre de 2009 com relação ao último de 2008, houve variação real positiva de 0,7% no consumo das famílias. É importante registrar que a expansão do consumo constitui uma das bases para o crescimento sustentado da economia, sendo fundamental que não haja piora em indicadores críticos para o seu desempenho, como a massa salarial.

## 1.2 - Investimento

Já foi mencionada a importância do investimento para o modelo de consumo de massa. Particularmente, o investimento é central para sustentar a taxa de crescimento do PIB. Neste sentido, é fundamental verificar sua evolução, examinando seus determinantes. Conforme mostrado no gráfico a seguir, a formação bruta de capital fixo em relação ao PIB passou de 16,1%, em 2004, para 17,5%, em 2007. No ano de 2008, registrou-se outra expansão da taxa de investimento, alcançando o patamar de 19% do PIB. Ademais, deve-se destacar a taxa real de crescimento do investimento em 2008, de 13,8%, em relação ao ano de 2007.

### Taxa de Investimento e Taxa de Crescimento Real do Investimento

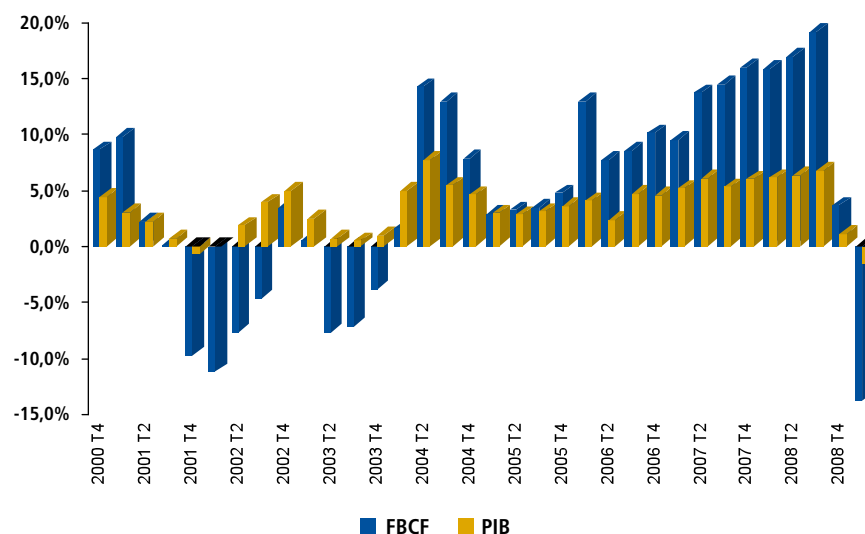


Fonte: Contas Nacionais/IBGE  
Elaboração: SPI/MP

Outra medida relativa à formação bruta de capital fixo é sua contribuição para a variação real anual do PIB. Entre 2001 e 2003 – anos de baixo nível de atividade econômica – a formação bruta de capital fixo contribuiu pouco para o crescimento (em 2001, 0,07 p.p do total da expansão do PIB) ou mesmo negativamente (2002 e 2003). Entre 2004 e 2007, esta tendência se inverteu, com taxas de crescimento do PIB superiores, tendo a formação bruta de capital fixo contribuído de forma crescente, atingindo um valor de 2,2 p.p. em 2007. Em 2008, a contribuição ao crescimento foi de 2,41 p.p.

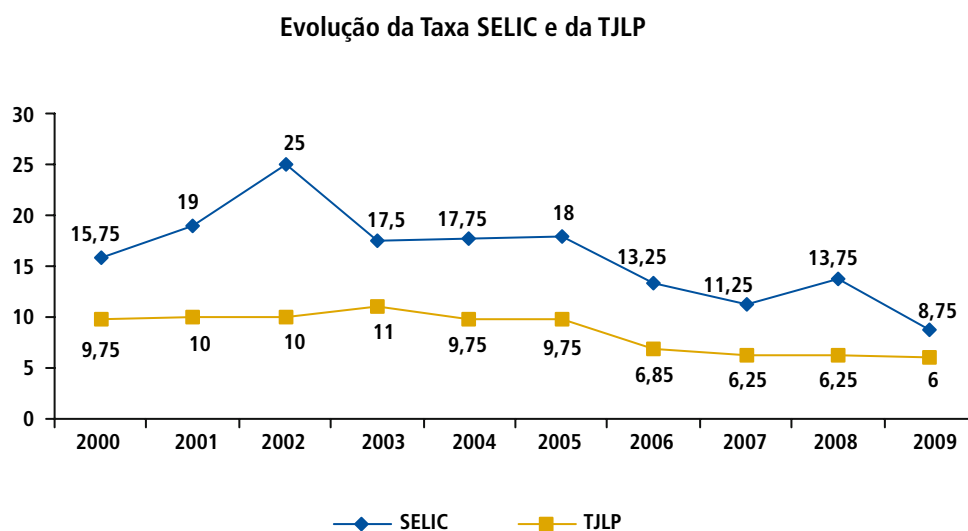
É relevante também chamar atenção para o fato de que, conforme mostra o gráfico abaixo, entre 2004 e 2008, as taxas de crescimento do PIB e do investimento foram positivas, sendo as deste último sempre superiores às do primeiro. Isso constitui fator fundamental para a expansão da capacidade produtiva da economia e para a geração de um ciclo de crescimento sustentado, sem pressões inflacionárias.

### Evolução do PIB e da FBCF



\* Crescimento real do trimestre T em relação ao trimestre T-4, com série dessazonalizada.  
Fonte: Contas Nacionais/IBGE  
Elaboração: SPI/MP

Entre os fatores determinantes da performance do investimento nos últimos anos, constam a baixa inflação, a desoneração tributária, as expectativas dos empresários em relação ao crescimento econômico e a redução das taxas de juros. O gráfico abaixo mostra a evolução da taxa SELIC (taxa de juro básico da economia) e da Taxa de Juro de Longo Prazo (que remunera empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES) nos últimos anos. Pode-se perceber que, entre 2004 e 2007 (à exceção de 2005), houve redução das taxas de juros, favorecendo a expansão do investimento.



\* 2000 a 2008 – posição de dezembro; 2009 – posição de agosto.

Fonte: BACEN e BNDES

Elaboração: SPI/MP

Em 2008, foi iniciado novo ciclo de aumento da taxa de juros, que, entre outros efeitos, encarece o custo dos financiamentos. Além disso, com a crise mundial, diminuíram as exportações e o fluxo de investimentos estrangeiros, retraiu-se a liquidez internacional e aumentou a aversão ao risco, em função da qual os agentes passam a preferir investimentos mais seguros. Somados, estes fatores internos e externos produziram a queda do investimento, revertendo a série positiva dos últimos anos.

Diante deste quadro, a formação bruta de capital fixo teve queda de 9,3% no quarto trimestre de 2008, em relação ao trimestre anterior. Já no primeiro trimestre de 2009, a queda foi de 12,6%, em comparação com o último trimestre de 2008<sup>3</sup>. Em janeiro de 2009, iniciou-se novo ciclo de redução da SELIC, que deverá gerar efeitos positivos sobre a atividade econômica. Ademais, com a queda das despesas financeiras associada à redução da taxa SELIC, abre-se espaço no orçamento para a expansão dos gastos (inclusive, investimentos) que têm efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego.

Para manter a boa performance do investimento dos últimos anos, é preciso que o setor público execute políticas públicas que induzam investimentos privados, entre outros, por meio da citada redução da taxa de juros. As decisões de investimento estão vinculadas aos efeitos da crise mundial sobre a economia, mas também às expectativas de comportamento da demanda interna. Neste sentido, é central, para o investimento, que a demanda doméstica se acelere, lastreada, particularmente, nos rendimentos do trabalho.

<sup>3</sup> Já considerado o ajuste sazonal.

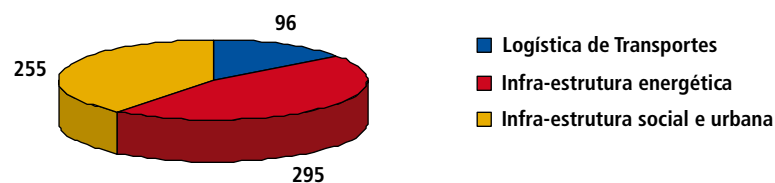


Além disso, há uma parcela do investimento que não se relaciona com as condições de demanda de curto prazo. Trata-se do investimento em infraestrutura, relativamente independente da piora do quadro econômico mundial. A execução dos empreendimentos previstos no PAC torna-se ainda mais importante, produzindo efeitos diversos nos setores em que atua (por exemplo, relativos à matriz energética, à integração física do território, ao acesso a serviços sociais básicos), mas também estimulando a recuperação do investimento, gerando empregos e cumprindo uma função contracíclica.

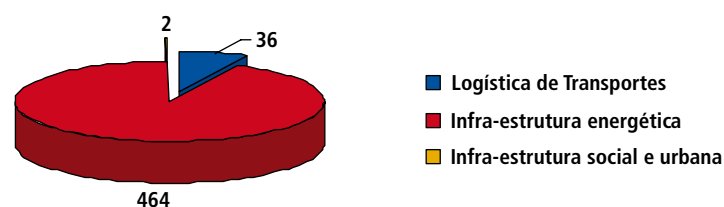
O PAC foi lançado no início de 2007, com o objetivo de aumentar o ritmo de crescimento da economia e o número de empregos, além de melhorar as condições de vida da população brasileira. O PAC consiste em um conjunto de medidas de estímulo ao investimento privado e de ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura, dentre outras. A previsão inicial de execução até 2010 era de R\$ 503,9 bilhões, sendo R\$ 67,8 bilhões provenientes do orçamento fiscal e de seguridade social e outros R\$ 436,1 bilhões do orçamento das estatais e de outras fontes, o que corresponde a 86,5% dos recursos do PAC.

Com a inclusão de novos empreendimentos, os recursos destinados ao PAC passaram para R\$ 646 bilhões no período até 2010 e mais R\$ 502,2 bilhões após 2010, distribuídos nos eixos de atuação do PAC<sup>4</sup>: logística de transportes, que teve um acréscimo de 65% nos recursos para 2007-2010; infraestrutura energética, com aumento de 7%; e infraestrutura social e urbana, com 49% de crescimento de recursos para o período.

**Previsão de recursos para 2007-2010 (em R\$ bilhões)**



**Previsão de recursos após 2010 (em R\$ bilhões)**



Fonte: Balanço do PAC – 2 anos  
Elaboração: SPI/MP

4 O PAC atua em três eixos de infraestrutura: logística de transportes, energia e social e urbana. O eixo de logística de transportes prevê a construção e a ampliação de rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos. O eixo de energia abrange a geração e transmissão de energia elétrica, a exploração e o transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis. As ações voltadas a transportes urbanos, habitação, recursos hídricos e saneamento compõem o eixo de infraestrutura social e urbana.

O eixo energético apresenta o maior volume de recursos do PAC, aproximadamente 66% do total previsto. Esse eixo é caracterizado por empreendimentos de longa duração, dentre os quais se destacam os da área de Petróleo e Gás, com o maior aporte de recursos do eixo.

Outro aspecto de destaque com relação a Petróleo e Gás é a quantidade de postos de trabalho gerados, um dos objetivos expressos do PAC. No Plano de Negócios 2009-2013 da Petrobras, é informado que, entre 2002 e 2008, mais de 27.000 empregos diretos foram criados e que a demanda por empregados na cadeia de fornecimento da empresa deve ultrapassar 112 mil postos, distribuídos nas áreas de engenharia, construção civil, aquisição e manutenção. Estudo realizado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicado em 2001, concluiu que, a cada dólar investido em petróleo, US\$1,26 é gerado na economia, movimentando mais de 42 setores e dinamizando a região onde se realiza o investimento.

Alguns empreendimentos da área já foram concluídos, como, por exemplo, as Plataformas P-52 e P-54, ambas localizadas no Campo Roncador Módulo 1, com investimentos no valor de R\$ 3,5 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente. Além dos empreendimentos de petróleo e gás, cabe destaque para a implantação das usinas de biodiesel da Petrobras, localizadas em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE). Essas três usinas têm capacidade de produzir 171 milhões de litros de biodiesel por ano, gerando empregos diretos e movimentando cerca de 70 mil famílias de agricultores rurais na cadeia de fornecimento dos insumos, tais como o amendoim, o dendê e a mamona, o que favorece o desenvolvimento sustentável de áreas mais pobres, em especial o Semiárido.

De modo geral, a análise da distribuição dos investimentos previstos do PAC para o período 2007-2010 indica maior peso destes em Estados cujas economias são menos desenvolvidas. A tabela abaixo traz o coeficiente resultante da relação entre a participação do investimento estadual<sup>5</sup> no total e a participação do PIB estadual no total. Dessa forma, torna-se mais claro o peso do investimento do PAC em cada estado relativamente ao tamanho de suas economias. Pode-se perceber que unidades da federação com maior PIB *per capita* apresentam menores coeficientes, a exemplo do Distrito Federal, São Paulo e Paraná. No Sudeste, o Espírito Santo apresenta alto coeficiente, sobretudo em função da área de petróleo e gás. Por outro lado, os maiores coeficientes estão nos Estados das Regiões Norte e Nordeste, com destaque para Rondônia, Tocantins e Piauí.

Coeficientes mais altos para Estados menos desenvolvidos revelam a previsão de empreendimentos no PAC que deverão abrir novas perspectivas produtivas e sociais para áreas como o Centro-Norte, o Semiárido e o Litoral Nordestino. Estas estão associadas, por exemplo, à segurança hídrica (Transposição do São Francisco), à integração física do interior com o litoral (Ferrovia Transnordestina) e do Norte com o Sul (Ferrovia Norte-Sul) e ao desenvolvimento da indústria, entre elas, a naval, com aumento das encomendas (plataformas, navios etc.) e maior geração de empregos.

5 Total de investimento do PAC no Estado.

<b>Distribuição Estadual dos Investimentos Previstos no PAC (2007 - 2010)*</b>			
<b>Estado</b>	<b>I est/I tot (a)**</b>	<b>PIB est/PIB tot (b)</b>	<b>a/b</b>
Distrito Federal	0,01	0,04	0,24
São Paulo	0,19	0,34	0,55
Paraná	0,03	0,06	0,59
Rio Grande do Sul	0,04	0,07	0,68
Santa Catarina	0,03	0,04	0,73
Minas Gerais	0,07	0,09	0,76
Roraima	0,00	0,00	0,98
Amazonas	0,02	0,02	1,05
Amapá	0,00	0,00	1,21
Goiás	0,03	0,02	1,24
Mato Grosso do Sul	0,01	0,01	1,26
Mato Grosso	0,02	0,01	1,32
Paraíba	0,01	0,01	1,33
Alagoas	0,01	0,01	1,52
Rio de Janeiro	0,18	0,12	1,56
Bahia	0,06	0,04	1,57
Maranhão	0,02	0,01	1,59
Ceará	0,03	0,02	1,62
Pará	0,03	0,02	1,66
Pernambuco	0,04	0,02	1,77
Acre	0,00	0,00	1,86
Rio Grande do Norte	0,02	0,01	2,04
Sergipe	0,01	0,01	2,05
Espírito Santo	0,06	0,02	2,61
Piauí	0,01	0,01	2,67
Tocantins	0,02	0,00	4,67
Rondônia	0,03	0,01	4,93

\* Previsão de investimento nominal (2007-2010) em relação ao PIB de 2006

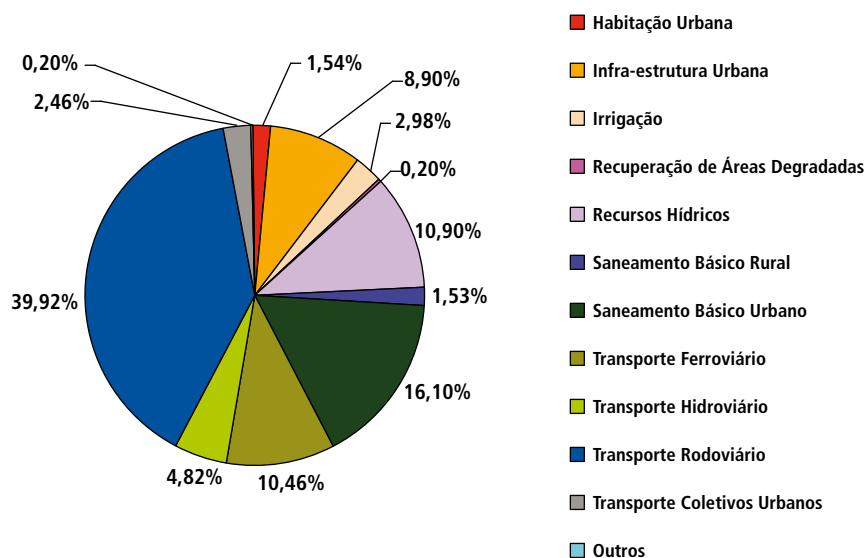
\*\* Para os investimentos regionais do PAC, adotou-se a hipótese da distribuição em frações iguais para os Estados a serem beneficiados.

Fonte: PAC e Contas Nacionais/IBGE

Elaboração: SPI/MP

Com relação à distribuição dos recursos do PAC, provenientes do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), o total autorizado entre 2007 e 2009 foi de R\$ 51,3 bilhões, concentrados nas seguintes áreas de despesa: recursos hídricos (10,9%), saneamento básico urbano (16,1%) e transportes (55,2%), sendo que nesta área se destacaram o transporte ferroviário (10,5%) e o rodoviário (39,9%).

**Distribuição dos recursos do OFSS por áreas de despesa**



Fonte: SIGA Brasil  
Elaboração: SPI/MP

Entre 2007 e 2008, houve incremento nominal de quase 100% no valor total pago nos investimentos do PAC, conforme tabela abaixo.

Execução dos investimentos do PAC no período 2007-2008					
Ano	Autorizado	Pago	RAP Inscrito Líquido*	RP Pago	Total Pago
2007	14.671.696.609	3.261.713.307	2.820.033.386	2.246.996.183	5.508.709.490
2008	17.561.942.530	3.596.563.561	10.844.199.907	7.042.727.348	10.639.290.909

Fonte: SIGA Brasil  
\* O RAP inscrito líquido corresponde ao RAP inscrito no exercício menos o RAP cancelado.  
Elaboração: SPI/MP

Dentre os setores destacados, o saneamento básico urbano teve um crescimento acelerado na execução dos investimentos, passando de R\$ 64 milhões em 2007 para R\$ 1,6 bilhão em 2008. Além dos impactos positivos sobre a qualidade de vida da população, esses investimentos são responsáveis pela criação de vários postos de trabalho, diretos e indiretos. No caso do PAC, muitos empreendimentos estão localizados em áreas pobres, que possuem trabalhadores com baixa qualificação, sendo, portanto, uma oportunidade de ocupação e de geração de renda para essa parcela da população.

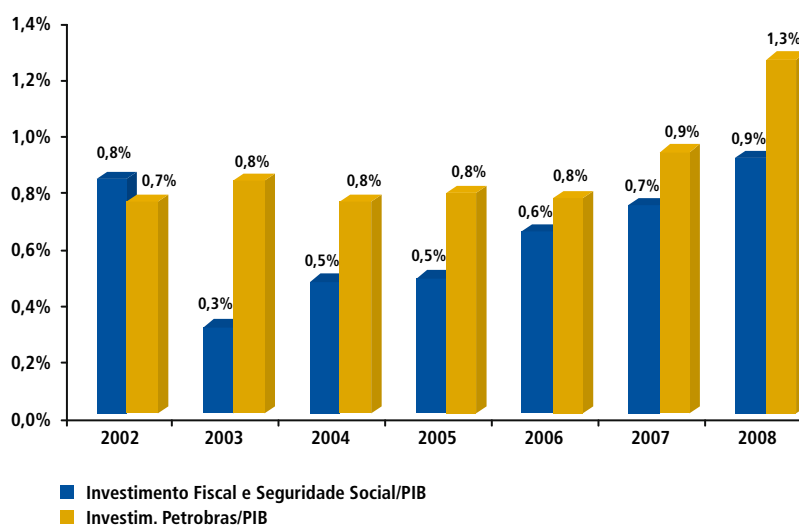
Execução orçamentária e financeira do PAC, das áreas de despesa com maior concentração de recursos					
2007					
Área de despesa	Autorizado	Pago	RAP Inscrito Líquido	RAP Pago	Pago + RAP Pago
Recursos Hídricos	1.168.183.960	201.561.477	74.508.348	34.771.194	236.332.672
Saneamento Básico Urbano	2.639.848.655	32.785.272	58.976.607	31.572.518	64.357.790
Transporte Ferroviário	1.418.832.851	327.870.406			327.870.406
Transporte Rodoviário	6.308.703.224	2.420.203.767	2.045.537.381	1.670.520.350	4.090.724.117
<b>Total Geral</b>	<b>11.535.568.690</b>	<b>2.982.420.922</b>	<b>2.179.022.336</b>	<b>1.736.864.062</b>	<b>4.719.284.984</b>

2008					
Área de despesa	Autorizado	Pago	RAP Inscrito Líquido	RAP Pago	Pago + RAP Pago
Recursos Hídricos	2.315.432.535	272.041.225	989.110.515	470.305.591	742.346.817
Saneamento Básico Urbano	2.520.073.192	464.741.362	2.508.669.267	1.181.366.817	1.646.108.179
Transporte Ferroviário	1.593.107.985	228.187.440	996.393.227	658.114.649	886.302.089
Transporte Rodoviário	7.189.586.986	1.541.460.043	3.643.471.557	2.858.188.510	4.399.648.553
<b>Total Geral</b>	<b>13.618.200.698</b>	<b>2.506.430.070</b>	<b>8.137.644.566</b>	<b>5.167.975.568</b>	<b>7.674.405.638</b>

Fonte: SIGA Brasil  
Elaboração: SPI/MP

Observando a relação entre investimento público e Produto Interno Bruto (PIB), nota-se o crescimento do volume de investimentos do orçamento fiscal e seguridade nos últimos anos, atingindo 0,9% em 2008. Ademais, entre 2004 e 2008, os investimentos da Petrobras passaram de 0,8 para 1,3% do PIB, entre 2003 e 2008.

**Investimentos Públicos com relação ao PIB (2002-2008)**



Fonte: SIGA Brasil, IPEADATA e DEST/MP  
Elaboração: SPI/MP

Os números acima mostram uma trajetória positiva para o investimento público nos últimos anos, intensificada no ano de 2008. Com o cenário econômico atual, é preciso que o setor público reforce seu papel, tanto sob o ponto de vista da realização dos investimentos públicos, como da indução do investimento privado. A execução prevista do PAC terá papel essencial nesse cenário, podendo funcionar como fator contracíclico e de reversão de expectativas negativas para a economia brasileira, contribuindo para o crescimento da formação bruta de capital fixo e, por conseguinte, da retomada do crescimento do Produto Interno Bruto.

Por fim, é possível perceber as relações entre empreendimentos do PAC e criação de empregos por meio da análise de dados do mercado de trabalho. Por exemplo, no caso de Porto Velho, as obras para a construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau vêm fortalecendo o emprego na Região. No primeiro semestre de 2009 (marcado, em nível nacional, pelos efeitos da crise econômica), segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, foram criados 10,7 mil empregos formais em Porto Velho (líquidos dos desligamentos), sendo 85% na construção civil. Comércio e serviços também geraram postos formais, impulsionados pela chegada de investimentos, derivados da expansão da economia da Região. No primeiro semestre de 2008, foram gerados em Porto Velho apenas 249 empregos formais.

Outro exemplo é a reativação da indústria naval, sobretudo em função da política de compras da Petrobras. As encomendas aos estaleiros brasileiros têm repercutido positivamente sobre o emprego formal no país. Em especial, destaca-se a construção do estaleiro Atlântico Sul, na área do Porto de Suape, em Pernambuco, para atender a parte destas encomendas. Conforme mostrado na tabela abaixo, até a metade de 2009, já foram criados 1,8 mil empregos na indústria de construção e reparação de embarcações, dos quais 72% estão em Pernambuco.

Saldo do emprego* para a indústria de construção e reparação de embarcações em estados selecionados							
BR/UF	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Brasil	2199	2148	2138	928	107	4504	1806
RJ	1637	1397	1490	150	-718	3413	799
SC	-29	272	53	146	224	395	-86
PE	-12	-16	32	-63	-3	959	1313

\* Para 2009, dados de janeiro a junho.

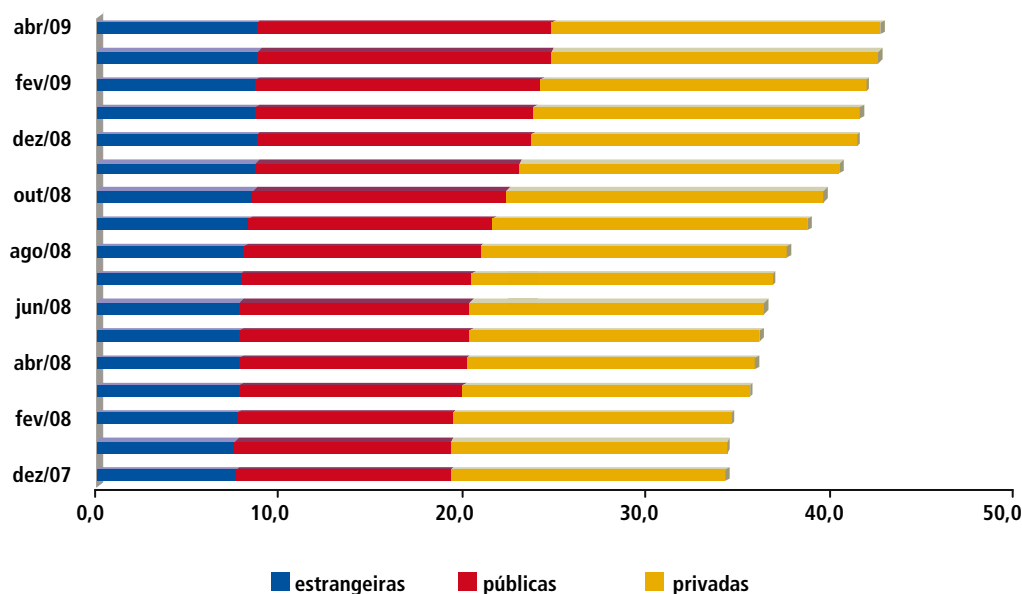
Fonte: CAGED

Elaboração: SPI/MP

### 1.3 - Crédito

Conforme mostrado no Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007, o volume de crédito também evoluiu positivamente neste período, relativamente a 2000-2003, favorecendo o financiamento do consumo e do investimento. O ano de 2008 marcou a continuidade desta trajetória, tendo as operações de crédito do sistema financeiro alcançado o patamar de 41,3% do PIB, contra 34,2% em 2007.

## Evolução das operações de crédito (% do PIB)



Fonte: BACEN  
Elaboração: SPI/MP

Em especial, as operações de crédito<sup>6</sup> com recursos livres destinadas à pessoa física alcançaram, em 2008, 9,2% do PIB, o que significa uma expansão de 0,4 p.p. em relação a 2007. Já as operações de crédito com recursos livres para pessoa jurídica<sup>7</sup> passaram de 7,9% do PIB, em 2007, para 10,1% do PIB, em 2008. Também cresceu o volume de crédito com recursos direcionados, com destaque para os de habitação e do BNDES, com expansão nominal, respectivamente, de 37% e 31%, entre 2007 e 2008, para uma inflação de cerca de 6% no período.

No último trimestre de 2008, a crise econômica mundial repercutiu sobre o *spread* bancário, restringindo a oferta de crédito. Pelo lado da demanda, as empresas, em condições de maior incerteza com relação ao futuro, tomam menos empréstimos, o que é condizente com suas expectativas de crescimento.

Esses fatores implicaram a redução do ritmo de crescimento das operações de crédito desde setembro de 2008. Entre as medidas voltadas à reversão desta tendência, é importante registrar o movimento de redução da taxa SELIC, iniciado em 2009. Deve-se notar que as instituições públicas foram as principais responsáveis pela elevação do volume de crédito a partir do fim de 2008. Entre setembro de 2008 e abril de 2009, o volume de crédito das instituições públicas passou de 13,2 para 16,1% do PIB, enquanto o das privadas passou, no mesmo período, de 17,2 para 17,9% do PIB.

6 Apenas estão consideradas as operações referenciais para taxa de juros.

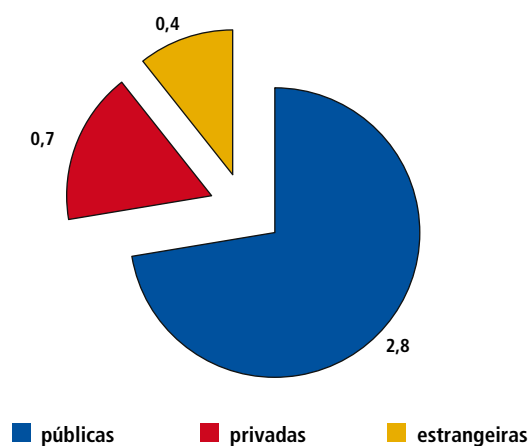
7 Apenas estão consideradas as operações referenciais para taxa de juros.

Operações de crédito por controle de capital (% do PIB)				
mês/ano	Pública	Privada	Estrangeira	Total
set/08	13,2	17,2	8,3	38,7
out/08	13,8	17,2	8,5	39,5
nov/08	14,4	17,4	8,6	40,4
dez/08	15,0	17,7	8,7	41,3
jan/09	15,2	17,7	8,6	41,5
fev/09	15,5	17,6	8,6	41,8
mar/09	16,0	17,8	8,7	42,5
abr/09	16,1	17,9	8,7	42,6
Var set-abril	2,8	0,7	0,4	3,9

Fonte: BACEN  
Elaboração: SPI/MP

Entre setembro de 2008 e abril de 2009, houve variação no crédito de 3,9 p.p. do PIB, dos quais 2,8 p.p. se devem às instituições públicas. O gráfico abaixo mostra que estas, conforme já dito, são responsáveis pela maior parte da variação positiva das operações de crédito, funcionando como importante fator contracíclico.

#### Participação na variação da oferta de crédito por controle de capital\* (% do PIB)

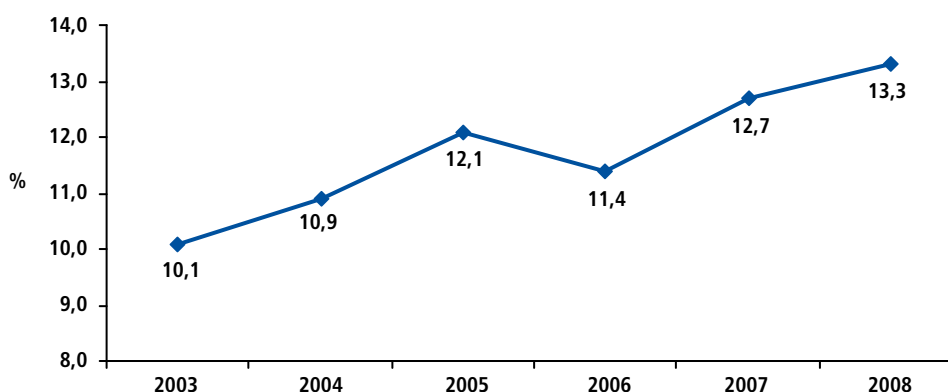


\* Variação entre setembro de 2008 e abril de 2009  
Fonte: BACEN  
Elaboração: SPI/MP

Neste cenário, merecem destaque as operações de crédito do BNDES, cuja expansão nominal, entre setembro de 2008 e abril de 2009, foi de 17%. Em abril de 2009, o volume de crédito do BNDES alcançou o valor de R\$ 216 bilhões. Segue ao lado gráfico com a evolução da relação entre o volume de crédito do BNDES para financiamento de investimento fixo e a formação bruta de capital fixo, manifestando a importância destes empréstimos para a continuidade da elevação do patamar de investimento na economia brasileira. Entre 2004 e 2008, o índice de contribuição do BNDES para a formação bruta de capital fixo passou de 10,9% para 13,3%.



### Contribuição do BNDES à FBCF (2003-2008)



Fonte: BNDES  
Elaboração: SPI/MP

O crédito, nas circunstâncias atuais, cumpre importante papel para que a piora das expectativas não seja transmitida para a economia real, reduzindo o nível de atividade. Em especial, os empréstimos do BNDES constituem uma fonte para financiamentos de prazo mais longo, com custos menores. Neste sentido, terão papel central para a recuperação da economia, não apenas pela expansão da demanda, mas também pelo financiamento de empreendimentos que atuarão sobre gargalos ao crescimento em áreas como energia e logística.

### 1.4 - Rendimentos do Trabalho e Formalização

O período 2004-2007 se caracterizou pela retomada da expansão do valor dos rendimentos do trabalho. Conforme tabela abaixo, o ganho do rendimento médio real de todos os trabalhos foi de 3,2%, de 2007 em relação a 2006, sendo o terceiro ano consecutivo com crescimento dos rendimentos. O ganho acumulado desde 2004 foi de quase 16%.

Rend médio real de todos os trabalhos*		
Ano	Rend. médio real**	Tx de var real em relação ao ano anterior
2004	835,68	-
2005	873,23	4,5%
2006	935,44	7,1%
2007	965,00	3,2%

\* Rendimento dos ocupados com 16 anos de idade ou mais, exclusive os sem rendimento ou sem declaração de rendimento.

\*\* Valores deflacionados pelo INPC com base em setembro de 2007

Fonte: Microdados da Pnad

Elaboração: SPI/MP

A recuperação dos rendimentos do trabalho está associada ao ciclo recente de crescimento da economia brasileira, caracterizado pela expansão das ocupações e queda do desemprego. Entre 2004 e 2007, criaram-se mais de 6 milhões de ocupações, constituindo uma expansão de 7,8% no período. A variação do número de ocupações superior à da população economicamente ativa determinou a queda da taxa de desocupação, que, em 2007, era de 8%, contra uma taxa de 8,8%, em 2004<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Apenas considerando pessoas de 16 anos ou mais de idade.

Variação da PEA, ocupação e desocupação* (2004-2007)				
	2004	2007	Variação %	Variação abs.
PEA	89.941.977	96.107.393	6,9%	6.165.416
Ocupados	82.070.211	88.442.373	7,8%	6.372.162
Desocupados	7.871.766	7.665.020	-2,6%	(206.746)

\* Pessoas com idade igual ou superior a 16 anos de idade

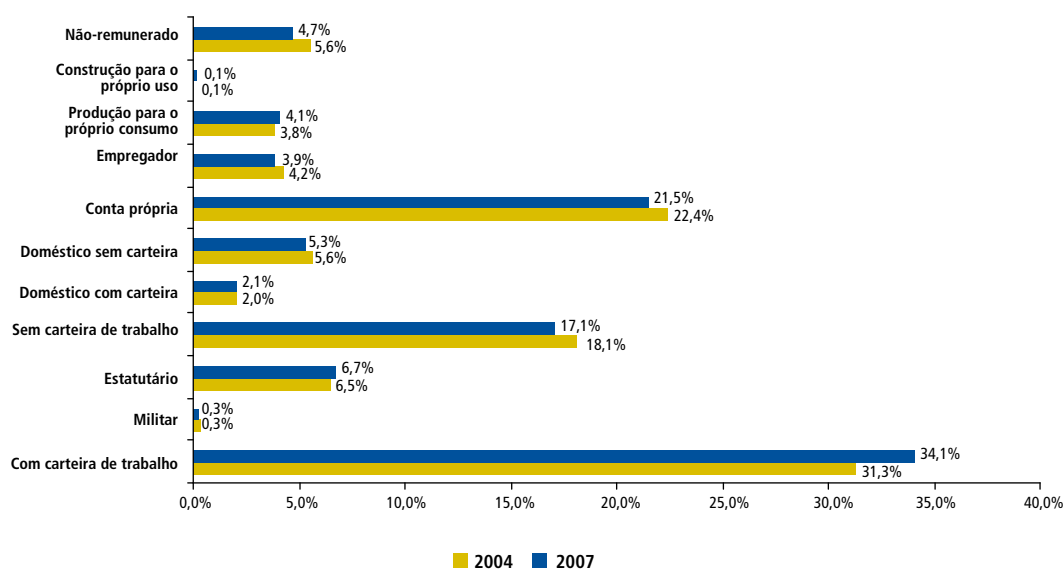
Fonte: Microdados da Pnad

Elaboração: SPI/MP

Os grupamentos<sup>9</sup> com melhor performance na criação de ocupações foram, respectivamente, comércio e reparação, indústria de transformação e educação, saúde e serviços sociais. Somados, esses três segmentos responderam por mais de 60% da expansão das ocupações no período 2004-2007. Por outro lado, as atividades agrícolas tiveram o pior resultado para o período, contribuindo negativamente (-5,8%) para o total de ocupados, o que significou uma perda de quase 1 milhão de ocupações.

No período 2004-2007, o mercado de trabalho também passou por mudanças qualitativas, já que parte significativa das ocupações geradas foi formal. Conforme mostra a tabela abaixo, dos 6,37 milhões de ocupações geradas, 4,68 milhões são empregos com carteira de trabalho assinada (mais de 70% do total). Desta maneira, os empregos com carteira representavam, em 2007, 36,2% do total de ocupações (contra 33,3% em 2004). Por sua vez, o percentual de empregados sem carteira teve recuo de 23,7% para 22,4%, na comparação entre 2004 e 2007<sup>10</sup>.

#### Participação na ocupação por posição (%)



\* Ocupados com idade igual ou superior a 16 anos de idade

Fonte: Microdados da Pnad

Elaboração: SPI/MP

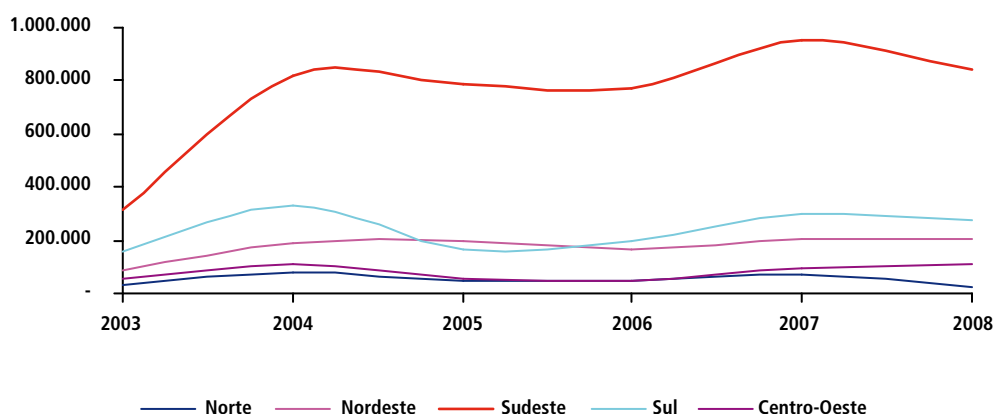
9 Trata-se dos grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal na semana de referência da pesquisa.

10 Nos números deste parágrafo estão incluídos os trabalhadores domésticos.

Após a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2008), será possível avaliar se, no primeiro ano do PPA 2008-2011, houve continuidade da trajetória ascendente da ocupação e da formalização. Contudo, há outras fontes de dados que indicam que a crise econômica mundial teve repercussões sobre o lado real da economia brasileira, em especial, sobre o mercado de trabalho.

O CAGED registra as admissões e dispensas de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo, portanto, uma fonte importante de análise do comportamento do emprego formal. Segundo dados do CAGED, entre 2003 e 2008, a taxa média anual de variação do saldo de emprego (admissões – desligamentos) foi de 17,6%, com a criação líquida de 7,7 milhões de empregos. Entre as grandes regiões, a taxa anual média de criação de empregos foi mais favorável no Sudeste (21,4%) e no Nordeste (19,3%). O gráfico abaixo, que traz a evolução do saldo de emprego por grandes regiões, mostra que a maior parte dos empregos regidos pela CLT está nas Regiões Sudeste e Sul. Em especial, cerca de 30% dos empregos líquidos gerados em 2008 estavam nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

**Evolução do saldo de emprego do CAGED (2003-2008)**

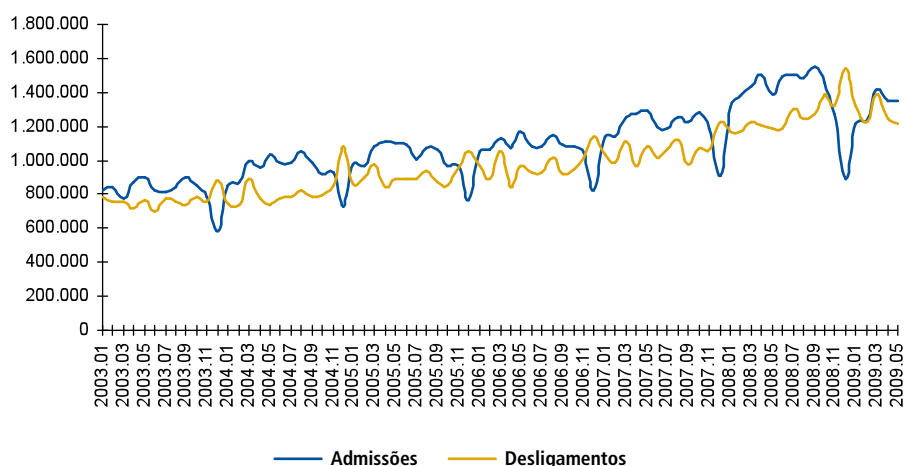


Fonte: CAGED  
Elaboração: SPI/MP

Em 2008, o saldo de emprego foi positivo (1,45 milhão), sendo menor, contudo, do que aquele registrado nos anos de 2007 (1,62 milhão) e 2004 (1,52 milhão). A diferença se explica, sobretudo, pela queda do saldo de emprego no último trimestre do ano, em decorrência da crise econômica mundial. Interessa notar que dezembro é tradicionalmente um mês no qual os desligamentos superam as admissões. Porém, analisando o movimento em dezembro de 2008 em relação a outros exercícios, percebe-se que a variação maior se deve às admissões, que tiveram redução bastante acentuada, e menos aos desligamentos, que cresceram, porém, comparando-se com anos anteriores, em escala menor do que a diminuição das admissões. Esse fato parece expressar um típico comportamento de aumento das incertezas dos empresários, aguardando desdobramentos da crise para retomar projetos de expansão das contratações<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Se analisados os dados mensais de desemprego para as seis regiões metropolitanas contempladas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, pode-se ratificar o aumento da desocupação do fim de 2008 para o início de 2009. Este movimento caracterizou todas as regiões metropolitanas examinadas pela pesquisa, confirmando a piora no mercado de trabalho com o aumento da desocupação.

### Evolução do Saldo de Emprego do CAGED (01/2003 - 05/2009)



Fonte: CAGED  
Elaboração: SPI/MP

Vale destacar que foi na indústria que se deu a maior perda de emprego desde o fim de 2008, tendo o setor iniciado lenta recuperação a partir de abril de 2009, registrando saldo positivo de emprego. São Paulo foi o Estado mais afetado com a perda de empregos (foram perdidos 345 mil empregos entre novembro de 2008 e janeiro de 2009), já que concentra parte significativa da produção industrial. O gráfico acima expressa também que, no início de 2009, o CAGED voltou a ter saldo mensal do emprego positivo. Entre fevereiro e junho de 2009, foram gerados pouco mais de 400 mil empregos, com destaque para agropecuária e serviços.

Neste cenário, deve-se reafirmar o papel das políticas públicas anticíclicas, com potencial de contribuir para o crescimento econômico e manter a trajetória ascendente do emprego. A continuidade do comportamento positivo do emprego verificado nos últimos anos – central para o modelo de consumo de massa – dependerá, não apenas do cenário internacional, mas também de fatores internos, relacionados ao comportamento da demanda.

### 1.5 – Distribuição de Rendimentos, Pobreza e Transferências Governamentais

Outro movimento importante no período 2004-2007 foi a continuidade da redução da desigualdade entre rendimentos. O índice de Gini da distribuição de renda domiciliar *per capita* teve declínio de 5% entre 2003 e 2007<sup>12</sup>.

As principais fontes desta redução foram os rendimentos do trabalho e das transferências governamentais. No primeiro caso, percebe-se um movimento de redução das heterogeneidades do mercado de trabalho.

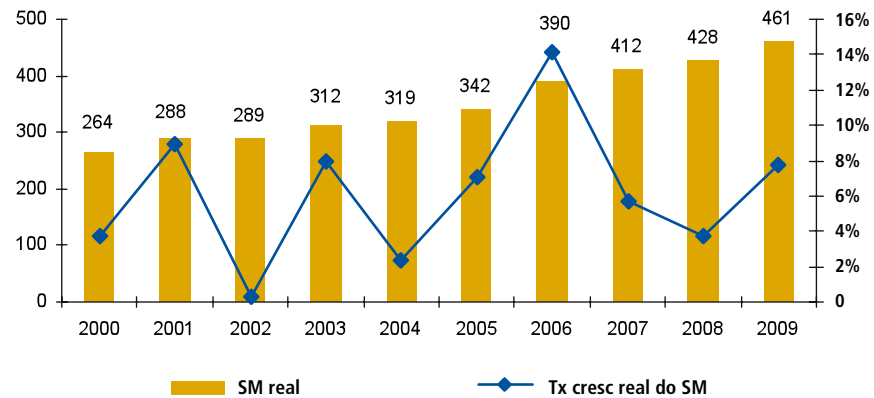
Uma das segmentações que mais contribuem para sustentar os patamares de desigualdade entre remunerações no mercado de trabalho é aquela entre trabalhadores formais e informais. Neste sentido, sob a perspectiva de um modelo de consumo de massa, é fundamental que se acelere a expansão das ocupações, com ênfase na formalização das relações de trabalho dos mais pobres. Segundo dados da Pnad 2007, a taxa de desocu-

<sup>12</sup> O índice de Gini é uma medida de desigualdade, variando entre 0 (igualdade total) e 1 (desigualdade extrema).

pação para pessoas com rendimento domiciliar *per capita* até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo era de 15%, demonstrando a necessidade de intensificar o poder do mercado de trabalho em promover a inclusão socioeconômica e a continuidade da queda da desigualdade.

Para o alcance deste objetivo, um elemento que vale destacar é o salário mínimo, que, entre 2003 e 2008, teve variação real de cerca de 37%, contribuindo para a expansão dos rendimentos no mercado de trabalho verificada no período.

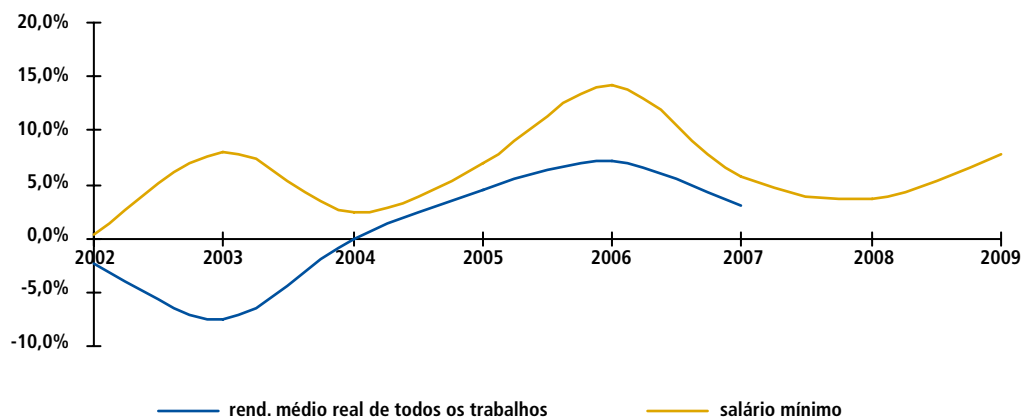
#### Evolução do salário mínimo (2000-2009)



\* Valores do salário mínimo ponderados e a preço de 2009 (supondo-se IPCA de 4,5%)  
 Fonte: BACEN  
 Elaboração: SPI/MP

A valorização real do salário mínimo acima do crescimento dos rendimentos médios do trabalho contribuiu para a redução das diferenças entre remunerações no mercado de trabalho. Mesmo a partir de 2004, com a reversão da série de redução dos rendimentos médios do trabalho, não houve crescimento destes em um ritmo superior ao do salário mínimo<sup>13</sup>.

#### Evolução da taxa de variação real dos rendimentos de todos os trabalhos e do salário mínimo\*



\* Valores corrigidos pelo INPC  
 Fonte: Microdados da Pnad e BACEN  
 Elaboração: SPI/MP

13 Dados de rendimento do trabalho baseados na Pnad só estão disponíveis até 2007.

A importância do salário mínimo para a geração de um mercado de trabalho mais homogêneo pode ser constatada por meio da análise do percentual de ocupados com rendimento de um salário mínimo com relação ao total das ocupações. Em 2007, este percentual era de 11% para o Brasil, variando conforme a unidade da federação. Por meio da tabela abaixo, pode-se perceber a maior importância do salário mínimo para os estados do Nordeste, em especial, Alagoas (22,3%), Paraíba (19,5%) e Sergipe (19,1%). Por outro lado, São Paulo (5%), Santa Catarina (5,9%) e Rio Grande do Sul (6,4%) apresentam os menores valores relativos de ocupados com rendimento de 1 salário mínimo.

Ocupados - total e com remuneração de 1 SM (para UF selecionadas)			
UF	Ocupados com 1 SM (A)	Total de ocupados *(B)	A/B
São Paulo	963.498	19.170.144	5,0%
Santa Catarina	170.871	2.876.042	5,9%
Rio Grande do Sul	322.220	5.028.175	6,4%
Paraná	332.509	4.880.430	6,8%
Bahia	972.914	5.258.629	18,5%
Pernambuco	554.807	2.952.757	18,8%
Sergipe	154.494	809.545	19,1%
Paraíba	247.047	1.266.957	19,5%
Alagoas	227.515	1.018.125	22,3%
Brasil	8.762.825	78.963.894	11,1%

\*Ocupados com 16 anos ou mais, exceto os sem rendimento e sem declaração.

Fonte: Microdados da Pnad

Elaboração: SPI/MP

Outro fator que contribuiu para a redução das desigualdades foram as transferências governamentais. Diversos estudos têm mostrado a importância destas para uma variação da renda dos mais pobres superior à dos mais ricos. Entre as transferências, vale destacar o Programa Bolsa Família, os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), os Benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o Seguro Desemprego e o Abono Salarial. Conforme mostrado na tabela abaixo, entre 2003 e 2008, estas transferências passaram de 7,4% para 8,6% do PIB.

Evolução das Transferências Governamentais (% do PIB)									
Transferência	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RGPS*	5,5%	5,8%	5,9%	6,3%	6,5%	6,8%	7,0%	7,0%	7,0%
BPC-RMV*	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%
Bolsa Família	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%
Seg Desemprego/Abono	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%	0,7%	0,7%
<b>Total</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,6%</b>	<b>6,8%</b>	<b>7,4%</b>	<b>7,7%</b>	<b>8,1%</b>	<b>8,5%</b>	<b>8,6%</b>	<b>8,6%</b>

\* Regime Geral da Previdência Social

\*\* Benefícios de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia

Fonte: MPS, MDS e IBGE

Elaboração: SPI/MP

Os determinantes desta expansão residem em dois elementos: o aumento do número de beneficiários destas políticas (principalmente, em função da criação do Programa Bolsa Família

em 2003 e de sua expansão posterior) e dos valores dos benefícios. Com relação ao primeiro aspecto, a tabela abaixo traz a evolução recente (entre 2004 e 2008) do número de atendidos pelo Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada e Regime Geral de Previdência Social. Vale destacar a expansão, entre 2004 e 2008, superior a 60% e a 100% no atendimento do Bolsa Família, respectivamente, para as Regiões Nordeste e Norte.

Evolução do Atendimento das Transferências Governamentais por Grandes Regiões					
Transferência*	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Sudeste</b>					
Bolsa Família	1.730.675	2.325.379	2.875.677	2.848.034	2.637.339
BPC	710.619	785.429	852.228	920.729	1.016.780
RGPS**	9.983.231	10.249.229	10.413.740	10.510.837	10.756.950
<b>Norte</b>					
Bolsa Família	527.652	697.644	1.023.507	1.081.636	1.075.885
BPC	200.418	224.579	247.851	269.561	291.097
RGPS**	848.480	877.141	900.824	929.538	961.822
<b>Nordeste</b>					
Bolsa Família	3.320.446	4.245.574	5.442.567	5.573.605	5.445.428
BPC	752.165	822.003	887.917	959.896	1.046.598
RGPS**	5.507.691	5.627.935	5.737.662	5.874.914	6.060.862
<b>Sul</b>					
Bolsa Família	700.661	987.062	1.027.439	956.129	853.526
BPC	209.331	233.808	259.423	284.602	314.556
RGPS**	3.804.691	3.933.142	4.050.378	4.130.723	4.294.538
<b>Centro-Oeste</b>					
Bolsa Família	292.405	444.786	596.620	583.672	545.818
BPC	188.480	211.546	230.066	246.035	265.441
RGPS**	941.863	986.508	1.013.301	1.043.448	1.086.981

\* Bolsa Família – família atendida; RGPS e BPC – pessoa atendida.

\*\* RGPS – benefícios emitidos pelo RGPS, salvo o BPC.

Fonte: MPS e MDS

Elaboração: SPI/MMP

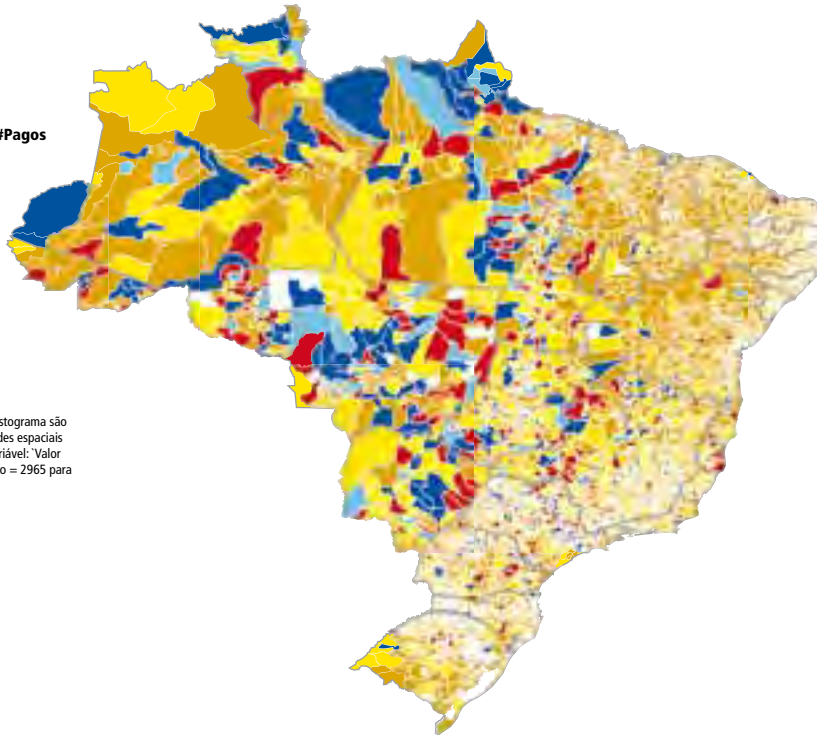
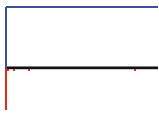
Com relação ao segundo ponto (expansão dos valores dos benefícios), além do aumento do benefício médio do Bolsa Família no período, vale ressaltar a já citada valorização real do salário mínimo. Entre os benefícios emitidos pelo RGPS, quase 70% são de 1 salário mínimo, o que equivale a 17,2 milhões de beneficiários.

Ainda sobre o ponto, os mapas a seguir revelam que as transferências governamentais se distribuem pelo território nacional focalizando as regiões mais pobres. No primeiro caso, os municípios são hierarquizados conforme a relação entre valor arrecadado e transferido pelos benefícios emitidos pela Previdência Social. Quanto mais próxima de zero for a relação, maior tende a ser o valor transferido para o município em comparação com o arrecadado, sugerindo um importante papel redistributivo (sob o ponto de vista social e territorial) dos benefícios emitidos pelo RGPS. O mapa seguinte classifica os municípios segundo o percentual de famílias atendidas pelo Bolsa Família. Nos dois mapas, evidencia-se o poder de redistribuição de renda dos benefícios no território nacional, favorecendo, particularmente, os municípios da Região Nordeste. Este resultado guarda estreita relação com os benefícios não-contributivos, com destaque para a Previdência Rural, o BPC e o Bolsa Família.

**[1,2,3] Valor Contribuição/Benef#Pagos**

	3600,00
	N= 429 M=12,05 S=149,99 1,00
	N= 212 M=0,86 S=0,07 0,75
	N= 497 M=0,61 S=0,07 0,50
	N= 1377 M=0,35 S=0,07 0,25
	N= 2965 M=0,12 S=0,07 0,00
	Ausência de informação

As superfícies dos retângulos do histograma são proporcionais ao número de unidades espaciais em cada classe definida sobre a variável: 'Valor Contribuição/Benef# Pagos' máximo = 2965 para a classe nº1

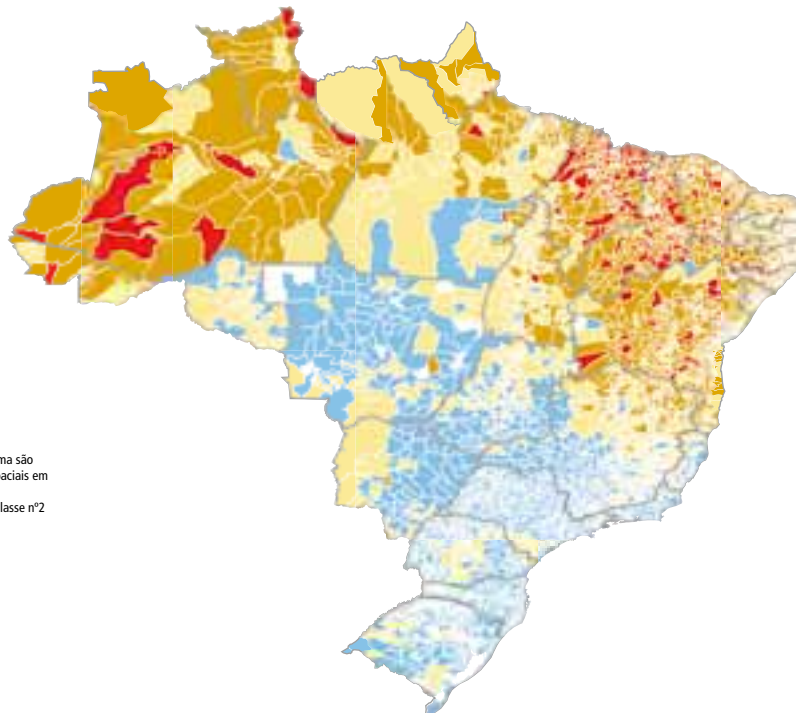
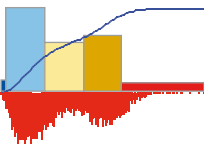


Elaboração: SPI/MP

**[55] Tx atendimento BF**

	0,97
	N= 436 M=0,63 S=0,06 0,58
	N= 1491 M=0,49 S=0,05 0,39
	N= 1299 M=0,29 S=0,05 0,21
	N= 2242 M=0,12 S=0,05 0,02
	N= 38 M=0,02 S=0,01 0,00
	Ausência de informação

As superfícies dos retângulos do histograma são proporcionais ao número de unidades espaciais em cada classe definida sobre a variável: 'Tx atendimento BF' máximo = 2242 para a classe nº2



Fonte: MDS  
Elaboração: SPI/MP

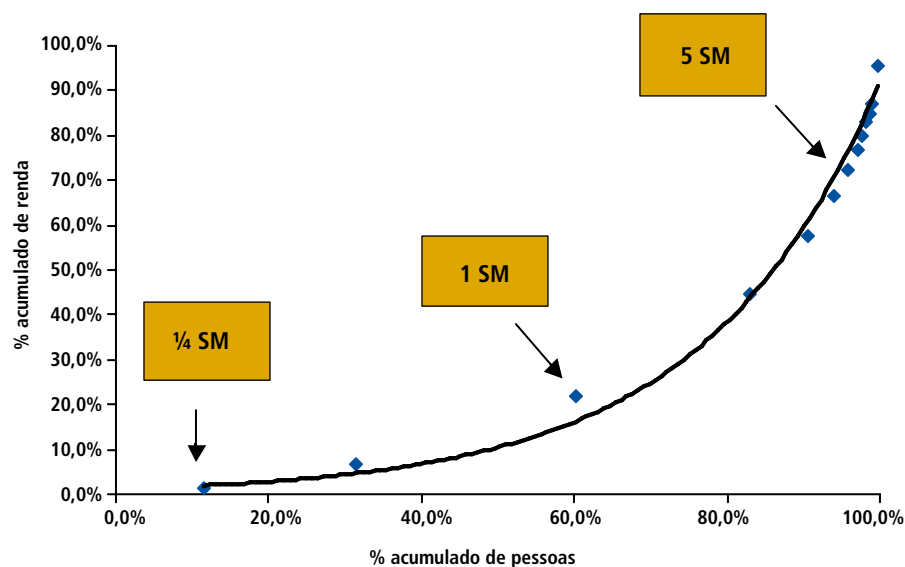
A redução da desigualdade tem sido o fato mais importante para a queda da pobreza nos últimos anos. Entre 2003 e 2007, o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo passou de 43 para 31%. Vale assinalar que não apenas a pobreza se reduziu em função do crescimento econômico verificado a partir de 2004,



mas principalmente por meio do aumento da renda dos mais pobres a um ritmo superior à expansão dos rendimentos dos mais ricos (movimento observado desde 2001). De todo modo, o mais produtivo é que os dois elementos – crescimento com aumento geral da renda e melhoria da distribuição dos rendimentos – fortaleçam o modelo de consumo de massa, expandindo as ocupações, a formalização e os rendimentos.

As estatísticas de rendimento dos últimos anos demonstram melhorias nesta área, mas também revelam que há ainda grande concentração dos rendimentos no Brasil. O gráfico abaixo acumula as pessoas no eixo horizontal, segundo classes de rendimento vinculadas ao salário mínimo, e, no vertical, seus rendimentos domiciliares *per capita*. Até o ponto referente a 1 salário mínimo, por exemplo, há 60% das pessoas e apenas 21% da renda. Até a classe de 5 salários mínimos, há 96% das pessoas, mas apenas 72% da renda, manifestando que pouco menos de 5% dos indivíduos apropriam cerca de 28% do rendimento domiciliar *per capita*. Para o fortalecimento do modelo econômico baseado no mercado de consumo de massa, é fundamental que as políticas públicas e o mercado de trabalho intensifiquem sua capacidade de incluir os mais pobres, por meio da expansão das ocupações formais e dos rendimentos.

**Distribuição da renda domiciliar *per capita* 2007  
(classes de salário mínimo)**



Os pontos da curva correspondem às seguintes classes de rendimento domiciliar *per capita*: até ¼ SM; até ½ SM; até 1 SM; até 2 SM; até 3 SM; até 4 SM; até 5 SM; até 6 SM; até 7 SM; até 8 SM; até 9 SM; até 10 SM; mais de 10 SM.

Fonte: Microdados da Pnad

Elaboração: SPI/MP

## 1.6 - Consumo de Massa e Políticas Anticíclicas

Entre 2004 e 2007, verificou-se significativo crescimento real do PIB brasileiro, puxado pela demanda interna. Em 2008, este movimento teve continuidade, embora, a partir do último trimestre do ano, a crise mundial tenha atingido a economia brasileira. No primeiro trimestre de 2009, o PIB brasileiro recuou 0,8%<sup>14</sup>.

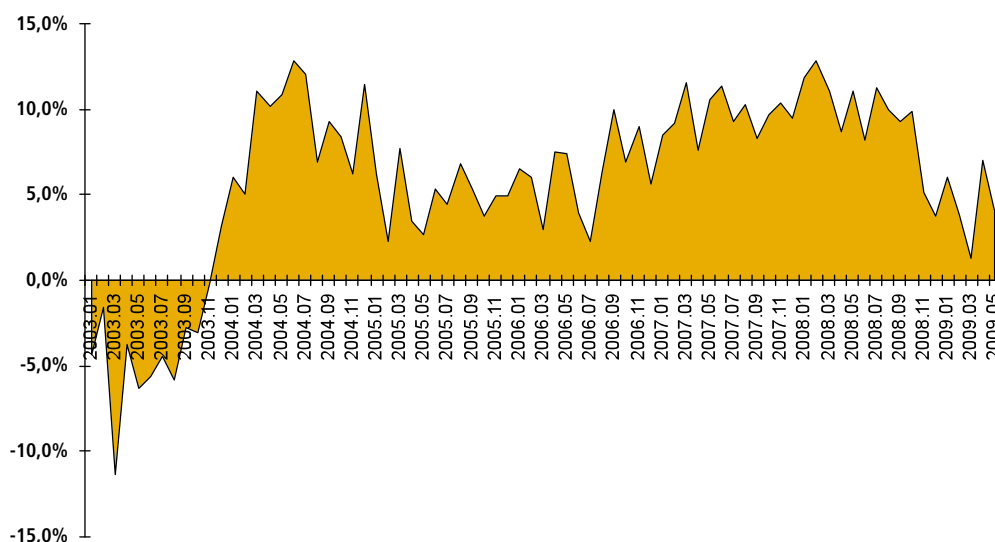
<sup>14</sup> Relativamente ao trimestre anterior, com ajuste sazonal.

As repercussões da crise sobre a economia brasileira podem ser explicadas pelos seguintes aspectos: queda da demanda externa e das operações de crédito voltadas ao comércio internacional, com consequências para as exportações; impactos defasados do aumento da taxa SELIC, iniciado no mês de abril de 2008; nível elevado de estoques da indústria. Somados, esses fatores explicam a queda do investimento e do nível de atividade, repercutindo sobre o mercado de trabalho.

Esses fatos acabaram provocando expectativas pessimistas (de empresários e consumidores), reforçando as condições adversas para a expansão da economia. Foi na indústria que houve maior repercussão da crise, com queda de 3,1% da produção industrial no primeiro trimestre de 2009 com relação ao trimestre anterior. Por outro lado, setores associados ao consumo de bens e serviços vêm tendo melhor performance, o que pode ser explicado por alguns fatores. Primeiro, a massa de rendimento real efetivo não sofreu forte declínio com a crise. Comparados os meses de abril e março de 2009, houve declínio de 0,5% no indicador. Por outro lado, comparando abril de 2009 e de 2008, houve alta de 2,9% na massa de rendimento. Além disso, a elevação das transferências governamentais (com o aumento do salário mínimo no início de 2009 e a expansão do Bolsa Família) contribuiu para este cenário relativamente positivo do consumo de bens e serviços. Por fim, o crédito para pessoa física não se reduziu com a crise.

O gráfico abaixo mostra que o volume de vendas do comércio varejista teve variação positiva, mesmo a partir do último trimestre de 2008, na comparação mensal, sempre relativa ao ano anterior.

**Evolução Real das Vendas no Comércio Varejista\***



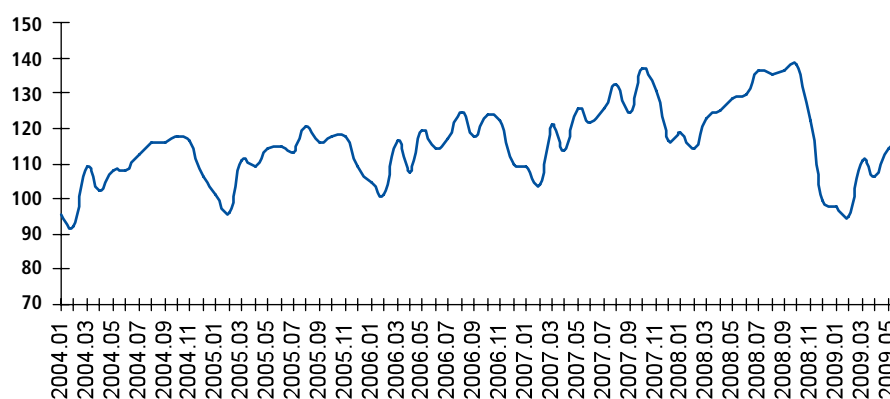
\*Comparação entre os mesmos meses de um ano com relação ao ano anterior

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio

Elaboração: SPI/MP

Conforme visto, em 2009, já se pode perceber a melhoria de alguns indicadores, associados ao consumo, à produção, ao emprego e aos rendimentos. Em particular, a indústria, que sofreu mais fortemente os efeitos da crise, já mostrou alguma recuperação em 2009. O gráfico abaixo mostra a queda da produção física industrial no último trimestre de 2008, bem como a lenta retomada iniciada em 2009. Pode-se também perceber que ainda não foram alcançados os níveis de produção anteriores à crise.

**Produção Industrial Mensal - Índice de Quantum  
Dessazonalizado (Média 2002 = 100)**



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física/BGE  
Elaboração: SPI/MP

A rápida resposta da economia brasileira à crise pode ser explicada por algumas razões, dentre as quais vale destacar as seguintes: a) início de novo ciclo de redução da taxa SELIC, a partir de janeiro de 2009; b) sinais de que o ciclo de estoque da indústria esteja chegando ao fim; c) um conjunto de políticas anticíclicas vem estimulando a produção e o consumo.

Sobre o último ponto, deve-se assinalar a importância das medidas voltadas a reaquecer a economia, com destaque para as seguintes: medidas de recuperação da liquidez e de expansão do crédito; redução de impostos e de contribuições para estimular o consumo e a produção; manutenção e expansão dos investimentos do PAC; lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, que deverá estimular a construção civil com a construção de novas habitações; redução da taxa SELIC e da TJLP; redução da meta de superávit primário para 2009 e retirada da Petrobras do cálculo da meta; aumento das transferências governamentais (com expansão do Bolsa Família e variação do salário mínimo).

Desta forma, vêm sendo implementadas políticas anticíclicas para a retomada da atividade econômica, dada a necessidade de manter o cenário dos últimos anos, de expansão dos investimentos, do consumo, do emprego e dos rendimentos. Para tanto, é fundamental que as políticas fiscal e monetária tenham foco não apenas no controle da inflação, mas também no crescimento econômico com distribuição de renda, gerando as condições para a manutenção de um cenário virtuoso de consolidação do mercado de massa no Brasil.

## 2 – Políticas Prioritárias na Estratégia de Desenvolvimento do PPA

A Estratégia de Desenvolvimento do PPA 2008-2011 contempla a consolidação e expansão do mercado de consumo de massa, mas também um conjunto de políticas públicas prioritárias que contribuem para o desenvolvimento e para a equalização de oportunidades (sobretudo o Programa de Aceleração do Crescimento, o Plano de Desenvolvimento da Educação e a Agenda Social). Esta conjunção da dimensão econômica com outras é produto de uma concepção de desenvolvimento que não opõe crescimento a outros fatores como as políticas com poder de gerar melhor distribuição de oportunidades no território e de redistribuição da renda e da riqueza.

Ao ciclo de crescimento sustentado devem se associar a expansão e a equalização de oportunidades em campos como o educacional, o social e o da infraestrutura de serviços básicos. O objetivo é que as políticas públicas não apenas estimulem um ambiente de crescimento com distribuição de renda, mas também promovam a expansão e a equalização de oportunidades, sob o ponto de vista social e territorial. O fortalecimento de um modelo de crescimento com inclusão pressupõe que políticas públicas se articulem, gerando condições de vida e de desenvolvimento para todos e, ao mesmo tempo, focalizando classes de rendimento mais baixo e territórios em situação de maior vulnerabilidade.

Sob essa perspectiva, a partir da próxima seção, serão analisadas as políticas públicas prioritárias para a estratégia de desenvolvimento do PPA 2008-2011, iniciando-se pela dinâmica recente dos setores de infraestrutura social inseridos no PAC e destacando como a expansão dos gastos públicos nestas áreas deverá contribuir para a promoção do acesso a serviços básicos. As seções seguintes tratarão do Plano de Desenvolvimento da Educação e da Agenda Social.

### 2.1 - Infraestrutura Social<sup>15</sup>

#### Saneamento Básico

O PAC Infraestrutura Social prevê, entre outros, recursos para saneamento básico (drenagem, acesso a água e a esgotamento sanitário e destinação adequada do lixo) da ordem de R\$ 40 bilhões entre 2007 e 2010. Para tanto, consideram-se os recursos do orçamento da União, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e das contrapartidas de estados, municípios e prestadores de serviços. Segundo o 7º Balanço Quadrimestral do PAC, há selecionados R\$ 28,4 bilhões para saneamento, dos quais 87% já estão contratados.

Vale destacar que, nos últimos anos, vem aumentando o total de recursos destinados ao saneamento básico. A tabela abaixo traz valores nominais *per capita* investidos em saneamento básico, comparando-se a média 2003-2006 com o ano de 2007. Pode-se perceber maior variação no Sudeste e no Norte.

<sup>15</sup> Neste documento, serão analisadas as áreas de saneamento, energia elétrica e habitação, mas o PAC Infraestrutura Social prevê intervenções também em recursos hídricos e metrô.

<b>Gasto per capita desembolsado em saneamento*</b>			
Região	2003-2006	2007	Varição %
Norte	8,14	19,65	141%
Nordeste	11,9	18,41	55%
Sudeste	6,49	21,2	227%
Sul	7,46	9,06	21%
Centro-Oeste	21,9	30,2	38%

\* Inclui recursos onerosos e não-onerosos  
 Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental  
 Elaboração: SPI/MP

A expansão dos recursos deverá repercutir sobre o percentual de domicílios com saneamento básico adequado. No caso da água, a meta do PAC é aumentar o percentual de domicílios com acesso a este serviço de 82,3% (Pnad 2005) para 86%, em 2010, atendendo a 7 milhões de domicílios. Conforme tabela abaixo, em 2007, havia 83,3% dos domicílios com acesso à rede geral de água.

<b>Domicílios segundo acesso à rede geral de água</b>		
Domicílios	2005	2007
Sem acesso (Mil)	9.389	9.401
Com acesso (Mil)	43.725	46.943
Total (Mil)	53.114	56.344
% de dom sem acesso	17,7%	16,7%
% de dom com acesso	82,3%	83,3%

Fonte: Microdados da Pnad  
 Elaboração: SPI/MP

É importante destacar que, para o alcance do percentual de 86% em 2010, é necessário que a taxa de expansão do número de domicílios com acesso seja superior à taxa de crescimento do total de domicílios. Entre 2005 e 2007, percebe-se elevação de 1% da taxa, o que corresponde a mais de três milhões de novos domicílios com acesso à rede geral de água. Ainda assim, o número de domicílios sem acesso em 2007 era de 9,4 milhões.

Para a área urbana, em 2007, mais de 93% dos domicílios tinham acesso à rede geral de água. Segundo a Pnad 2007, eram 3,3 milhões de domicílios sem acesso em área urbana, sendo que, em quase 80% dos casos, os domicílios tinham rendimento mensal domiciliar até cinco salários mínimos.

Os Estados com maior número absoluto de domicílios urbanos sem acesso à rede geral de água eram Pará, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Segue abaixo a distribuição dos domicílios por Grandes Regiões, de acordo com o acesso à rede geral de água. Revela-se que as Regiões Norte e Nordeste têm o maior número de domicílios sem acesso a este serviço.

Domicílios particulares permanentes urbanos, por grandes regiões, segundo acesso à rede geral de água (2007)				
Região	Total	Com rede	% com rede	Sem rede
N	3.002.102	2.014.387	67,1%	987.715
CO	3.601.638	3.271.183	90,8%	330.455
NE	10.499.581	9.621.316	91,6%	878.265
S	7.442.262	7.091.912	95,3%	350.350
SE	23.309.968	22.548.433	96,7%	761.535
<b>Total urbano</b>	<b>47.855.551</b>	<b>44.547.231</b>	<b>93,1%</b>	<b>3.308.320</b>

Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

Ainda sobre o saneamento, em 2005, 48,2% dos domicílios tinham acesso à rede coletora de esgoto. A meta do PAC é aumentar este percentual, até 2010, para 55%. Percebe-se, na tabela abaixo, que, entre 2005 e 2007, mais de três milhões de domicílios passaram a ter acesso à rede coletora de esgoto.

Domicílios particulares permanentes segundo acesso à rede coletora de esgoto		
Domicílios	2005	2007
dom sem acesso (mil)	27.493	27.423
dom com acesso (mil)	25.621	28.921
total dom (mil)	53.114	56.344
% de dom sem acesso	51,8%	48,7%
% de dom com acesso	48,2%	51,3%

Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

Em 2007, do total de domicílios particulares permanentes sem acesso à rede de esgoto, pouco mais de 60% se concentravam na faixa de rendimento mensal domiciliar até 5 salários mínimos. Além disso, 19,4 milhões de domicílios sem acesso à rede coletora de esgoto estavam em área urbana. Se considerado também o acesso à fossa séptica, o percentual de domicílios com acesso a serviços de esgoto passava, em 2007, a 74%. Entre as Grandes Regiões, o Centro-Oeste e o Norte tinham os piores percentuais de acesso (47,2% e 54,7%, respectivamente). As Unidades da Federação com maior número absoluto de domicílios sem acesso a serviços de esgoto eram Bahia, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Goiás, Paraná e São Paulo. Nesses Estados, estavam mais de 50% dos domicílios sem acesso a esgotamento sanitário adequado.

Domicílios particulares permanentes, com acesso a esgoto*, por grandes regiões (2007)			
Região	dom com acesso	Domicílios	% dom com acesso
Centro-Oeste	1.965.768	4.162.614	47,2%
Norte	2.134.503	3.900.018	54,7%
Nordeste	7.846.150	14.251.544	55,1%
Sul	7.058.315	8.878.981	79,5%
Sudeste	22.474.511	25.151.031	89,4%
<b>Brasil</b>	<b>41.479.247</b>	<b>56.344.188</b>	<b>73,6%</b>

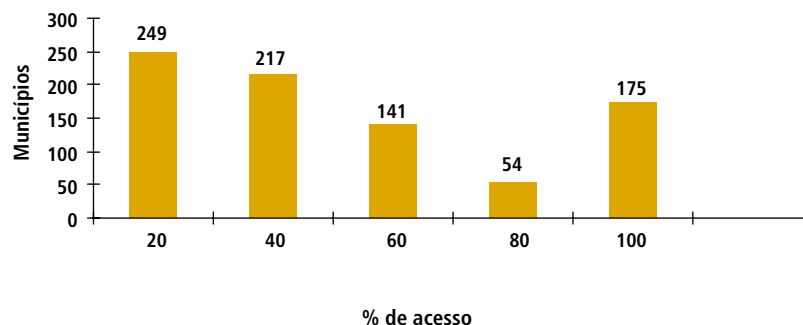
\* Rede coletora ou fossa séptica  
Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

Enfim, pode-se verificar que, nos últimos anos, aumentou o número de domicílios com acesso a água e a esgotamento adequado. Todavia, estes ainda não são serviços universais. O PAC tem meta de expansão da cobertura de água e esgotamento até 2010, respectivamente, para 86% e 55%<sup>16</sup>. Os investimentos necessários ao cumprimento dessas metas, além de garantirem serviços básicos, em especial, àqueles com menores rendimentos, serão importantes para a manutenção de um cenário de crescimento econômico.

Um ponto importante é que, embora o déficit absoluto de saneamento seja concentrado em regiões metropolitanas ou municípios acima de 1 milhão de habitantes, é preciso levar em conta a situação dos pequenos municípios que possuem valores relativos de déficit elevados, repercutindo, inclusive, sobre as condições de saúde de seus residentes.

A título de ilustração, foram selecionados pouco mais de 800 municípios com piores Índices de Desenvolvimento Humano (2000), estando 91% no Nordeste e 7% no Norte. São municípios com pequena população e baixos percentuais de cobertura de serviços básicos (sendo aqui considerados a existência de banheiro e acesso à rede geral de água), conforme os dados do Censo 2000. O gráfico abaixo mostra que, entre o total de municípios com IDH-M menor do que 0,6, parte significativa (mais de 70%) era caracterizada pela inexistência de banheiro e de acesso à rede geral de água para mais de 60% de seus domicílios.

**Distribuição dos municípios segundo o número de domicílios com acesso à rede geral de água e banheiro (Censo 2000)**



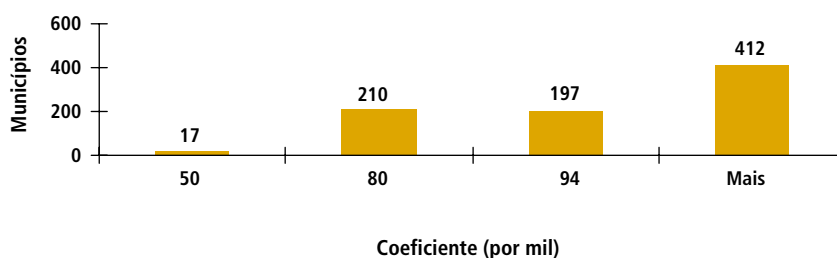
Fonte: Censo 2000 e Pnud  
Elaboração: SPI-MP

É preciso considerar que tais municípios têm baixa capacidade de financiamento de políticas públicas para universalização de serviços básicos, bem como de estruturação de projetos para demandar recursos. Desta forma, é central, sob o ponto de vista da equalização de oportunidades, que se constitua uma forma de pactuação entre estes Municípios, União e Estados, visando à melhoria da qualidade dos projetos, e que os recursos da União para saneamento básico não sejam distribuídos apenas em função do número absoluto do déficit de serviços.

<sup>16</sup> Ainda sobre saneamento básico, o PAC prevê também que, até 2010, 47% dos domicílios deverão ser atendidos com destinação adequada do lixo. Este percentual em 2005 era de 36%.

Tomando por critério de priorização, por exemplo, o coeficiente de mortalidade de crianças menores de 5 anos (total de óbitos de menores de 5 anos de idade por 1.000 nascidos vivos), os Municípios com IDH-M menor do que 0,6 tem mediana de 93,7. Ou seja, conforme mostra a tabela abaixo, metade dos 836 Municípios considerados têm coeficiente de mortalidade de crianças maior do que 93,7. Como a taxa brasileira em 2000 era de 30,37, evidencia-se a necessidade de combater as desigualdades entre municípios, garantindo a aplicação de recursos naqueles em situação de maior vulnerabilidade.

**Distribuição dos municípios\* segundo o coeficiente de mortalidade de crianças menores do que 5 anos (Censo 2000)**



\*Municípios com IDH-M menor ou igual a 0,6  
 Fonte: Censo 2000 e Pnud  
 Elaboração: SPI/MP

Então, deve-se salientar que serviços de saneamento básico apresentam reflexos sobre as condições de saúde, medidas por indicadores como morbidade e mortalidade de crianças, número de internações por doenças de transmissão feco-oral e por inseto vetor, entre outros. Neste sentido, investimentos nesta área, não apenas estimulam a geração de emprego, mas efetivam direitos sociais, contribuindo para a equalização do acesso a serviços básicos, reduzindo os gastos públicos com saúde e aprimorando a qualidade de vida da população.

Ainda sobre a questão do financiamento, a comparação entre a receita corrente líquida do município (receita total excluídas as transferências da União) e sua receita corrente total indica a capacidade de financiamento dos municípios para a realização de políticas públicas independentemente do recebimento de recursos federais (aqui denominado Grau de Dependência dos Recursos Federais). Quanto menor a relação, maior o grau de dependência dos recursos federais. Tendo por referência os municípios com IDH-M menor ou igual a 0,6, observa-se que dos 760 municípios que apresentam dados de receita, aproximadamente 60% têm extrema ou alta dependência dos recursos federais, nos termos da classificação abaixo.

Descrição do grupo de municípios	Qtd
Extrema: Municípios em que os recursos federais representam mais de 80% da receita corrente.	17
Alta: Municípios em que os recursos federais representam entre 80% e 60% da receita corrente.	431
Média: Municípios em que os recursos federais representam entre 60% e 40% da receita corrente.	305
Baixa: Municípios em que os recursos federais representam entre 40% e 20% da receita corrente.	7
<b>Total</b>	<b>760</b>

Elaboração: SPI/MP



Considerando os 6 territórios estratégicos, definidos no Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, dos 423 municípios localizados no Semiárido, mais de 65% têm dependência alta ou extrema de recursos federais. A tabela apresenta os resultados para os territórios.

<b>Grau de dependência com relação aos Recursos Federais (Municípios com IDH-M menor ou igual a 0,6)</b>					
Território Estratégico (total de municípios)		Extrema	Alta	Média	Baixa
Bioma Amazônico	(29)	0,0%	0,0%	86,2%	13,8%
Centro-Norte	(119)	1,7%	48,7%	47,9%	1,7%
Litoral Norte-Nordeste	(188)	0,0%	56,9%	43,1%	0,0%
Litoral Sul-Sudeste	(1)	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
Semiárido	(423)	3,5%	62,6%	33,6%	0,2%
Total Global	(760)	2,2%	56,7%	40,1%	0,9%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração: SPI/MP

Esses números reforçam o papel da União na busca ativa das populações mais vulneráveis, muitas vezes residentes em pequenos municípios, para priorização no repasse de recursos, o que é fundamental para as políticas de saneamento básico, mas possui também validade geral.

### Iluminação elétrica

Outra dimensão central da infraestrutura social é o acesso à iluminação elétrica. Nesta área, destaca-se o Programa Luz para Todos, que integra o PAC. Para o período 2007-2010, está previsto o atendimento a 5,15 milhões de pessoas pelo Programa Luz para Todos, com um gasto de R\$ 8,7 bilhões, dos quais 73% são referentes à União. Vale assinalar que, até o fim de 2008, o Programa cumpriu 94% da meta estabelecida para o período 2004-2008: a realização de 2 milhões de ligações. Para o conjunto de Estados que alcançaram as metas previstas antes de dezembro de 2008, a Pnad 2007 já indicava um percentual muito baixo de domicílios sem iluminação elétrica, configurando uma tendência à universalização deste serviço. Abaixo segue a relação destes Estados, com os respectivos percentuais de domicílios sem acesso à iluminação elétrica. Pode-se perceber que, dos nove estados listados, apenas Rio Grande do Norte e Sergipe têm percentual de domicílios sem iluminação elétrica superior a 1%.

<b>Estados com metas cumpridas de ligações até dezembro de 2008 e respectivos déficits (2007)</b>	
UF	% Sem iluminação
Rio Grande do Norte	1,40%
Pernambuco	1,00%
Sergipe	1,60%
Minas Gerais	0,80%
Espírito Santo	0,20%
Rio de Janeiro	0,00%
São Paulo	0,10%
Santa Catarina	0,20%
Mato Grosso do Sul	0,70%

Fonte: Balanço do PAC e Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

Para o período 2009-2010, foi concebida nova meta, de 950 mil ligações. Se considerado que a maior parte das ligações será destinada ao atendimento de domicílios, a execução desta nova meta deverá implicar a tendência à universalização do acesso à iluminação elétrica, pois, segundo a Pnad 2007, há pouco mais de 1 milhão de domicílios sem acesso a este serviço no Brasil. Estes domicílios estão situados, sobretudo, em áreas rurais e, com relação às Grandes Regiões, no Nordeste e no Norte. Conforme mostram as duas tabelas a seguir, 90% dos domicílios sem iluminação elétrica estão em área rural. Além disso, 84% destes domicílios estão nas regiões Norte e Nordeste.

Domicílios particulares permanentes - acesso à iluminação elétrica		
Área	Com Iluminação elétrica	Sem Iluminação elétrica
Urbano	47.751.517	104.034
Rural	7.590.794	897.843
Total	55.342.311	1.001.877

Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

Domicílios particulares permanentes, segundo acesso à iluminação elétrica, por grandes regiões (2007)			
Grandes Regiões	Total de domicílios	Tot. Dom. sem acesso	% Dom sem acesso
CO	4.162.614	55.781	1,34%
N	3.900.018	232.114	5,95%
NE	14.251.544	607.092	4,30%
S	8.878.981	47.914	0,50%
SE	25.151.031	58.976	0,20%
Brasil	56.344.188	1.001.877	1,78%

Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

## Habitação

Na área de habitação, o PAC prevê o atendimento a quase 4 milhões de pessoas, aplicando recursos, entre 2007 e 2010, de R\$ 106 bilhões<sup>17</sup>. Deste total, R\$ 56 bilhões são oriundos do Orçamento da União, de financiamentos (incluindo os subsídios do FGTS) e de contrapartidas. Estes recursos financiarão a construção de moradias (R\$ 44,3 bilhões) e a urbanização de favelas (R\$ 11,6 bilhões). Segundo o 7º Balanço do PAC, há selecionados R\$ 14,4 bilhões para investimentos, dos quais R\$ 13,5 bilhões já estão contratados.

O PAC intervém com vistas a reduzir o déficit habitacional quantitativo, mas também leva em conta a existência de aglomerados subnormais (favelas e assemelhados) e a inadequação de domicílios, relativa à densidade excessiva, inadequação fundiária, carência de serviços de infraestrutura e domicílios sem banheiro.

17 Inclui recursos do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE) e de contrapartida de pessoas físicas, estimados em cerca de metade do valor total a ser investido pelo PAC. A rigor, no 7º Balanço do PAC, já havia a marca de R\$ 76,8 bilhões contratados com recursos do SBPE e contrapartidas.

Com relação a estes dois últimos, vale tecer alguns comentários. Segundo dados da Pnad 2007, mais de 400 mil domicílios urbanos não tinham banheiro de uso exclusivo, representando menos de 1% do total do Brasil. Dos cerca de 400 mil domicílios, 82% tinham rendimento domiciliar até 3 salários mínimos. Ainda na área urbana, 700 mil domicílios não tinham banheiro ou sanitário (1,5% do total de domicílios)<sup>18</sup>. Destes, 86% tinham rendimento domiciliar mensal até 3 salários mínimos. Percebe-se, pois que, embora percentualmente pouco significativa, a carência de infraestrutura se concentra nos domicílios brasileiros com rendimentos mais baixos.

Mas há ainda outros problemas habitacionais mais expressivos, como o adensamento excessivo e o ônus excessivo com aluguel. Segundo o IPEA, com base em dados da Pnad 2007, o ônus excessivo com aluguel<sup>19</sup> e o adensamento excessivo<sup>20</sup> caracterizavam, respectivamente, 5,4 milhões e 12,3 milhões de moradores em domicílios urbanos.

Além disso, questões associadas à regularização fundiária também compõem o quadro de problemas habitacionais no Brasil. Segundo dados da Pnad 2007, havia, nas áreas urbanas, 1,93 milhão de domicílios próprios localizados em terrenos de terceiros. Deste total, cerca de 50% estavam na Região Nordeste.

Pode-se verificar que problemas de regularização fundiária em área urbana também atingem domicílios com rendimentos mensais domiciliares mais baixos. Do total de domicílios urbanos próprios em terrenos de terceiros, mais da metade está na faixa até 3 salários mínimos, conforme tabela abaixo.

<b>Domicílios particulares urbanos próprios em terrenos de terceiros (2007)</b>		
Classe de renda	Nº de dom	% do total
Sem rendimento	38.898	2,0%
Até 3 SM	1.028.453	53,2%
Mais de 3 a 5 SM	377.759	19,5%
Mais de 5 SM	439.498	22,7%
Sem declaração	48.827	2,5%
<b>Total</b>	<b>1.933.435</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

Parte destes domicílios está situada em favelas e assemelhados. Segundo o IPEA, baseado em dados da Pnad 2007, havia, em 2007, quase 7 milhões de pessoas moradoras em favelas, tendo este número aumentado mais de 40% em relação a 1992. Corroborando a importância da questão, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 86% dos municípios com mais de 100 mil habitantes declararam a existência de favelas, palafitas ou assemelhados, conforme tabela a seguir.

18 Vale chamar atenção para o fato de que, em 2007, havia 1,74 milhão de domicílios sem banheiro/sanitário em área rural.

19 Gasto superior a 30% da renda com aluguel.

20 Mais de 3 pessoas por cômodo que servia de dormitório.

Municípios que declararam existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados			
Tamanho da população	Total de municípios	Com favela	% do total
Até 5 mil	1.267	120	9,5%
Mais de 5 a 10 mil	1.290	294	22,8%
Mais de 10 a 20 mil	1.385	451	32,6%
Mais de 20 a 50 mil	1.037	516	49,8%
Mais de 50 a 100 mil	319	226	70,8%
Mais de 100 a 500 mil	229	194	84,7%
Mais de 500 mil	37	36	97,3%
<b>Total</b>	<b>5.564</b>	<b>1.837</b>	<b>33,0%</b>

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008  
Elaboração: SPI/MP

O quadro até aqui exposto aponta para associações entre problemas habitacionais, pobreza e desigualdades sociais. Estas se expressam no espaço urbano, gerando, entre outros, situações de carências de infraestrutura domiciliar, existência de assentamentos precários, densidade e ônus excessivo com aluguel. Particularmente, 92% do déficit quantitativo habitacional concentram-se na população com renda abaixo de cinco salários mínimos, de modo que é fundamental que a política de habitação esteja dotada de instrumentos para o atendimento aos mais pobres.

Neste sentido, vale assinalar, particularmente, a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), em 2005. O FNHIS tem o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para programas que implementem políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda, podendo contemplar, por exemplo, aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais e recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social. Conforme a tabela abaixo, o total de recursos do FNHIS contratados, desde sua criação, vem tendo expansão, em termos nominais, a uma taxa de 9% ao ano.

Propostas Selecionadas do FNHIS (R\$ milhões)				
Ações	2006	2007	2008	Total
Provisão Habitacional	72,88	298,54	485,91	857,33
Urbanização	847,98	646,95	559,32	2.054,25
Assistência Técnica	-	9,03	13,77	22,80
Plano Habitacional	-	34,66	30,22	64,88
<b>Total</b>	<b>920,86</b>	<b>989,18</b>	<b>1.089,22</b>	<b>2.999,26</b>

Fonte: Ministério das Cidades

Outra fonte importante para que a política habitacional atenda aos mais pobres são os recursos do FGTS, especialmente, os subsídios previstos. Os recursos se expandiram nominalmente, entre 2002 e 2008, a uma taxa média anual de 40% para a classe de rendimento familiar até 5 salários mínimos.

Recursos do FGTS - Investimento em Habitação para classe de rendimento até 5 salários mínimos (R\$ mil)	
2002	340.153
2003	210.719
2004	651.927
2005	1.460.103
2006	2.412.632
2007	2.550.089
2008*	2.590.711

\*Posição em 30/11

Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal

Elaboração: SPI/MP

Por fim, deve-se assinalar a criação, em 2009, do Programa Minha Casa, Minha Vida, que pretende investir R\$ 34 bilhões, dos quais R\$ 26 bilhões são subsídios da União e do FGTS. O Programa tem a meta de reduzir em 14% o déficit habitacional, construindo 1 milhão de moradias para famílias com renda familiar até 10 salários mínimos<sup>21</sup>. De modo geral, o Programa procura adaptar a prestação da casa própria às condições de pagamento da família. Segue abaixo distribuição do déficit habitacional quantitativo por Grandes Regiões.

Déficit Habitacional (2007)		
Grandes Regiões	Nº de domicílios	% em relação ao total de domicílios
Norte	652.684	16,7
Nordeste	2.144.384	15
Sudeste	2.335.415	9,3
Sul	703.167	7,9
Centro-Oeste	436.995	10,5
Brasil	6.272.645	11,1

Fonte: Pnad e Fundação João Pinheiro

Elaboração: SPI/MP

O Programa prevê subsídios, que são direcionados, sobretudo, para as classes de rendimento familiar mais baixo, pois é nelas que se concentra parte expressiva do déficit habitacional. Na faixa de 0 a 3 salários mínimos, a perspectiva é construir 400 mil unidades, com subsídio integral e isenção de seguro. Para as faixas de 3 a 6 salários mínimos, os subsídios variam conforme o rendimento.

<sup>21</sup> Embora o Programa Minha Casa Minha Vida parta de um diagnóstico que aponta para um déficit de 7,2 milhões de moradias, o Ministério das Cidades apresentou nova fórmula de cálculo do déficit, retirando as famílias que coabitam um domicílio por opção. Com isso, a estimativa é que o déficit seja de 6,3 milhões de moradias.

Logo, o Programa tem critérios progressivos de subsídios para a casa própria, contribuindo para a equalização de oportunidades ao viabilizar o acesso dos mais pobres à casa própria. Entretanto, vale assinalar a necessidade de expandir ainda mais os recursos da política habitacional para as famílias com rendimentos até 3 salários mínimos, pois há, para esta faixa, um déficit de 5,6 milhões de moradias (89,4% do déficit total), número superior às metas do Programa. De modo geral, sob a perspectiva de geração de um espaço urbano mais coeso, é essencial que os instrumentos de financiamento da política habitacional estejam voltados às classes mais pobres.

De todo modo, espera-se, para os próximos exercícios, a redução do déficit quantitativo e qualitativo de moradias, como resultado da expansão dos recursos aplicados em habitação e, especialmente, de seu direcionamento para as camadas mais pobres.

## **2.2. - Plano de Desenvolvimento da Educação**

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) compõe a Estratégia de Desenvolvimento do Plano Plurianual 2008-2011. Ao Estado cabe grande parcela de responsabilidade na política educacional, sobretudo no que se refere à equalização do acesso a uma educação de qualidade, independentemente de fatores como rendimento, cor/raça e sexo, idade etc.

O PDE não é apenas uma lista de ações voltadas ao objetivo acima exposto, pois contém uma visão sistêmica da educação, com articulação entre níveis e modalidades educacionais, visando à construção de uma política que seja elemento central para a equalização de oportunidades, redução das desigualdades e melhor distribuição da oferta de serviços públicos pelo território nacional.

Neste sentido, procura superar falsas dicotomias (como, por exemplo, entre educação básica x educação superior, ensino fundamental x outros níveis da educação básica e ensino médio x educação profissional), construindo uma política de educação em sua integralidade e por meio das relações entre suas partes.

A partir desta visão sistêmica da educação contida no PDE, a União reforça seu papel constitucional relativo à equalização de oportunidades e à manutenção de um padrão de qualidade para o ensino por meio de um conjunto de instrumentos postos à disposição de estados, municípios e Distrito Federal, em particular, para a educação básica. Ademais, são previstas diversas ações na educação superior e profissional e tecnológica que, entre outros, aumentam a oferta de vagas, democratizam o acesso e contribuem para o desenvolvimento econômico e social no território.

A seguir, são examinadas algumas ações do PDE, salientando-se suas relações com o quadro educacional brasileiro e seus efeitos potenciais como parte da estratégia de desenvolvimento do PPA.

### **Educação Básica**

Em 2007, passou a vigorar a Lei que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que atende a toda a educação básica – creche ao ensino médio. O Fundeb substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que atendia apenas à educação fundamental.

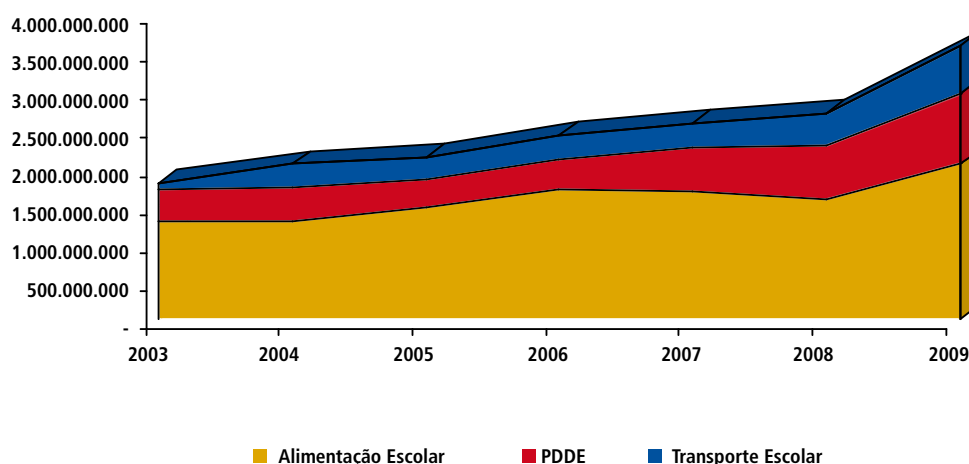
Assim, o Fundeb passou a atender a 47 milhões de estudantes (educação infantil e especial, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos), enquanto o Fundef atendia a 30 milhões de alunos do ensino fundamental. A previsão de aporte da União no Fundeb também aumentou, sendo de R\$ 2 bilhões no primeiro ano; R\$ 3 bilhões no segundo; R\$ 5 bilhões no terceiro; e 10% do montante da contribuição dos estados e municípios a partir do quarto.

A parcela da União no Fundeb se destina à complementação para os entes que não consigam, com suas receitas próprias, alcançar determinado valor por aluno. Deste modo, a União cumpre importante função redistributiva, contribuindo para equalizar oportunidades – no que se refere à qualidade da educação básica – entre unidades da federação.

Ainda sobre o papel da União no fortalecimento da educação básica, merecem destaque algumas transferências do governo federal que apoiam, em caráter suplementar, entes federativos. Entre elas, vale citar: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), cujo objetivo é melhorar a infraestrutura física e pedagógica e reforçar a autogestão das escolas, transferindo recursos para escolas públicas da educação básica e escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos; o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, que tem o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público da área rural que utilizem transporte escolar; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, voltado à alimentação escolar dos alunos de escolas públicas e filantrópicas.

A partir de 2009, essas ações atenderão a toda educação básica, e não apenas ao ensino fundamental, aumentando o número de alunos beneficiados. Segue abaixo evolução do orçamento destas três ações. A expansão das transferências manifesta a extensão das ações a todos os estudantes da educação básica em 2009, mas também o aumento dos valores *per capita* de repasse nos últimos anos.

**Evolução Real\* do Volume de Transferências  
(Alimentação Escolar, PDDE e Transporte Escolar) - 2003-2009\*\***



\* Valores a preços de 2009 (meta prevista do IPCA)

\*\* 2003 a 2008: liquidado; 2009: autorizado

Fonte: Siga Brasil

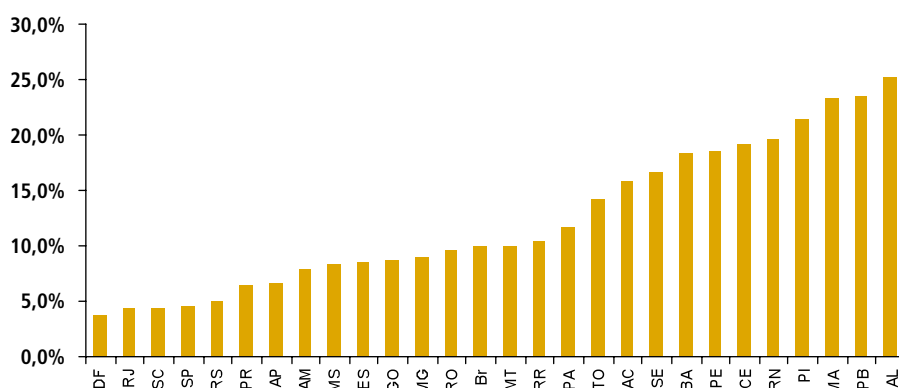
Elaboração: SPI/MP

Ainda sobre as transferências do PNAE, os valores *per capita* se expandiram a partir de 2003, depois de longo período de estagnação. É preciso indicar a necessidade de continuidade deste movimento, ajustando o valor transferido ao custo da alimentação e assegurando seu poder de compra. Mesmo que o repasse da merenda seja de natureza complementar, é fundamental (sobretudo para os municípios mais pobres e com piores IDEBs) que a União garanta recursos para a merenda escolar compatíveis com os objetivos estratégicos de permanência dos alunos na escola e promoção de sua segurança alimentar e nutricional.

Outra iniciativa no âmbito da educação básica é a reformulação do Programa Brasil Alfabetizado, que visa à universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais. Para recebimento dos recursos do governo federal voltados a este objetivo, os entes federados têm de formular Plano Plurianual de Alfabetização, contendo, entre outros, metas de alfabetização. Ademais, os entes federados devem se comprometer com a continuidade da educação dos alfabetizados, por meio da oferta progressiva de vagas do ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A integração entre alfabetização e educação de jovens e adultos revela, sob mais um aspecto, a concepção sistêmica contida no PDE.

Para precisar a importância dos investimentos públicos na educação básica citados, vale assinalar alguns dados relativos à educação no Brasil, salientando suas diferenças regionais. Primeiro, a taxa de analfabetismo no Brasil para pessoas de 15 anos ou mais de idade, em 2007, era de 10%. Nos últimos anos, a taxa não sofreu reduções significativas, pois se encontrava, em 2003, no patamar de 11,6%. O gráfico abaixo mostra a taxa de analfabetismo por unidades da federação, manifestando a enorme disparidade entre as Regiões. Os Estados com piores taxas são Alagoas (25,1%), Paraíba (23,5%) e Piauí (23,4%), todos no Nordeste. Por outro lado, Distrito Federal (3,7%), Rio de Janeiro (4,3%), Santa Catarina (4,4%) e São Paulo (4,6%) apresentavam, em 2007, os percentuais mais baixos para o Brasil.

**Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 anos ou mais por UF (2007)**



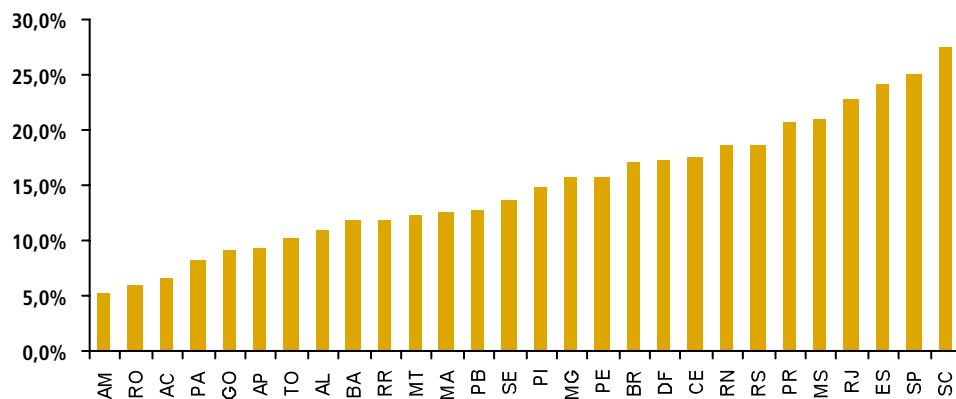
Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP



Sobre o ensino fundamental, do total da população de 7 a 14 anos de idade, quase 98% frequentavam a escola em 2007. Este índice evoluiu de forma considerável desde a década de 1990, manifestando a tendência à universalização do ensino fundamental.

Já para as faixas de 0-6 e 15-17 anos de idade, a taxa de escolarização ainda é baixa. Especificamente, para a faixa 0-3 anos (referente à creche), o percentual de crianças que frequentavam creche era em 2007 de apenas 17,1%, tendo, todavia, subido mais de 5 p.p. desde 2003. O gráfico a seguir mostra que há grande dispersão na taxa de escolarização de crianças de 0 a 3 anos entre unidades da federação, com Amazonas (5,1%), Rondônia (6%) e Acre (6,6%) tendo os piores percentuais. Por outro lado, Estados das Regiões Sul e Sudeste têm as taxas mais altas, com destaque para Santa Catarina (27,5%), São Paulo (24,9%) e Espírito Santo (24%).

**Taxa de Escolarização - 0 a 3 anos de idade (2007)**



Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

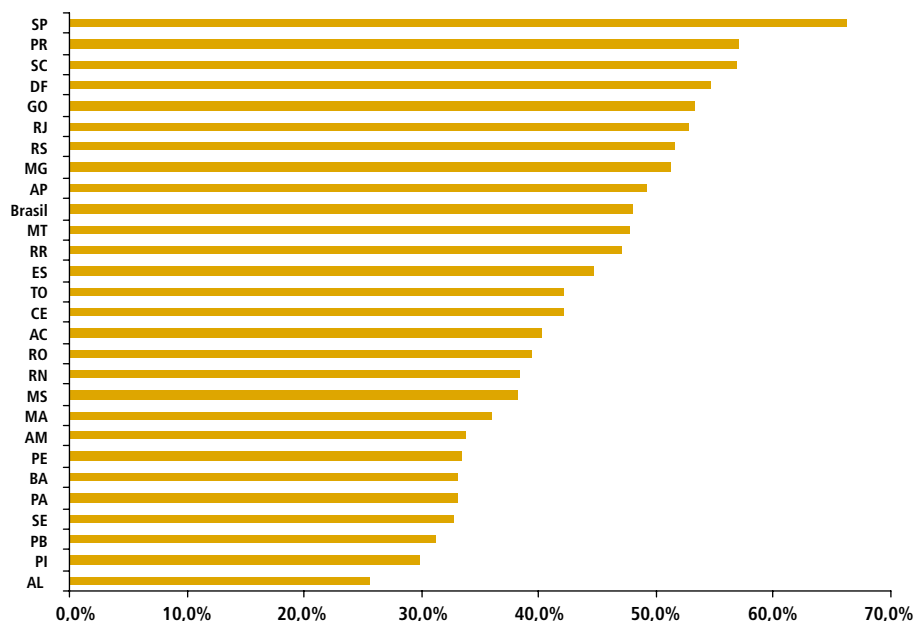
Para a faixa de 4 a 6 anos de idade, a taxa de escolarização é mais alta (77,6%, em 2007), tendo subido quase 10 p.p. desde 2003. Em parte, esta elevação pode estar associada à determinação legal de aumento do ensino fundamental para mais um ano (começando aos seis anos de idade), que é obrigatório.

Por sua vez, a faixa de 15-17 anos de idade tinha, em 2007, taxa de escolarização de 82,1%. Sobre o ponto, vale destacar algumas questões. Primeiro, esta taxa vinha crescendo até 2003, quando passou a sofrer pequenas variações de aumento ou redução a cada ano, sem, portanto, manifestar uma trajetória de alta.

Outra questão para a qual é preciso chamar atenção é que 33% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam escola estavam no ensino fundamental. Isto é, dos 82% de jovens entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam escola em 2007, apenas 48% estavam no ensino médio, nível adequado à faixa etária. Embora seja um número ainda baixo, entre 2003 e 2007, houve melhora de quase 5 p.p. na taxa. O gráfico a seguir mostra o percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade com frequência ao ensino médio (taxa de frequência líquida) por unidades da federação,

podendo-se perceber, mais uma vez, a disparidade entre Regiões. Alagoas (25,6%), Piauí (29,8%) e Paraíba (31,3%) são os Estados com piores percentuais. Por outro lado, as maiores taxas encontram-se nas Regiões Sul e Sudeste, notadamente, São Paulo (66,3%), Paraná (57,1%) e Santa Catarina (56,8%).

**Taxa de Frequência Líquida\* - 15 a 17 anos - Ensino Médio (2007)**



\* Escolaridade adequada à faixa etária

Fonte: Microdados da Pnad

Elaboração: SPI/MP

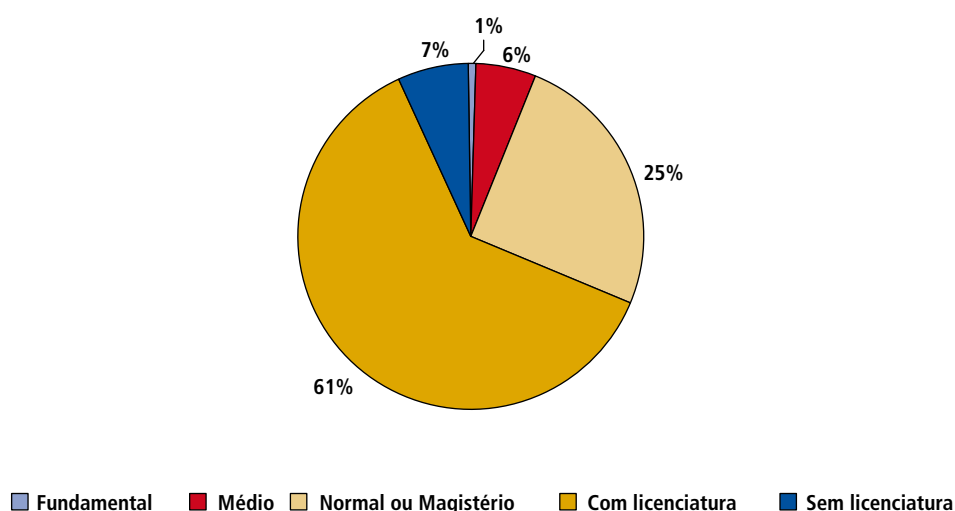
Os números até aqui expostos demonstram que a política educacional (envolvendo todos os entes federados) ainda deve avançar significativamente para garantir a universalização da alfabetização e o acesso, particularmente, à educação infantil e ao ensino médio. Os dados mostram também que persistem desigualdades regionais consideráveis no acesso a esses níveis de ensino. Por exemplo, a razão entre a taxa de frequência líquida de jovens de 15 a 17 anos de São Paulo (Estado com maior taxa) e de Alagoas (Estado com pior taxa) é de 2,59, manifestando o diferencial expressivo de chances de um jovem de 15 a 17 anos de idade cursar o ensino médio, de acordo com a Região em que reside. Esses diferenciais se repetem quando são considerados outros indicadores, conforme visto, o que reforça a necessidade de que as ações do PDE priorizem regiões que apresentem piores quadros educacionais.

O PDE também compreende ações de melhoria da qualidade da educação básica. Sabe-se que não há educação de qualidade sem investimentos nos docentes, sendo possível agrupar um conjunto de ações do PDE com esta finalidade.

Primeiro, vale assinalar a aprovação, em 2008, do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. O piso foi estabelecido em R\$ 950, constituindo uma importante ferramenta para a melhoria da educação básica por meio da valorização dos profissionais do magistério.

Há também iniciativas voltadas à ampliação da formação e da escolaridade dos docentes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena. Ademais, especifica que, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a formação mínima é aquela oferecida em nível médio, na modalidade Normal. O gráfico abaixo mostra a distribuição da escolaridade/formação do total de 1,88 milhão de professores da educação básica, mostrando que cerca de 40% não têm graduação com licenciatura. Ademais, 7% não têm o ensino médio com habilitação para o magistério, constituindo o público cuja formação está abaixo daquela requerida para a docência no ensino básico.

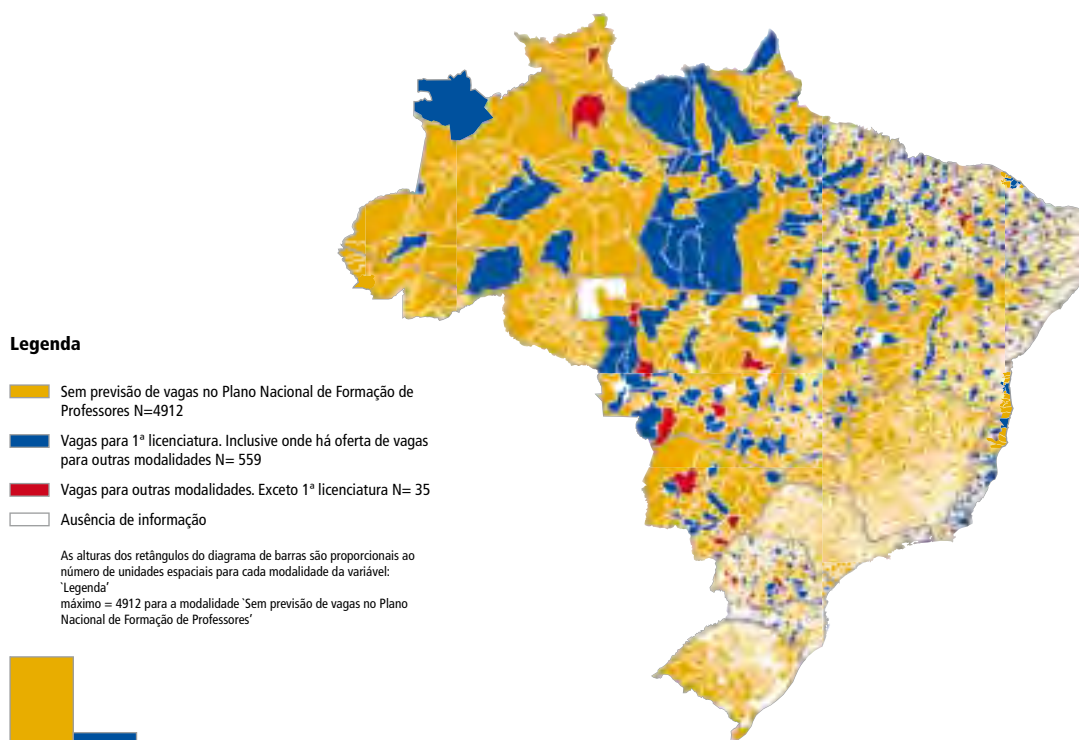
### Escolaridade e Formação dos Professores da Educação Básica



Fonte: Censo Escolar 2007  
Elaboração: SPI/MP

Se tomados os professores com escolaridade de nível fundamental (cerca de 16 mil), percebe-se a concentração de quase 70% dos casos nas Regiões Norte e Nordeste. Para ampliar a escolaridade e a formação dos professores, foram lançadas algumas iniciativas importantes, como o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O primeiro é voltado aos professores que estão em exercício nas escolas públicas (estaduais e municipais), cuja formação está em desconformidade com o previsto na LDB. O Plano oferece cursos superiores públicos, atendendo a municípios de 21 Estados, nas modalidades presencial e à distância. A meta do Plano é atender, até 2011, a cerca de 330 mil docentes sem nível superior ou que atuam em áreas distintas da licenciatura que cursaram. Por meio do mapa abaixo, pode-se perceber a concentração do atendimento previsto nas Regiões Nordeste e Norte, que têm parte significativa dos professores sem formação adequada. Em especial, a oferta de cursos para professores obterem a primeira licenciatura é mais concentrada nessas Regiões.



\*Nota: Informação de junho de 2009

Fonte: MEC

Elaboração: SPI/MP

Na modalidade de educação à distância, vale destacar a Universidade Aberta do Brasil, por meio da qual os entes federados mantêm polos presenciais que recepcionam professores sem curso superior ou aqueles já graduados, objetivando uma formação continuada. Por sua vez, as universidades públicas ofertam os cursos de graduação e licenciatura, especialmente para os locais em que não há cursos presenciais. A UAB constitui um dos instrumentos para a execução do Plano Nacional de Formação dos Professores, no que se refere à modalidade de educação à distância<sup>22</sup>, tendo como meta selecionar 850 polos presenciais até 2011, havendo 560 em funcionamento em maio de 2009.

Ainda sobre a qualidade da educação básica, deve-se fazer menção ao componente de avaliação e responsabilização contido no PDE. Em 2005, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi reformulado, de modo a permitir uma avaliação universal<sup>23</sup> (e não amostral, portanto) da educação básica pública por meio da Prova Brasil. Assim, os dados do SAEB passaram a ser divulgados por rede e escola, viabilizando a responsabilização de todos os atores envolvidos com a melhoria da educação (pais, professores, dirigentes e políticos).

Junte-se a esta mudança o fato de que o Censo Escolar passou a ter como unidade de análise o aluno, permitindo o acesso a dados individuais sobre fluxo escolar real (e não o estimado). Conjugando as disponibilidades de dados na Prova Brasil e no Censo, foi possível construir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), inclusive, por rede e por escola.

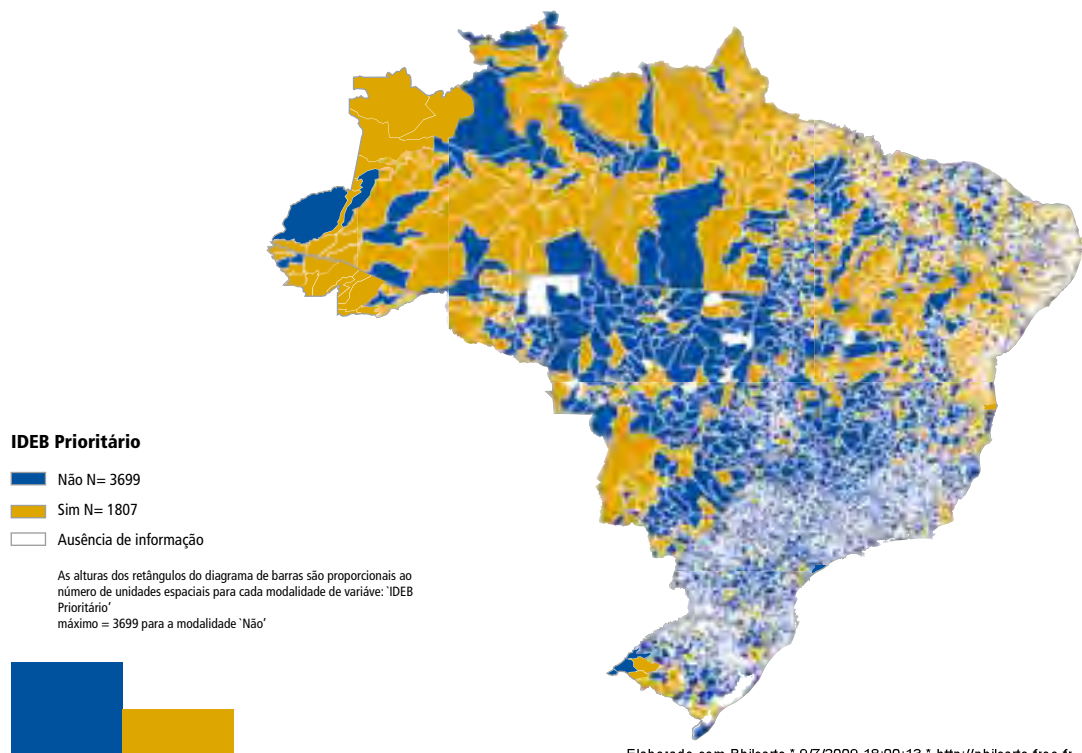
22 É importante fazer menção também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que oferece bolsas de iniciação à docência aos licenciandos (de cursos presenciais) que façam estágios em escolas públicas e que, após a graduação, integrem o magistério na rede pública.

23 A Prova Brasil foi aplicada aos alunos dos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas urbanas.

O IDEB é um índice de qualidade da educação básica que conjuga resultados de desempenho e rendimento escolares. A meta nacional é chegar em 2021 a um índice de 6,0, para os primeiros anos do ensino fundamental; de 5,5, nos anos finais do ensino fundamental; e de 5,2 para o ensino médio (metas elaboradas com base nas médias estimadas dos países da OCDE). As médias previstas para o ano de 2009 já foram alcançadas em 2007, com índices de 4,2; 3,8 e 3,5, respectivamente.

Um fato que chama atenção é a grande diferença no IDEB das redes e escolas por todo o país. Neste sentido, o IDEB não é apenas uma estatística, pois viabiliza uma representação da qualidade da educação básica por todo o país, desde a escala agregada até as mais específicas, com base nas quais o poder público pode atuar em escolas e redes com piores performances.

Sob essa perspectiva, foi criado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que compreende um conjunto de diretrizes relacionadas à política educacional. Para concretizá-las, há o Plano de Ações Articuladas (PAR), que parte de um diagnóstico da rede municipal de ensino, formulado de forma participativa. O diagnóstico informa o planejamento e o desenvolvimento de um conjunto de ações, que consistem do apoio técnico e financeiro do governo federal e são voltadas à melhoria da educação do município.



Fonte: MEC  
Elaboração: SP/MP

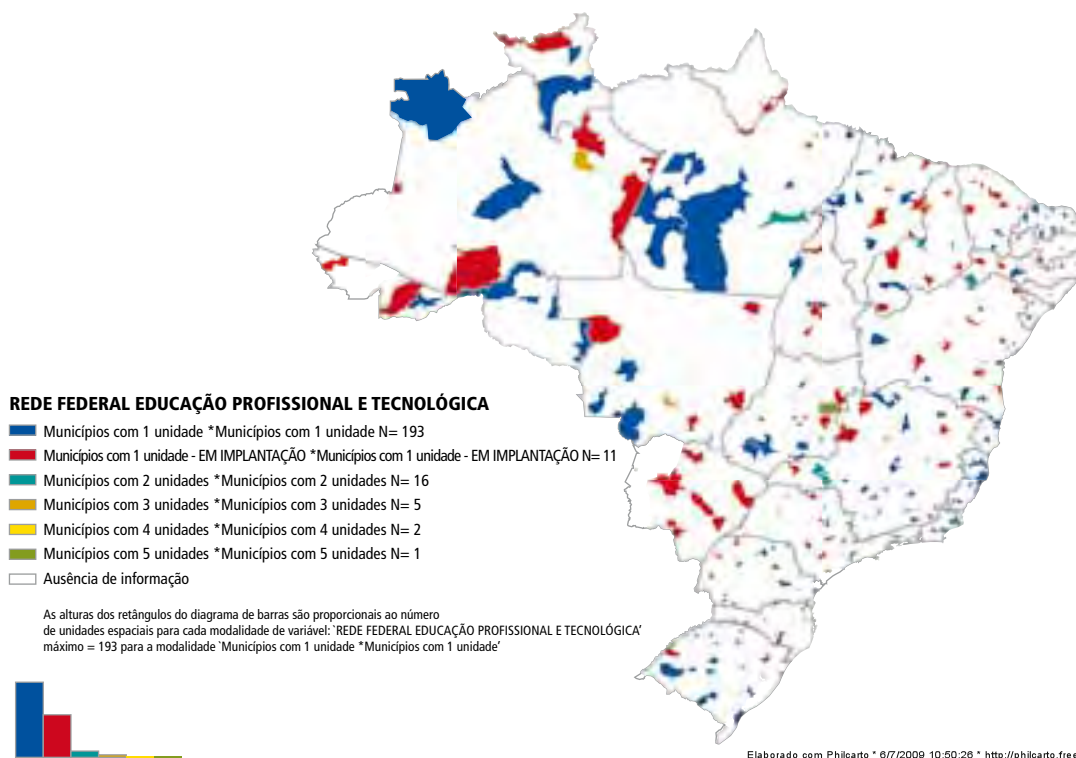
Municípios com IDEB mais baixo têm prioridade no apoio técnico e financeiro do governo federal, configurando uma política pública cuja concepção pressupõe que a União explicitamente focalize municípios mais vulneráveis. Deste modo, o PDE deverá contribuir para a geração de um território mais coeso, especialmente, neste caso, sob o ponto de vista da qualidade da educação básica. O mapa abaixo mostra a distribuição dos 1822 municípios prioritários (com IDEB mais baixo), explicitando sua concentração nas Regiões Norte e Nordeste.

## Educação Profissional e Tecnológica

Neste ponto, será enfatizada a política de reordenamento da rede federal de educação profissional e tecnológica. Sobre o ponto, é preciso assinalar dois aspectos: primeiro, a recuperação das verbas de custeio do sistema. Foram gastos pela União com o funcionamento da educação profissional, em 2003, R\$ 786 milhões (a preços de 2008<sup>24</sup>), tendo este valor se elevado para R\$ 1,25 bilhão em 2008, o que significa uma expansão real de quase 60% nas verbas.

Esta expansão manifesta também o aumento do número de docentes e técnicos administrativos, que, por sua vez, viabiliza a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Neste contexto, com a finalidade de reorganizar a rede federal, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Entre seus objetivos, pode-se destacar: oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, mas, sobretudo, de nível médio; oferta de cursos em conformidade com arranjos produtivos locais; estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo e ao cooperativismo; e oferta de programas de formação pedagógica inicial e continuada de professores na educação básica. Esses objetivos revelam a contribuição que a expansão da educação profissional e tecnológica pode dar ao desenvolvimento, a partir de relações entre educação, inclusão social, ciência e trabalho.

Segundo informações do Ministério da Educação, em 2002, estavam em funcionamento 140 escolas técnicas federais. Com o lançamento do PDE, a meta é chegar até 2010 a um total de 500 mil matrículas e de 366 escolas. Até maio de 2009, das novas unidades previstas, 67 já estavam em funcionamento e 95 em obra. O mapa abaixo mostra a distribuição pelo território das 366 escolas, evidenciando sua capilaridade. Assim, a expansão da rede de educação tecnológica deve constituir um elemento central para gerar oportunidades educacionais (e ligadas ao mundo do trabalho) por todo o território, especialmente, para a juventude pobre.



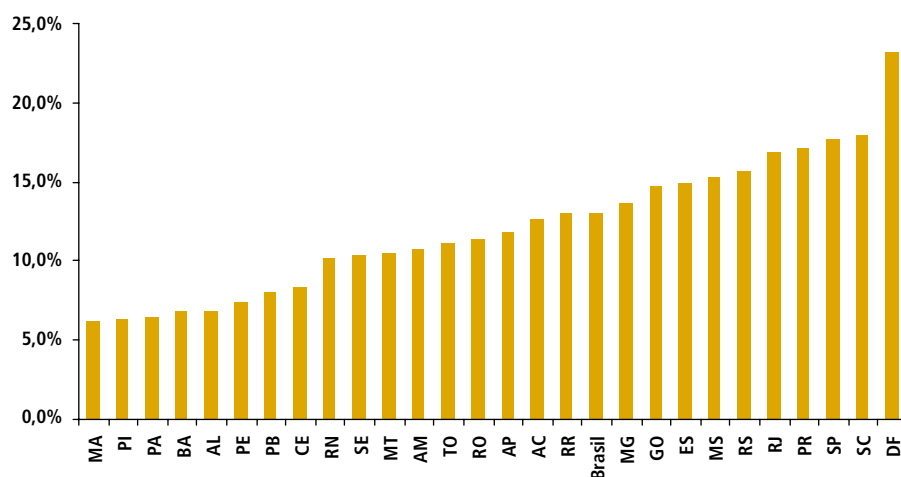
Fonte: MEC  
Elaboração: SPI/MP

24 Correção pelo INPC.

## Educação Superior

O percentual de jovens entre 18 e 24 anos de idade que frequentavam escola em 2007 no Brasil era de 31%, tendo havido queda no índice de 3 p.p. em relação a 2001. Além disso, apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade frequentavam o ensino superior (taxa de frequência líquida). O gráfico abaixo mostra as diferenças da taxa de frequência líquida para esta faixa etária. Os maiores percentuais estão no Distrito Federal (23,3%), Santa Catarina (18%), São Paulo (17,7%). Por outro lado, Estados das Regiões Nordeste e Norte apresentam taxas bem mais baixas, como Maranhão (6,2%), Piauí e Pará (6,4%) e Bahia (6,8%).

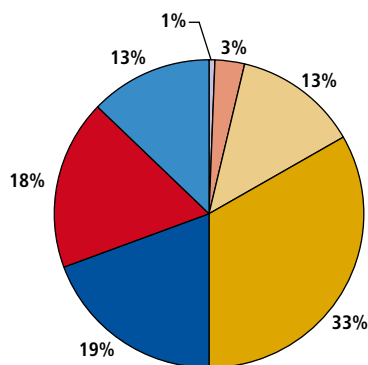
**Taxa de Frequência Líquida (18 a 24 - Ensino Superior) - 2007**



Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

Outro aspecto para o qual se deve chamar atenção é a desigualdade no acesso dos jovens entre 18 e 24 anos de idade por classes de rendimento domiciliar *per capita*. Conforme mostrado abaixo, do total de jovens nessa faixa etária com acesso ao ensino superior, apenas 4% têm rendimento domiciliar *per capita* até 1/2 salário mínimo.

**Distribuição dos jovens entre 18 a 24 anos de idade com frequência ao ensino superior por faixas de rendimento domiciliar *per capita* (2007)**



Até 1/4 SM
  Mais de 1/4 a 1/2 SM
  Mais de 1/2 SM a 1 SM
  Mais de 1 SM a 2 SM

Mais de 2 SM a 3 SM
  Mais de 3 SM a 5 SM
  Mais de 5 SM

Fonte: Microdados da Pnad  
Elaboração: SPI/MP

Os dados acima mostram a importância das políticas voltadas à expansão e à democratização do acesso ao ensino superior, com ênfase nas populações de baixa renda e das regiões mais pobres do Brasil. Neste sentido, é importante assinalar um conjunto de ações contidas no PDE que contribuem para estes objetivos.

Primeiro, vale a menção ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cuja meta é elevar gradualmente a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos.

Para tanto, o REUNI tem entre suas diretrizes: redução das taxas de evasão; ocupação de vagas ociosas; aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem; diversificação das modalidades de graduação; ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O REUNI tem previsão de aplicação de recursos de R\$ 2 bilhões para as universidades. Em contrapartida, espera-se que seja elevado o número de cursos de graduação presenciais de 2.570 existentes em 2008, para 3.601, em 2012. A expectativa é que as vagas passem de 149 mil, em 2008, para 227 mil, em 2012.

Outra meta é a elevação da atual quantidade de 725 cursos noturnos para 1.299, em 2012. Por fim, é importante ressaltar as articulações entre REUNI e educação básica. Segundo informações do Ministério da Educação, há um déficit de mais de 240 mil docentes na educação básica. Para mudar este quadro, as instituições federais deverão passar a oferecer, em 2012, quase 1.200 cursos de licenciatura<sup>25</sup>, sendo que em 2007 a oferta era de apenas 931.

Deve-se também destacar a política de expansão das instituições federais de ensino superior (Ifes). Esta política implicará o aumento de vagas no ensino superior, mas também a interiorização das Ifes, que deverá contribuir para um desenvolvimento mais balanceado do ponto de vista regional. A expansão prevista produzirá uma rede de Ifes com maior capilaridade, promovendo oportunidades educacionais de ensino superior para populações até então sem acesso a ele. Assim, das 16 novas universidades federais previstas até 2010, 12 já estão em funcionamento atualmente, bem como 67 novos campi, de um total de 100 novos campi que serão entregues até 2010. Cabe destaque para a expansão prevista para as Regiões Nordeste e Norte, marcadas por baixo acesso dos jovens de 18 a 24 anos de idade ao ensino superior. No Nordeste, já estão em funcionamento 4 novas universidades: Universidade Federal Rural do Semiárido, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que atende à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No Norte, foi aprovada pela Câmara a criação de nova universidade, que terá sede em Santarém.

<sup>25</sup> Para contribuir com os objetivos do REUNI, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), voltado à permanência de alunos carentes matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O Pnaes repassa recursos para apoio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, creche e apoio pedagógico.



A expansão e equalização do acesso ao ensino superior também conta, no PDE, com instrumentos de apoio à ampliação do acesso à rede privada, dentre os quais cabe citar o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Com relação ao primeiro, houve nos últimos anos um conjunto de modificações com a finalidade de facilitar o acesso dos alunos ao financiamento. Entre elas, constam as seguintes: redução das taxas de juros para financiamento; elevação do percentual de financiamento; para os alunos do PROUNI com bolsas de 50% da mensalidade, o financiamento passou a ser igual ao valor integral da parcela; ampliação do prazo de quitação da dívida após a formatura (passando de uma vez e meia o tempo de duração do curso para duas vezes); e ampliação do prazo de carência para o início do pagamento do empréstimo. Até o ano de 2008, o FIES já efetivou 315.184 contratos, alcançando cerca 78% da meta de 400 mil previstos até 2011.

Com a criação do PROUNI, as instituições beneficiadas por isenção fiscal passaram a conceder bolsas de estudo de acordo com o número de alunos pagantes por curso e turno. As bolsas são integrais ou parciais (50% do valor total). Os beneficiários são escolhidos por meio do Exame Nacional do Ensino Médio, tendo o PROUNI o seguinte público: egressos de escola pública com renda *per capita* familiar de até 1 salário mínimo e meio (bolsa integral) ou 3 salários mínimos (bolsa de 50%). Além disso, os alunos do PROUNI podem concorrer a uma bolsa permanência<sup>26</sup> e a vagas de estágio na Caixa Econômica Federal. A tabela abaixo traz a evolução de bolsas concedidas pelo Programa. Entre 2005 e 2008, foram ofertadas mais de 600 mil bolsas, ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior à população de baixa renda. A meta até 2011 é de 720 mil bolsas, das quais 541 mil foram ocupadas até maio de 2009.

Bolsas Ofertadas por Ano - PROUNI			
Ano	Integral	Parcial	Total
2005	71.905	40.370	112.275
2006	98.698	39.970	138.668
2007	97.631	66.223	163.854
2008	99.495	125.510	225.005
Total (05-08)	367.729	272.073	639.802

Fonte: MEC  
Elaboração: SPI/MP

Por fim, entre 2005 e 2007, a taxa de frequência líquida de jovens entre 18 e 24 anos de idade (frequência ao ensino superior) se expandiu 1,8 p.p. Pode-se sugerir que este resultado esteja associado à ampliação de vagas nas redes pública e privada de ensino superior, por meio dos instrumentos acima listados.

O Censo da Educação Superior mostra a expansão nos últimos anos do número de vagas ofertadas por processos seletivos na graduação presencial. Na comparação entre 2006 e 2007, a elevação foi superior a 7% (de 2,63 para 2,82 milhões de vagas), com

<sup>26</sup> Concedida apenas aos estudantes matriculados em cursos presenciais com pelo menos seis semestres de duração, beneficiários da bolsa integral do PROUNI, e com carga horária igual ou superior a seis horas de aulas diárias.

destaque para as instituições privadas e para as públicas federais, como mostra a tabela abaixo. Para os próximos exercícios, a perspectiva é de continuidade desta expansão, uma vez efetivados os investimentos previstos na educação superior. O desafio é não apenas expandir o acesso ao ensino superior, mas promover sua democratização.

Taxa de Crescimento do Nº de Vagas* em Instituições de Ensino Superior com Relação ao Ano Anterior por Dependência Administrativa e Total					
Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2003	13	-2,2	-15,4	23,2	16,5
2004	15,9	2,1	17,7	10,4	16,9
2005	5	2,7	-2,1	8	5,5
2006	7,9	13,4	-2,4	6,5	8,3
2007	7,4	7,3	-9,6	-0,5	8,5

\* Número de vagas ofertadas por processos seletivos na graduação presencial  
 Fonte: Censo da Educação Superior  
 Elaboração: SPI/MP

### 2.3 – Agenda Social

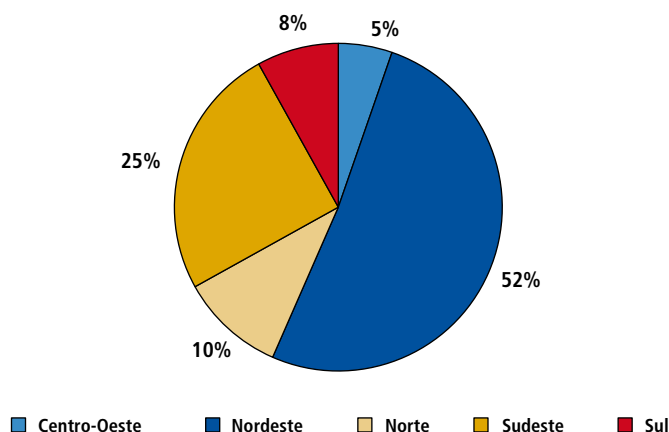
A Agenda Social é constituída por um conjunto de iniciativas, com os seguintes objetivos: redução das desigualdades sociais; ampliação dos direitos de cidadania de crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, juventude, mulheres, povos indígenas e quilombolas; promoção da cultura; melhoria da qualidade da educação, da saúde e da segurança pública.

Entre os elementos que informam a elaboração da Agenda Social, destaca-se o reconhecimento de que a universalidade dos direitos pressupõe o enfrentamento de vulnerabilidades associadas a segmentos populacionais específicos. Neste sentido, as políticas universais são um fator crucial para a promoção do desenvolvimento, mas devem conviver com políticas que focalizem grupos específicos e territórios em situação de maior vulnerabilidade. Desta forma, a Agenda Social se integra à Estratégia de Desenvolvimento do PPA 2008-2011, viabilizando a extensão da cidadania e da melhoria de condições de vida por meio de políticas públicas regidas por critérios de priorização social e territorial.

Outro aspecto relevante da Agenda Social é a existência de um modelo de gestão integrado de políticas públicas, envolvendo articulação entre órgãos do governo federal, entre estes e governos subnacionais, mas também entre governos e sociedade civil. A participação social na elaboração, discussão e execução de ações é por si mesma um fator de desenvolvimento do território, tornando a gestão pública mais democrática e próxima das necessidades locais. Em grande medida, o sucesso da Agenda Social dependerá da efetivação deste modelo integrado e participativo.

No Eixo Redução das Desigualdades, o programa mais importante é o Bolsa Família, que consiste de transferência direta de renda com condicionalidades (nas áreas de saúde, educação e assistência social), que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal familiar *per capita* de R\$ 69,01 a R\$ 137,00) e extrema pobreza (com renda mensal familiar *per capita* de até R\$ 69,00). Até dezembro de 2008, o Bolsa Família beneficiava 10,6 milhões de famílias. Segue abaixo a distribuição do atendimento por Grandes Regiões, mostrando que o Nordeste concentra mais de 50% das famílias do Programa.

### Distribuição por Grandes Regiões das Famílias Atendidas pelo Bolsa Família (Dezembro de 2008)



Fonte: SIGPlan  
Elaboração: SPI/MP

Os benefícios, atualmente, variam de R\$ 20 a R\$ 182, por família. Desde 2008, algumas mudanças foram implementadas neste Programa, cabendo destacar as seguintes: a) atualização do valor dos benefícios em 8%, recompondo seu poder de compra; b) criação do Benefício Variável Jovem, no valor de R\$ 30, com atendimento a 2 milhões de adolescentes de 16 e 17 anos de idade (até 2 por família); c) inclusão gradual no Programa, em 2009, de 1,3 milhão de famílias.

Sobre o último ponto, a meta é chegar em 2010 ao atendimento de 13 milhões de famílias. Nesta expansão, está prevista também uma reserva de 600 mil benefícios para incluir famílias identificadas pelos Municípios em bolsões de pobreza e grupos específicos como, por exemplo, população de rua e acampada da reforma agrária, moradores de áreas remanescentes de quilombos e indígenas.

Para iniciar a expansão em 2009, foram corrigidas as linhas de pobreza e de extrema pobreza do Programa, respectivamente, de R\$ 120 para R\$ 137 e de R\$ 60 para R\$ 69 *per capita*. Além disso, foram utilizados dois instrumentos para definir o tamanho da expansão do Programa: um coeficiente de instabilidade da renda da população pobre (dado que sua renda provém, em grande medida, do mercado informal de trabalho) e os mapas da pobreza, que refletem de forma mais precisa as transformações socioeconômicas ocorridas nos Municípios e, portanto, o público a ser inserido no Bolsa Família.

Esses instrumentos contribuem para a melhoria da focalização do Programa. Em maio de 2009, já foram incluídas 382 mil famílias. Até o fim do ano, mais 1 milhão de famílias serão incorporadas, muitas já estando identificadas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. Embora a expansão do Programa beneficie a todas as Regiões, serão enfatizados na elevação do número de famílias beneficiárias os grandes centros urbanos.

Com a ampliação do Bolsa Família e a melhoria dos mecanismos de focalização, vem sendo aperfeiçoada e expandida a rede de proteção e promoção social, voltada ao atendimento das famílias e pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Com isso, o Bolsa Família deverá contribuir ainda mais para a redução da desigualdade e da pobreza no Brasil. Em especial, serão reforçados os direitos à alimentação, à educação, à saúde e à assistência social.

Ainda sobre o Bolsa Família, foi lançado em 2008 o Plano Setorial de Qualificação da Construção Civil (PlanSeQ) para beneficiários do Programa. Os PlanSeQs, que articulam a qualificação profissional à demanda por mão-de-obra em diversos setores da economia, deverão destinar 70% de sua meta para beneficiários do Bolsa Família em 2009.

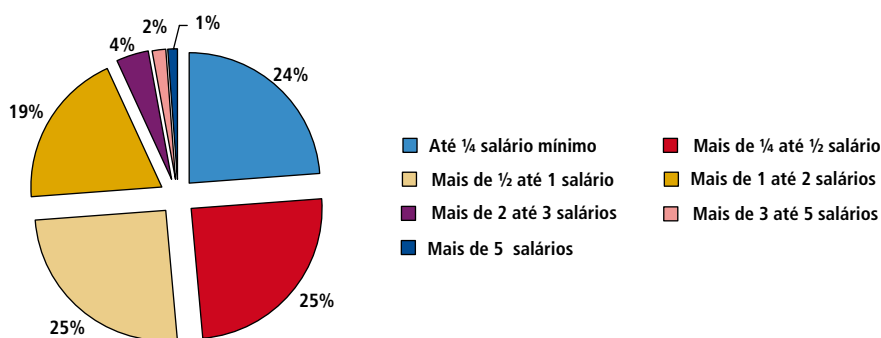
A rede de proteção e promoção social compreende também ações de segurança alimentar e nutricional. Entre elas, cabe destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo objetivo é a garantia do acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e a promoção da inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O PAA adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3,5 mil ao ano (ou por semestre, para a modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite) por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados à formação de estoque ou às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e atendidas por programas sociais locais.

Desde 2003, o PAA, por meio de suas várias modalidades, executou R\$ 2,2 bilhões e beneficiou mais de 100 mil agricultores familiares. O PAA, além de expandir o acesso aos alimentos, contribui para a estabilização dos preços, geração de emprego e renda dos agricultores, criando novos canais de comercialização. O PAA tem enorme potencial para funcionar como um polo nacional de compras, sendo um fator central numa política de abastecimento e de fortalecimento da agricultura familiar.

Embora os gastos do PAA estejam se expandindo desde 2003, é necessário ainda ajustar a escala do Programa à demanda pelas aquisições. A elevação do teto de compra por agricultor e do volume de gastos do Programa viabilizaria a garantia de uma renda mínima (que poderia ser, por exemplo, em torno de 1 salário mínimo) para os agricultores familiares com menores rendimentos. O rendimento domiciliar *per capita* mensal médio dos ocupados por conta própria do meio rural em atividades agrícolas<sup>27</sup>, segundo dados da Pnad 2007, era de R\$ 320. Segue abaixo a distribuição dos agricultores familiares por faixas de rendimento domiciliar *per capita*.

**Distribuição dos agricultores familiares segundo faixas de rendimento domiciliar *per capita* (2007)\***



\* Ocupados por conta própria no meio rural em atividade agrícola  
Fonte: Pnad 2007  
Elaboração: SPI/MP

<sup>27</sup> Esta definição está sendo utilizada como uma aproximação do conceito de agricultura familiar.

Pode-se perceber que 49% dos agricultores estão nas faixas de renda domiciliar *per capita* até ½ salário mínimo, sendo que quase 60% se concentram na Região Nordeste. Estes números demonstram a importância das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, destacando-se os efeitos esperados da expansão dos investimentos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre o rendimento médio deste público.

Ainda sobre o PAA, merece atenção o fato de que, em 2009, foi aprovada Lei que determina que pelo menos 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam usados para compra de produtos da agricultura familiar, o que significará uma expansão dos valores para aquisição.

Outro elemento da rede de proteção e promoção social são os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que são unidades públicas, de base municipal, situadas em locais onde há maiores índices de vulnerabilidade e risco social.

No CRAS, são desenvolvidos serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, notadamente o Programa de Atenção Integral à Família<sup>28</sup>. Ademais, vale destacar o potencial de articulação destes serviços no território de abrangência do CRAS, por meio de uma atuação intersetorial que contempla, por exemplo, acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social e em outras políticas públicas.

Em 2008, 3,2 mil municípios receberam recursos para cofinanciamento do Programa de Atenção Integral à Família, estando contemplados 3,9 mil CRAS. Em 2007, havia cerca de 3,3 mil CRAS com cofinanciamento federal para o PAIF. O CRAS deve ser um elemento ativo nos territórios de maior vulnerabilidade, buscando o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

Dada a centralidade do CRAS para o desenvolvimento das áreas de maior vulnerabilidade, o governo federal priorizou, em sua expansão, territórios contemplados por outros eixos da Agenda Social. Assim, em 2008, os Territórios da Paz, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), receberam 112 CRAS em 47 municípios e no Distrito Federal, assim como os Territórios da Cidadania receberam recursos para cofinanciamento de serviços em 197 CRAS (em 197 municípios).

Sob a perspectiva da estratégia de desenvolvimento do PPA 2008-2011, há a necessidade de expandir investimentos para consolidar a rede de equipamentos localizados em territórios pobres. Neste sentido, é central a expansão da capilaridade dos CRAS, referenciando todas as famílias em situação de risco e de pobreza do Brasil. Em 2008, pouco menos de 60% dos municípios tinham pelo menos um CRAS com cofinanciamento do governo federal.

Ainda sobre unidades públicas de assistência social, devem-se citar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, que são equipamentos nos quais são realizadas ações de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos.

28 O PAIF expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar.

No CREAS, são desenvolvidos serviços de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes; orientação e apoio especializado a indivíduos e famílias vítimas de violência; e orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.

Em 2008, iniciou-se o cofinanciamento para o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em 387 Municípios, sendo contemplados 124 Municípios com a finalidade de implantação de novos CREAS. Em 2008, havia 1.230 municípios com cobertura de atendimento dos serviços vinculados ao CREAS.

Os CREAS, portanto, são equipamentos nos quais se desenvolvem ações voltadas a segmentos mais vulneráveis, com direitos violados ou ameaçados. Estas integram eixos da Agenda Social, voltados ao enfrentamento da violência contra as mulheres (Eixo Mulheres) e focados nas crianças e adolescentes em situação de violência (Eixo Criança e Adolescentes).

No Eixo Criança e Adolescente, são previstas ações com foco em crianças e adolescentes em situação de violência. Neste sentido, têm destaque as iniciativas voltadas a adolescentes em conflito com a lei, como o financiamento pelo Sistema Único de Assistência Social de medidas socioeducativas em meio aberto nos CREAS (citadas acima) e a construção e reforma de 13 unidades de internação em 2008, segundo parâmetros que respeitem os direitos das crianças e dos adolescentes.

Essas iniciativas visam assegurar a condição de pessoa em desenvolvimento do adolescente em conflito com a lei, priorizando as medidas em meio aberto em contraposição às restritivas de liberdade. O que sinaliza para a necessidade de inverter a lógica de internação dos adolescentes, enfatizando o caráter pedagógico das medidas socioeducativas, e não sua natureza repressiva. Estas ações contribuem para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente que, ao instituir a Doutrina da Proteção Integral, determinou a garantia dos direitos infanto-juvenis, sendo assegurada sua proteção por parte da família, da sociedade e do Estado<sup>29</sup>.

Por fim, este Eixo ainda contém outras iniciativas, fazendo-se menção às seguintes: Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PAIR), que tem o objetivo de apoiar, de forma integrada e articulada, a implantação de políticas de atendimento, proteção e defesa das vítimas, bem como a repressão e a responsabilização dos agentes violadores, por meio do fortalecimento das redes de enfrentamento (o PAIR, em 2008, estava em mais de 100 municípios de regiões metropolitanas de 17 Estados); Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, que protegeu, em 2008, mais de 2 mil pessoas; o Disque 100, que registrou mais de 530 mil atendimentos em 2008, relativos a denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes; o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, com implantação de escolas de conselhos tutelares e equipagem dos conselhos.

No Eixo Mulheres, destaca-se o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O Pacto contém um conjunto de ações que, entre 2008 e 2011,

<sup>29</sup> Sobre o tema, vale destacar o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei 1627/2007, que, entre outros, dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo e regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional. O PL institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que tem a finalidade de estabelecer conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que deve ser observado no processo de apuração de ato infracional, assim como quando da execução das medidas socioeducativas. O SINASE representa grande avanço no tratamento dos adolescentes infratores, fortalecendo o paradigma da proteção integral contido na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

está estimado em R\$ 1 bilhão. O Pacto prevê ações em quatro áreas: consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e Implementação da Lei Maria da Penha; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS; combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Vale o destaque para a expansão de capacidade instalada no que se refere a serviços especializados de atendimento à mulher. Em 2008, havia 415 delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher (com expansão, entre 2003 e 2008, de 22%), 126 Centros de Referência de Atendimento à Mulher (com expansão, entre 2003 e 2008, de 200%), 66 Casas Abrigo (com expansão, entre 2003 e 2008, de 50%), 15 Defensorias Públicas da Mulher, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) e a Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Há também os novos serviços, como 61 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas, criadas após a promulgação da Lei Maria da Penha.

Para o Eixo Pessoas com Deficiência, há ações de concessão de órtese e prótese, acessibilidade nos transportes e nas escolas, campanhas educativas e inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A priorização da Agenda Social no que tange à acessibilidade arquitetônica das escolas públicas é demonstrada pelo avanço do desenvolvimento desta ação. O Censo Escolar MEC/INEP, de 2007, demonstra que 10,5% das escolas públicas indicavam que eram acessíveis (17,5 mil instituições escolares públicas), tendo esse indicador subido para 18,6% em 2008 (30,6 mil escolas). Além disso, entre 2007 e 2008, foram distribuídas 4,9 mil salas de recursos multifuncionais e, em 2009, a previsão é a distribuição de 10 mil novas salas.

Há ainda ações na área de trabalho que visam à ocupação de 100% da cota legal de 2 a 5% dos postos a serem preenchidos por trabalhadores com deficiência nas empresas com 100 ou mais empregados. As ações de fiscalização incluíram no mercado de trabalho de 2007, até maio de 2009, 52,6 mil pessoas com deficiência. Uma outra estratégia para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é a busca das empresas que ainda não integralizaram a cota legal, oferecendo a alternativa de inserir aprendizes com deficiência, por um período máximo de dois anos, quando então serão contratados como trabalhadores definitivos da empresa.

Outra importante iniciativa é o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC é um direito, previsto na Constituição, e consiste na transferência de 1 salário mínimo para pessoas idosas ou com deficiência que tenham rendimento familiar *per capita* mensal inferior a ¼ de salário mínimo. O BPC na Escola visa a identificar os beneficiários do BPC, prioritariamente, de até 18 anos, que estão fora da escola, mas também as barreiras que impedem o acesso e permanência desses no sistema regular de ensino, propondo políticas para a superação das mesmas.

Com isso, procura-se garantir o acesso e permanência na escola destes beneficiários, bem como o acompanhamento de seus estudos por meio da articulação intersetorial nas três esferas de governo, entre as políticas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos. A partir de dados levantados em 2008, constatou-se que, das 340 mil pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, 71% não estavam matriculadas na escola. O BPC na Escola, ao identificar barreiras que impedem ou inibem o acesso deste público à escola, deverá promover ações para superá-las, efetivando o direito à educação das pessoas com deficiência.

As estatísticas relativas à juventude no Brasil mostram a importância de expansão dos investimentos para este público. Por exemplo, segundo dados da Pnad 2007, mais de 60% dos desempregados no Brasil eram jovens. A taxa de desemprego para o grupo de 15 a 29 anos de idade era de 14%, bastante acima da média nacional. Ademais, conforme mencionado na seção de educação, menos de 50% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade estavam no ensino médio e, para o grupo entre 18 e 24 anos de idade, apenas 13% estavam no ensino superior.

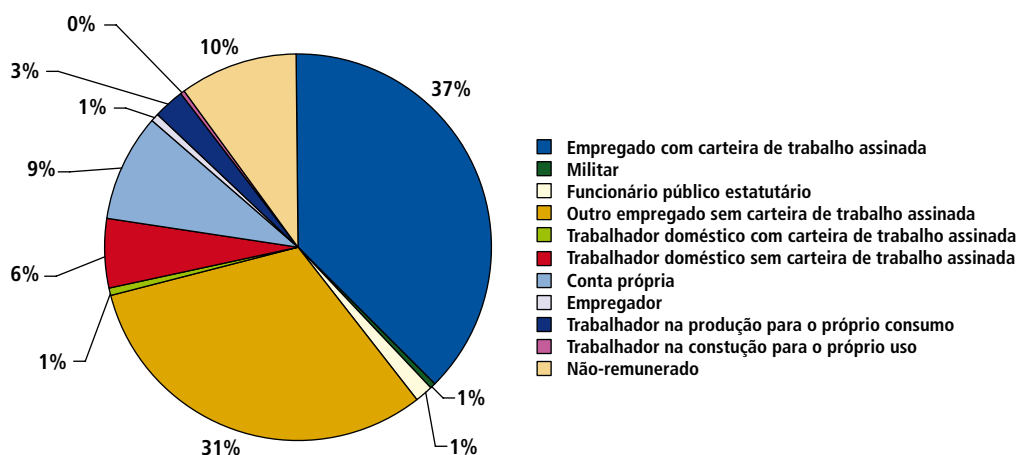
Se analisada somente a faixa de 15 a 24 anos de idade<sup>30</sup>, os dados de educação e mercado de trabalho demonstram um quadro de vulnerabilidade da juventude, que demanda ações públicas para atendimento a esta parcela da população. Dos 50,2 milhões de jovens brasileiros (15 a 29 anos), 68% estão na faixa de 15 a 24. A tabela abaixo mostra que 53% destes jovens estavam ocupados, dos quais apenas 18% frequentavam a escola e 35% não frequentavam (neste último caso, 12 milhões de jovens).

Distribuição percentual de Jovens de 15 a 24 anos segundo frequência a escola e condição de ocupação (2007)*			
PEA	Frequenta Escola	Não Frequenta	Total
Ocupados	18,0%	34,9%	52,9%
Desocupados	4,6%	6,1%	10,7%
Total	22,7%	40,9%	63,6%

\* Percentual com relação ao total de jovens de 15 a 24 anos.  
 Fonte: Microdados da Pnad  
 Elaboração: SPI/MP

Para o total de jovens de 15 a 24 anos ocupados, o rendimento médio de todos os trabalhos, segundo dados da Pnad 2007, era de R\$ 512. O gráfico abaixo mostra a distribuição destes jovens por posição na ocupação, evidenciando uma inserção precária no mercado de trabalho para grande parte dos casos. Do total de ocupados, 31% eram empregados sem carteira de trabalho assinada, 6% eram trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, 9% trabalhavam por conta própria e 10% eram trabalhadores não remunerados.

**Distribuição dos jovens de 15 a 24 anos ocupados por posição na ocupação (2007)**



Fonte: Microdados da Pnad  
 Elaboração: SPI/MP

30 Faixa compatível com o ensino médio (15 a 17) e com o ensino superior (18-24).



Do total de jovens entre 15 e 24 anos, 12,4 milhões (36,4% do total) não compunham a população economicamente ativa<sup>31</sup> em 2007. Destes, 35% não frequentavam a escola (4,35 milhões). O rendimento domiciliar *per capita* médio destes jovens sem procura de trabalho e sem frequência à escola, segundo dados da Pnad 2007, era de R\$ 292.

O conjunto de dados aqui apresentado sobre renda, mercado de trabalho e educação manifesta associações entre pobreza e dificuldades de frequência à escola e a empregos formais pela juventude. Diante deste quadro, foi criado o Eixo Juventude na Agenda Social. Neste, destaca-se a integração de diversos Programas anteriormente existentes (ProJovem, Agente Jovem, Escola de Fábrica, Consórcio Nacional de Juventude, Juventude Cidadã e Saberes da Terra), da qual nasceu o novo ProJovem, com as seguintes ações: a) ProJovem Urbano, que visa ao retorno dos jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e o acesso a ações de promoção da cidadania; b) ProJovem Campo – Saberes da Terra, buscando expandir a escolarização e a qualificação social e profissional dos jovens agricultores familiares; c) ProJovem Trabalhador, voltado à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho do jovem desempregado e em situação de pobreza; d) ProJovem Adolescente, que consiste de serviço socioeducativo voltado a jovens em situação de risco social, com prioridade para os integrantes de famílias do Bolsa Família.

Particularmente, o ProJovem Urbano articula conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, inclusão digital e experiências de participação cidadã profissional para jovens de 18 a 29 anos de idade. Entre 2005 e 2008, foram inscritos mais de 520 mil jovens, tendo sido matriculados 241 mil. Até maio de 2009, havia 163 mil matrículas, com meta de chegar até o fim do ano a 242 mil matrículas. Estes jovens receberão qualificação profissional e poderão completar o ensino fundamental. Já no ProJovem Adolescente, foram ofertadas vagas, em 2008, para 426,5 mil adolescentes em 2.320 municípios brasileiros. Em 2009, foi anunciada nova expansão para 162,8 mil adolescentes.

É necessário pensar a política de juventude por meio das oportunidades abertas a este público em diversas áreas. Assim, são estratégicas aquelas políticas que desconcentram social e espacialmente o acesso da juventude a lazer, cultura, formação profissional, educação e outros, ampliando seu horizonte de possibilidades.

Por exemplo, políticas de educação têm o potencial de retardar o ingresso precoce (em especial, da juventude em situação de pobreza) no mercado de trabalho, por meio da expansão e da melhor distribuição no território nacional das oportunidades educacionais. Sob essa perspectiva, são centrais para uma política de juventude ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, com destaque para o Reuni, a criação de universidades públicas, o Prouni, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e o Fundeb. Também vale citar a importância da criação do Benefício Jovem do Bolsa Família para 1,8 milhão de adolescentes, que tem como contrapartida a frequência à escola.

Outros públicos contemplados pela Agenda Social são povos indígenas e quilombolas. Para ambos, é central a garantia do acesso a terra. No caso dos indígenas, foi encaminhada ao Congresso Nacional Medida Provisória criando os seguintes cargos para a Fundação Nacional do Índio: Indigenista Especializado (600), Agente em Indigenismo (1,8 mil) e Auxiliar em Indigenismo (700). Esta medida, relacionada a quadro de pessoal, é fundamental para acelerar as políticas de garantia dos direitos dos povos indígenas.

31 Não estavam ocupados nem desocupados.

A Agenda Social Quilombola articula ações contidas nos seguintes eixos: acesso a terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. No que se refere ao acesso a terra, foram tituladas, entre 2003 e 2008, 52 comunidades remanescentes de quilombos. Apenas em 2008, foram certificadas 127 comunidades, sendo este um passo fundamental, que permite o acesso a outras políticas públicas.

Entre as outras ações da Agenda Social Quilombola, pode-se citar o Programa Luz para Todos que, entre 2004 e 2008, atingiu quase 20 mil domicílios em áreas quilombolas. Além disso, em 2008, o Bolsa Família atingiu a marca de quase 19 mil famílias quilombolas atendidas. Vale lembrar que o Bolsa Família prevê o atendimento a grupos em situação de maior vulnerabilidade, tendo realizado esforços de aprimoramento do CadÚnico para cadastramento destas famílias.

Outro Eixo da Agenda é formado pelo Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica. Segundo informações do IBGE, Estados do Norte e do Nordeste têm maiores índices de sub-registro civil de nascimento, encontrando-se os piores resultados em Roraima (40,15%), Piauí (33,48%), Amapá (33,31%) e Alagoas (30,3%).

Este Eixo vem realizando um conjunto de ações, que deverão contribuir para o alcance da meta acima exposta. Entre as ações, constam as seguintes: Campanha Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fortalecimento da Documentação Básica; apoio à instalação de postos de serviço de registro civil de nascimento nas maternidades públicas; realização de mutirões itinerantes do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) em territórios rurais da cidadania que contam com a rede do CRAS; aquisição e implantação de unidades móveis do PNDTR; emissão gratuita de documentos básicos para pessoas em situação de vulnerabilidade; e apoio ao desenvolvimento de um Sistema Nacional de Informação de Registro Civil.

Vale, particularmente, registrar que 19 Estados brasileiros aderiram ao Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica. Ademais, 12 Estados já instituíram comitê com o objetivo de planejar, implementar, monitorar e avaliar as ações para erradicação do sub-registro de nascimento e ampliação do acesso à documentação civil básica.

Foram realizados 445 mutirões itinerantes em territórios da cidadania, tendo sido emitidos 218 mil documentos, atendendo a mais de 80 mil mulheres no ano de 2008. Considerando a atuação do PNDTR dentro e fora dos territórios da cidadania, em 2008, tivemos no total a realização de 505 mutirões itinerantes, com emissão de 258 mil documentos para 98 mil mulheres. Em 2008, foram implantadas duas unidades móveis, no Pará e Piauí, do PNDTR. Para o 1º semestre de 2009 está sendo prevista a implantação de 13 unidades móveis, já contratadas no exercício anterior.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) é uma iniciativa de enfrentamento à criminalidade no Brasil, que articula políticas de segurança e sociais, priorizando a prevenção, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

O Pronasci prevê a execução de cerca de R\$ 6,1 bilhões entre 2008 e 2011. Suas metas gerais são: beneficiar, direta ou indiretamente, 3,5 milhões de pessoas entre profissionais de segurança pública, jovens e suas famílias e buscar a redução do número de homicídios nos próximos quatro anos para os territórios selecionados pelo Programa.

Para cumprir estes objetivos, o Programa contém um conjunto de ações, das quais serão citadas algumas: estruturação dos estabelecimentos penais, com reforma e construção de novas unidades; *Mulheres da Paz*, projeto que visa ao incentivo de mulheres, por meio de transferência direta de renda, para construção e fortalecimento de redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem jovens expostos à insegurança; *Bolsa Formação*, que objetiva a qualificação profissional dos profissionais de segurança pública e justiça criminal; *Plano Habitacional para Policiais*, que proporciona moradia digna aos profissionais de segurança pública. O Plano é voltado a policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários e peritos, em especial os de baixa renda; ações de promoção da cidadania, acesso à educação, esporte e cultura, com foco nos jovens expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas.

O Pronasci, ao reunir iniciativas de prevenção, controle e repressão qualificada à criminalidade, inaugura um paradigma de segurança pública. Este envolve a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Ademais, a execução do Pronasci articula representações da sociedade civil e as diferentes forças de segurança, por meio do Gabinete de Gestão Integrada Municipal. Integram o Pronasci 19 Estados, caracterizados por alta taxa de homicídio.

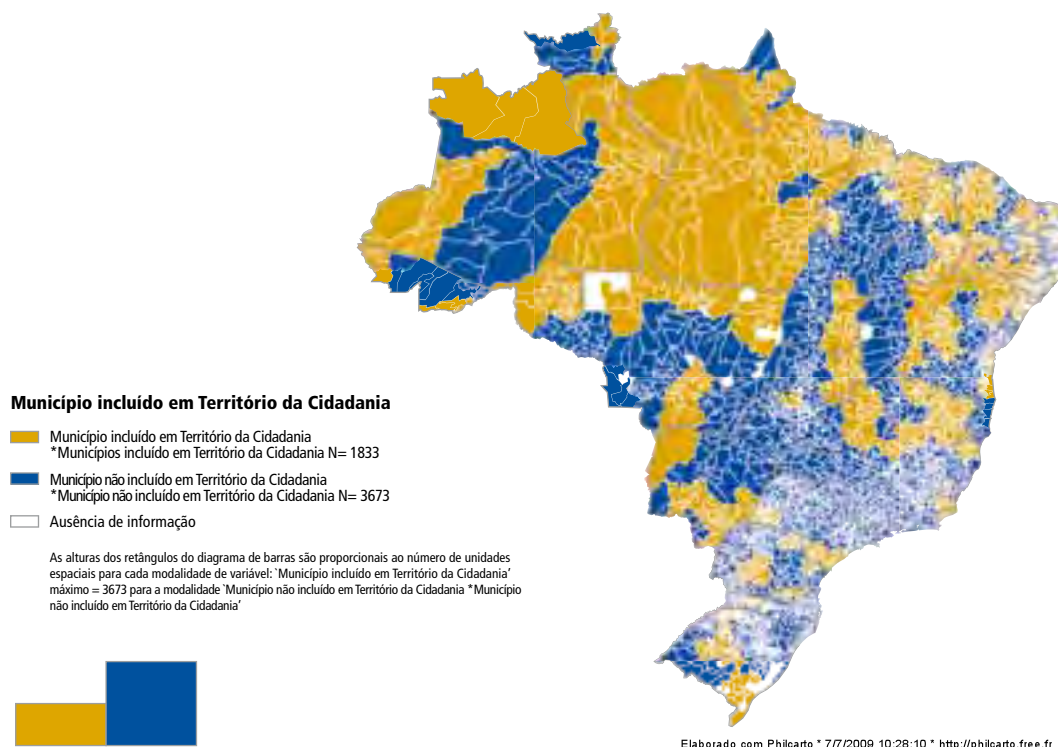
Entre as metas do Pronasci, destacam-se as seguintes: 5,3 mil mulheres atendidas pelo *Mulheres da Paz* até 2011 (até fevereiro de 2009, foram atendidas 2,34 mil); 225 mil profissionais de segurança pública atendidos pelo *Bolsa Formação* até 2012 (até abril de 2009, foram atendidos 130,9 mil); 18,5 mil vagas criadas no sistema prisional até 2011 (em 2008, foram conveniadas 3,8 mil vagas); e 425 mil jovens atendidos por diversas ações do Pronasci.

Os Territórios da Cidadania têm como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Em 2008, foram contemplados 60 territórios rurais, passando, em 2009, a 120. Os Territórios são formados por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica e demonstram com maior precisão a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade.

Há três instâncias de gestão do Programa: Comitê Gestor Nacional, composto pelos Ministérios envolvidos com o Programa; o Comitê de Articulação Estadual, integrado por órgãos federais que atuam no Estado, pelos órgãos estaduais indicados pelo Governo do Estado e por representantes das prefeituras dos Territórios; e o Colegiado Territorial, em que participam representações do governo e da sociedade civil. Neste último, são discutidas, planejadas e executadas ações para o desenvolvimento do território.

Para atingir este fim, vêm sendo executadas nos territórios ações de organização sustentável da produção, direitos e desenvolvimento social, saúde, saneamento e acesso à água, educação e cultura, infraestrutura, apoio à gestão territorial e ações fundiárias. Os 120 territórios abrangem mais de 1.850 municípios, tendo sido escolhidos por um conjunto de critérios, com destaque para aqueles que expressam maior vulnerabilidade do território (por exemplo, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M e número de beneficiários do Bolsa Família).

Se tomada, por exemplo, uma amostra de municípios com IDH-M menor ou igual a 0,6, percebe-se que há 836 municípios nesta situação. Destes, 62% integram os territórios da cidadania. Parte significativa dos municípios se concentra no Norte e Nordeste, conforme mostrado no mapa abaixo. Estes dados manifestam a importância do Programa Territórios da Cidadania, sobretudo por consistir de uma estratégia ativa da União de focalizar frações do território em situação de vulnerabilidade social. Desta maneira, o governo federal, em articulação com os outros entes federados e com a sociedade civil, procura equalizar oportunidades, priorizando a realização e a articulação de investimentos em territórios com menor desenvolvimento.



Fonte: MDA  
Elaboração: SPI/MP

No Eixo Cultura, há a prioridade de atendimento a áreas de periferia de grandes centros urbanos e municípios participantes de programas como o Território da Cidadania e o Pronasci. O Programa Mais Cultura promove diversas iniciativas, dentre as quais, destaca-se o apoio e o reconhecimento a pontos de cultura locais; a implantação e a modernização de bibliotecas, com entrega de kits com equipamentos e acervo bibliográfico; e a implantação de cineclubes, com fornecimento de equipamento de projeção digital, um conjunto de títulos nacionais, além da capacitação de cineclubistas.

Em 2008, dentre as realizações do Programa, ressalta-se o apoio a 82 cineclubes em 23 Estados, sendo 35 localizados na Região Nordeste e 7 na Região Norte; a implantação de 300 bibliotecas em municípios sem esse equipamento, com previsão de atendimento a mais 361 municípios em 2009; e a modernização de 444 bibliotecas, das quais 299 se encontram em territórios da cidadania. O Programa prevê ainda para 2009 a promoção de diversas iniciativas nos territórios da cidadania, como instalação ou apoio a 150 pontos de cultura, 85 cineclubes, 10 bibliotecas, dentre outros. Além disso, com o objetivo de criar novas oportunidades para os jovens, foi lançado edital para promover e incentivar jovens artistas, na faixa de 17 a 29 anos, residentes da Região do Semiárido.

Além de incentivar a produção cultural, o Programa Mais Cultura pretende, através do projeto de lei que cria o Vale Cultura, encaminhado ao Congresso, ser a primeira política pública governamental voltada para o consumo cultural, viabilizando o acesso de cerca de 12 milhões de trabalhadores e de suas famílias aos produtos e serviços culturais. As empresas que declaram o imposto de renda com base no lucro real poderão aderir ao Vale-Cultura e disponibilizar até R\$ 50,00 por funcionário, ao mês, com direito a deduzir até 1% do imposto de renda devido. A contribuição do trabalhador é progressiva, variando entre 10 e 90% do valor do bônus, de acordo com a renda. O bônus poderá ser usado para adquirir ingressos em espetáculos teatrais, de música, dança, cinema, circo, museus, bem como para aquisição de livros, CDs, DVDs e outros bens e serviços culturais. Segundo informações do Ministério da Cultura, no Brasil, apenas 14% da população brasileira vão regularmente aos cinemas, 96% não frequentam museus, 93% nunca foram a uma exposição de arte, e 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança. A iniciativa poderá aumentar em até R\$ 7,2 bilhões/ano o consumo cultural no país.

Por fim, O Programa Mais Saúde - Direito de Todos atua dentro de uma perspectiva que pensa a saúde como parte integrante da estratégia de desenvolvimento, o que aprofunda e atualiza, com novos desafios e dimensões, os objetivos de universalidade, equidade e integralidade perseguidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Mais Saúde acolhe várias medidas e ações distribuídas em sete eixos: Promoção da Saúde; Atenção à Saúde; Complexo Industrial; Força de Trabalho; Qualificação da Gestão; Participação e Controle Social; e Cooperação Internacional.


Como exemplo dos resultados obtidos pelo Mais Saúde, no eixo Promoção da Saúde, 34 milhões de mulheres tiveram acesso a contraceptivos gratuitos em 2008, a licença-maternidade de seis meses foi aprovada e reduziu-se em 33% os casos de malária no País, nos últimos dois anos.

No Eixo Atenção à Saúde, o Programa Saúde da Família é a principal estratégia para reorientar o sistema de saúde a partir da atenção básica à família, onde 80% dos problemas de saúde podem ser solucionados, reduzindo-se a necessidade de atendimento de urgência e emergência dos hospitais do Brasil, e contribuindo, entre outros aspectos, para diminuir o número de internações, aumentar a cobertura vacinal e ampliar as consultas de pré-natal. Desde abril de 2007 até dezembro de 2008, o número de pessoas atendidas por equipes do programa Saúde da Família cresceu 8,68%, atingindo mais de 93 milhões de cidadãos.

Por outro lado, quanto à Política Nacional de Atenção às Urgências, criada em 2003, cumpre destacar o investimento de R\$ 193 milhões para implantar 126 UPAs (Unidades de Pronto- Atendimento) em todos os Estados do Brasil. No Rio de Janeiro, a parceria firmada entre governos federal e estadual permitiu a instalação das primeiras 20 UPAs, que já atenderam a mais de 1,46 milhão de pessoas até janeiro de 2009, dos quais apenas 0,3% (7.254) precisou ser removida para hospitais. Com o atendimento 24 horas, a integração com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) e a proximidade das comunidades de baixa renda, as UPAs têm elevado potencial de desafogar as emergências dos hospitais gerais. Cumpre também destacar o SAMU-192, que já realizou mais de 112 milhões de atendimentos até junho de 2009.

Já o programa Brasil Sorridente, implantou 17,7 mil Equipes de Saúde Bucal, atendendo a 84,9 milhões de pessoas, além de 674 Centros de Especialidades Odontológicas e 323 Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias. Também foram investidos R\$ 500 milhões em pesquisa na área da saúde para a elaboração da primeira linhagem de células-tronco do Brasil.

O Programa Farmácia Popular do Brasil, que repassa à população medicamentos a preço de custo, adquiridos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), conta com cerca de 2 mil apresentações comerciais, disponíveis a um preço que corresponde, em média, a 10% do preço de mercado. De abril de 2007 a dezembro de 2008, houve um aumento de 98% no número de farmácias populares espalhadas pelo Brasil, passando de 254 para 500 unidades. No mesmo período, a rede de farmácias privadas credenciadas pelo programa "Aqui Tem Farmácia Popular" aumentou 94%, passando para 5.219 unidades, devendo este número chegar a 20 mil pontos de rede credenciados até 2011, com a transferência do gerenciamento do credenciamento e repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal.



### III – METAS PRIORITÁRIAS

2008

2009

2010

2011





## APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual 2008-2011 tem, em seu nível estratégico, a definição de 57 metas prioritárias que expressam parcela substantiva dos esforços governamentais para a consolidação de um modelo de crescimento sustentável com inclusão social e educação de qualidade.

O presente capítulo lança um olhar sobre o andamento das metas prioritárias no primeiro ano de execução do PPA 2008-2011, destacando as possibilidades de alcance dos valores previstos ao fim do período de vigência do Plano. Para os exercícios seguintes, terá continuidade a análise dessas metas, considerando que tal avaliação traz consigo um elevado grau de complexidade e incerteza em função dos fatores que condicionam a execução das políticas públicas ou promovem inflexões nos cenários tendenciais.

De modo geral, os dados atuais mostram um país no rumo certo, por vezes com uma velocidade maior do que a esperada, por outras, em ritmo menos intenso em função de um conjunto de restrições à implementação das políticas públicas. Os números indicam a capacidade do governo federal, em articulação com demais governos e sociedade civil, de executar escolhas com base numa visão de futuro que oriente a atuação governamental na direção de transformações essenciais para o Brasil em diversas áreas.

### 1 – Energia Elétrica

#### Capacidade instalada de geração de energia elétrica - 14.162 MW (incremento)

O Brasil possui no total 1994 empreendimentos em operação, gerando 102,6 GW de potência.

Está prevista para os próximos anos uma adição de 39,7 GW na capacidade de geração do País, proveniente dos 130 empreendimentos atualmente em construção e mais 470 outorgados.

Dessa capacidade, cerca de 7.400 MW estão em empreendimentos que se encontram em fase de construção. O restante, embora outorgado, ainda não está com construção iniciada.

Para o alcance da meta, espera-se o início de operação dos empreendimentos em construção ainda dentro da vigência do PPA e aumento da capacidade de geração das unidades já em operação.

É provável o alcance da meta original.

Empreendimentos em Operação			
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	%
CGH	276	153.425	0,15
EOL	21	338.350	0,30
PCH	329	2.453.919	2,39
SOL	1	20	0
UHE	160	74.901.031	73,0
UTE	1.205	22.756.012	22,18
UTN	2	2.007.000	1,96
<b>Total</b>	<b>1.994</b>	<b>102.609.757</b>	<b>100</b>

Fonte: ANEEL 2008

Empreendimentos em Construção			
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	%
CGH	1	848	0,01
EOL	22	463.330	6,26
PCH	67	1.090.070	14,73
UHE	21	4.317.500	58,34
UTE	19	1.528.898	20,66
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>7.400.646</b>	<b>100</b>

Fonte: ANEEL 2008

Empreendimentos Outorgados entre 1998 e 2009 (não iniciaram sua construção)			
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	%
CGH	74	50.189	0,19
CGU	1	50	0
EOL	50	2.401.523	9,08
PCH	166	2.432.568	9,19
SOL	1	5.000	0,02
UHE	15	9.053.900	34,21
UTE	163	12.526.201	47,33
<b>Total</b>	<b>470</b>	<b>26.469.431</b>	<b>100</b>

Fonte: ANEEL 2008

Legenda	
CGH	Central Geradora Hidrelétrica
CGU	Central Geradora Undi-Elétrica
EOL	Central Geradora Eolielétrica
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
SOL	Central Geradora Solar Fotovoltaica
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UTE	Usina Termelétrica de Energia
UTN	Usina Termonuclear

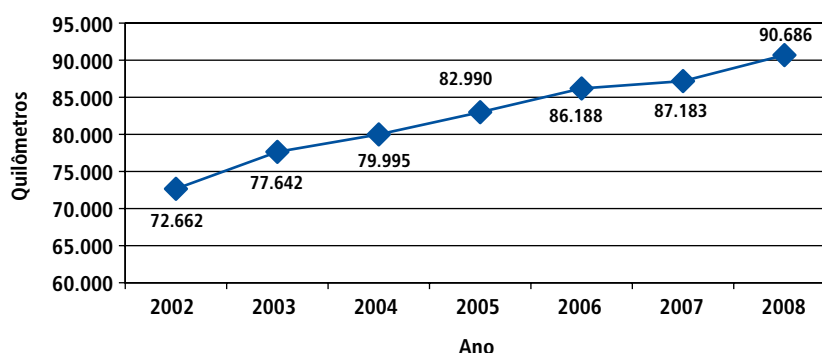
## Extensão das linhas de transmissão - 15.074 km (incremento)

De acordo com dados da ANEEL, em 2008 foram acrescentados à malha existente 3.503 km de linhas de transmissão. Mantida a tendência e considerando o cronograma das obras de extensão já planejadas, a meta é de provável alcance.

Extensão de linhas de transmissão (total)							
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
km	72.662	77.642	79.995	82.990	86.188	87.183	90.686

Fonte: ANEEL  
Elaboração SPI / MP

Extensão Total de Linhas de Transmissão



## 2 – Petróleo, Gás, Biodiesel e Etanol

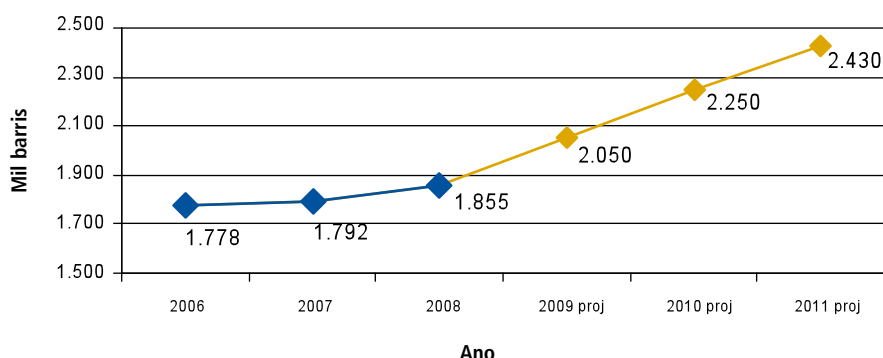
### Produção nacional de petróleo - 400 mil barris/dia (incremento)

Os planos de investimentos da Petrobras, empresa que responde, sozinha ou em parceria, pela quase totalidade da produção de petróleo no Brasil, revisam as projeções anteriores e trabalham com um aumento anual médio maior na produção de petróleo, alcançando 2.680 mil barris/dia em 2013. Se confirmados os investimentos previstos nesta nova projeção, que incluem extração comercial a partir dos campos pré-sal de Tupi, Cachalote, Baleia Franca e Baleia Anã, a meta será ultrapassada antes do fim da vigência do PPA.

Produção Nacional de Petróleo						
Ano	2006	2007	2008	2009 proj	2010 proj	2011 proj
mil barris	1.778	1.792	1.855	2.050	2.250	2.430

Fonte: Petrobras Plano de Negócios 2009-2013

### Produção Nacional de Petróleo



### Capacidade de refino de petróleo - 270 mil barris/dia (incremento)

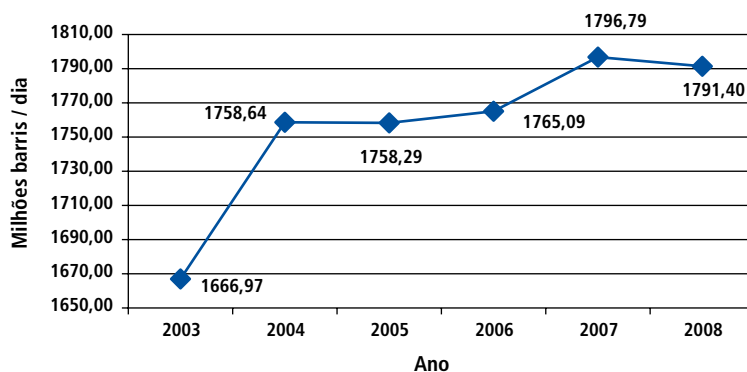
A Agência Nacional do Petróleo (ANP), em seus dados estatísticos, mostra que a capacidade de refino de petróleo está próxima à capacidade máxima de trabalho das plantas industriais do setor (91%). A manutenção de tendência de crescimento exige investimentos pesados de implantação de novas refinarias, bem como a adaptação das refinarias já existentes a um novo e flexível "mix" de derivados de petróleo, de acordo com tecnologias disponíveis em outros países. Em relação a essa flexibilidade, a Petrobras vem investindo em novas unidades de refino e em melhorias tecnológicas para converter o óleo pesado produzido no Brasil em derivados de maior valor. Será possível, a partir daí, definir a cesta de derivados a ser produzida a cada momento, com o uso de óleo importado, que possibilita a produção de derivados de maior valor, ou pelo processamento do óleo pesado nacional.

Situação atual: 1.791.399 barris / dia.

Volume de Petróleo Refinado (milhões barris / dia)						
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
milhões barris/dia	1666,97	1758,64	1758,29	1765,09	1796,79	1791,40

Fonte: Agência Nacional do Petróleo  
Elaboração SPI / MP

### Refino de Petróleo (milhões barris / dia)



Um novo empreendimento, a Refinaria do Nordeste (Abreu e Lima), em Pernambuco, tem previsão para operar a plena carga em 2011, com capacidade para processar até 230 mil barris de petróleo pesado, produzindo até 162 mil barris diários de diesel – seu carro-chefe –, além de outros derivados de petróleo.

A operação dessa refinaria, sozinha, contribui decisivamente para o alcance da meta.

### Oferta de gás natural - 56 milhões de metros cúbicos/dia

A meta é considerada de fácil alcance e superação. A produção útil de gás natural (oferta), ao final de 2008, totalizou 51,1 milhões de m<sup>3</sup>/d - 18% de aumento em relação a 2007. A taxa de crescimento verificada deve manter-se em 2009, com o início de operação de novas plataformas e com a continuidade na implementação de projetos do Plangás.

Oferta Nacional de Gás Natural (milhões metros cúbicos / dia)						
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
milhões m <sup>3</sup> / dia	37,38	40,17	41,89	41,91	42,96	51,10

Fonte: Agência Nacional De Petróleo  
Elaboração: SPI / MP

### Capacidade da malha de transporte de gás natural - 4.500 km (incremento)

Em 2008 foram acrescentados 776 km de gasodutos à malha existente. Existem obras previstas para conclusão e início da operação dentro da vigência do PPA, a saber:

Com conclusão em 2009:

- 1 - Urucu-Coari-Manaus - 660 km;
- 2 - Cabiúnas-Rio de Janeiro - 183 km;
- 3 - Paulínia-Jacutinga - 93 km;
- 4 - Japeri-Reduc - 45 km.

Com conclusão em 2010:

- 1 - Cacimbas-Catu - 954 km;
- 2 - Caraguatatuba-Taubaté - 96 km.

O total do incremento à malha, considerando esses empreendimentos, é de 2807 km. Considerando que existem no país cerca de 4,4 mil km de gasodutos, o incremento programado é significativo, embora abaixo da meta original.

## Produção nacional de Biodiesel - 4 bilhões de litros/ano

Atividade nova, que vem contando com investimentos e incentivos. O aumento de produção, até o momento, segue uma curva de terceiro grau, aproximadamente. Criando tendências mais conservadoras, pela saturação de mercado e pelo esgotamento de capacidade produtiva dos projetos em operação, tem-se os seguintes resultados:

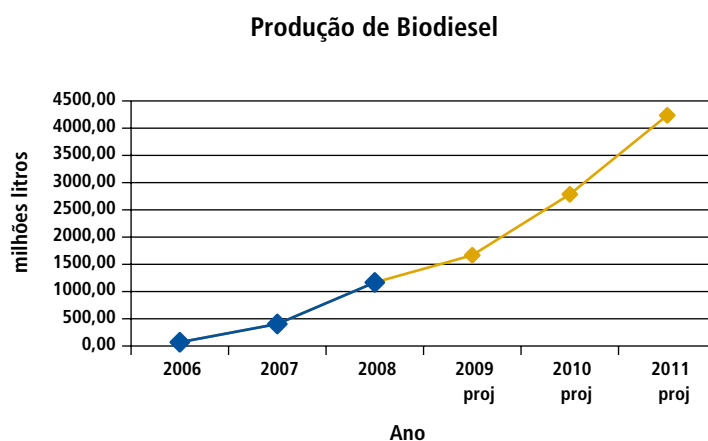
1 – se, a partir deste momento, o crescimento for apenas linear, a meta não será alcançada. Este é um cenário menos provável;

2 – se, a partir deste momento, o crescimento seguir uma curva quadrática (potência = 2,3), o resultado projetado fica superior à meta original;

3 – se utilizada uma tendência não-conservadora, projetando-se a curva de crescimento de acordo com o comportamento passado, a meta seria facilmente superada. Este cenário também não é o mais provável, pela capacidade de aplicação de recursos na área, bem como pela saturação de uso da capacidade já instalada.

Produção Nacional de Biodiesel (milhões de litros)						
	2006	2007	2008	2009 proj	2010 proj	2011 proj
<b>Projeção Linear</b>	69,00	404,33	1167,13	1645,03	2194,13	2743,22
<b>Projeção Quadrática</b>	69,00	404,33	1167,13	1666,80	2784,69	4235,40

Fonte: ANP (dados apurados)



## Produção de Etanol - 23 bilhões de litros/ano

O Brasil tem, atualmente, uma capacidade instalada para o processamento de aproximadamente 430 milhões de toneladas de cana, o que pode resultar na produção de até 18 bilhões de litros de álcool.

Este ano deverão ser produzidos 16,7 bilhões de litros de álcool. Embora seja um valor alto, verifica-se a necessidade de grandes investimentos para atender ao crescimento da demanda. Existe uma estimativa de crescimento da ordem de 1,5 bilhão de litros de etanol, no consumo interno, por ano, de álcool combustível, o que representa uma demanda estimada em 23 bilhões de litros ao final do PPA.

A realização de meta compatível com essa demanda deve requerer uma produção adicional de 220 milhões de toneladas de cana, o que leva à necessidade de ampliação das unidades de processamento já existentes, bem como a implantação de novos projetos de plantio e processamento de cana-de-açúcar.

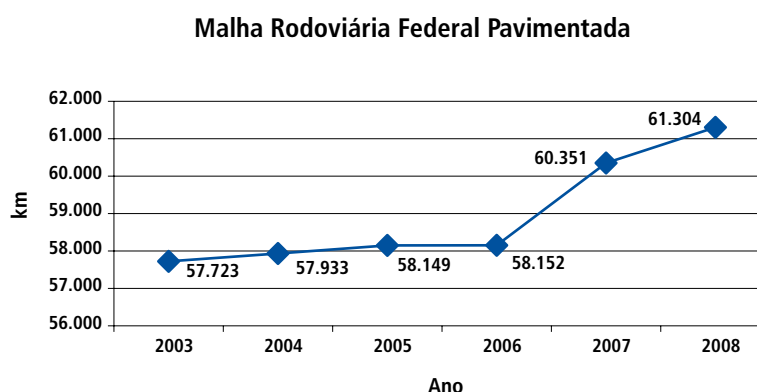
Pela quantidade de áreas agricultáveis que ainda podem servir como margem de expansão ao cultivo da cana-de-açúcar e como os novos projetos de processamento possuem uma produtividade maior do que os já implantados, pode-se considerar que a meta original será alcançada com facilidade (por exemplo, a safra deste ano projeta um aumento, em relação à safra anterior, de 28%).

### 3 – Transportes

#### Extensão da malha rodoviária federal pavimentada - 4.690 km (incremento)

Malha Rodoviária Federal Pavimentada						
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Km	57.723	57.933	58.149	58.152	60.351	61.304

Fonte: DNIT



Fazendo uma análise tendencial do incremento ano a ano na quilometragem da malha rodoviária federal pavimentada, percebe-se uma melhora recente nos níveis de pavimentação no país, principalmente no período do PPI (Programa Piloto de Investimentos), ainda assim muito aquém das necessidades reais e das metas previstas no PPA vigente. A mudança nessa tendência depende de pesados investimentos previstos nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), pois quase todos os projetos estão contemplados no programa acima citado. Quando se faz a análise do período do PAC, a pavimentação prevista a ser atacada perfaz 2.852 km de rodovias. Muitas das obras previstas no período do PAC estão tendo seus cronogramas revistos e suas datas de conclusão devem se dar em período posterior ao fim do PPA.

## Extensão da malha ferroviária federal - 2.110 km (incremento)

Malha Ferroviária Federal					
Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Km	28.879	28.874	28.977	29.013	28.607

Fonte: ANTT

Segundo os dados fornecidos pela ANTT, atualizados até 2007, a análise tendencial demonstra que a meta prevista seria de difícil atingimento. No entanto, pesados investimentos estão previstos no PAC, estando concentrados no período de 2008 a 2010, projetando para o período a ampliação da malha ferroviária em torno de 2.177 km. Apesar de o andamento das obras estar atrasado, a possibilidade de atingimento da meta original é factível, mas com reflexos reais somente ao final da vigência do PPA.

Importante observar que, entre 2006 e 2007, houve desativação de parte da malha, o que explica a menor quilometragem total em 2007.

## Produção do transporte ferroviário nacional - 50 bilhões de TKU (incremento)

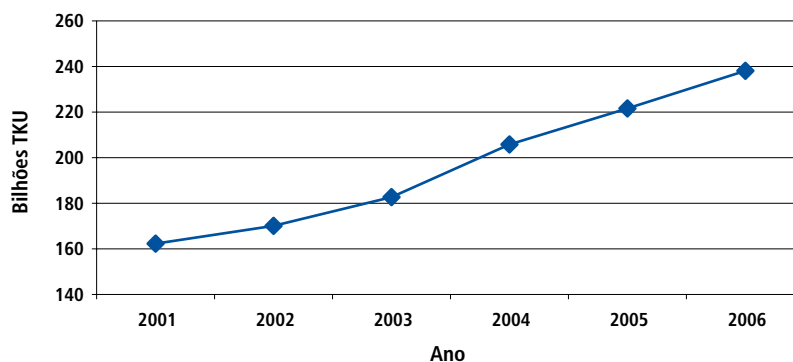
Pela curva de tendência natural, a meta é factível, com a probabilidade de incremento de até 60 bilhões de TKU à capacidade de produção do início do atual PPA.

A saturação natural da oferta deve ser contrabalançada pelos investimentos no setor, com a ampliação da malha ferroviária em aproximados 4%.

Produção do Transporte Ferroviário Nacional						
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bilhões TKU	162,3	170,1	182,7	205,8	221,6	238,1

Fonte: ANTT

Transporte Ferroviário Nacional





### **Rede hidroviária adequada - 5.008 km (incremento)**

Apesar dos investimentos no setor, como por exemplo, as obras de conclusão das eclusas de Tucuruí e as obras de melhoramentos nas hidrovias do Tocantins e Paraguai-Paraná, ambas ainda em ações preparatórias, a meta original não deve ser alcançada. São obras de extensa duração e, de acordo com os cronogramas contidos nos Relatórios de Acompanhamento do PAC, terão seus efeitos refletidos apenas em data posterior ao fim do atual PPA.

### **Movimento de contêineres de cargas em portos marítimos - 3,5 milhões de TEU (incremento)**

A avaliação da ANTAQ para o período, em seu Relatório 2007 e mostrada na tabela abaixo, informa um aumento médio anual de 12% em TEUs. Com o uso dessa média para projetar o crescimento da movimentação de contêineres no período do PPA, a meta original se confirma. No entanto, a simples extensão da média (mostrada no gráfico em cor azul) para a prospecção do comportamento futuro é enganosa. O aumento percentual de ano para ano vem decrescendo:

- 2004/2003: 19%;
- 2005/2004: 13%;
- 2006/2005: 9%;
- 2007/2006: 6%.

Isso torna os valores da curva tendencial um pouco menores (uso de tendência linear, em cor verde no gráfico). Com ela, o incremento giraria em torno de 2,5 milhões de TEUs ao fim do PPA.

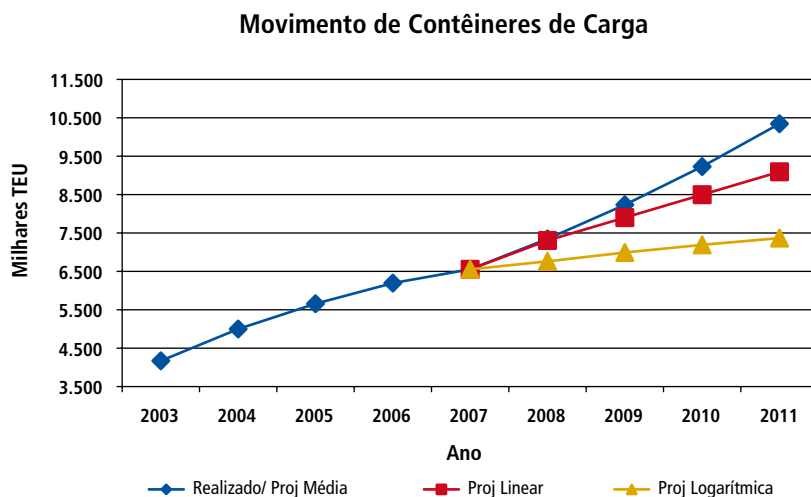
Com o uso de uma outra curva tendencial, desta vez seguindo os valores decrescentes dos percentuais de aumento ano a ano, a projeção se torna ainda mais modesta. É utilizada uma curva tendencial logarítmica (em cor alaranjada no gráfico) para buscar novo valor projetado, nessas bases vegetativas, e o valor do incremento fica em torno de 800 mil TEUs.

Os valores obtidos para o ano de 2008, ainda não consolidados, mostram um movimento de contêineres de cerca de 6,86 milhões de TEUs. Este é um comportamento próximo à tendência logarítmica, que leva a confirmá-la.

A mudança nessa tendência depende das obras do PAC. No setor, mesmo as obras que estão dentro do cronograma têm seu término em datas muito próximas ao fim do PPA e não devem impactar o comportamento de crescimento inercial em sua vigência. Como consequência, a possibilidade de alcance da meta original é muito baixa.

Movimento de Contêineres de Carga									
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Milhares TEU	4.170	4.999	5.658	6.195	6.554	7346	8234	9229	10345
Proj Linear					6.554	7.304	7.901	8.497	9.094
Proj Logarítima					6.554	6.762	6.992	7.191	7.367

Fonte: ANTAQ



## 4 – Recursos Hídricos

### Revitalização e integração da bacia do Rio São Francisco com outras bacias hidrográficas - 540 km

De acordo com informações do 14º monitoramento do PAC - Recursos Hídricos, foram executados 1,76 km de canais de integração do Rio São Francisco. Todo esforço realizado é no sentido de concluir as obras do Eixo Leste de integração do São Francisco até 2010, num total de 220 km. Para o Eixo Norte, a previsão é a conclusão de 402 km de canais em 2014; entretanto, em ambas as frentes de trabalho, o ritmo de execução não está adequado ao inicialmente previsto, o que pode comprometer o alcance da meta original.

### Transferências de gestão dos perímetros públicos de irrigação aos usuários - 20 perímetros

Até a presente data, ainda não há perímetro público cuja gestão tenha sido transferida para os usuários, reduzindo a possibilidade de esta meta ser atingida.

O nó crítico da transferência de gestão é a Parceria Público-Privada (PPP), cujo modelo aguarda definição.

### Área ociosa incorporada ao processo produtivo nos perímetros públicos de irrigação já existentes - 50 mil hectares

Não há informação confiável sobre este indicador.

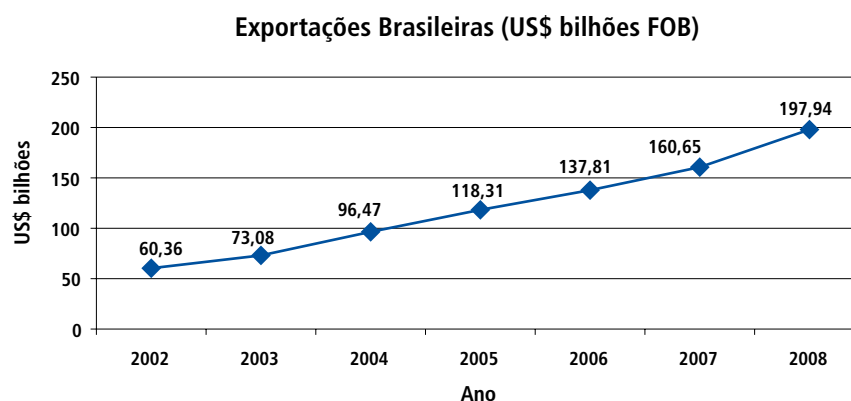
## 5 – Exportações

### Exportação de bens e serviços - US\$ 230,0 bilhões

Segundo dados fornecidos pelo MDIC, atualizados até 2008, a tendência é conseguir alcançar a meta confortavelmente. Inclusive, se não fosse pela recente redução de atividade econômica mundial, já em 2009 o valor de 230 bilhões de dólares em exportações seria ultrapassado. É possível, contudo, que a meta original tenha que ser revista, dependendo dos resultados do presente ano.

Exportações Brasileiras (US\$ milhões)						
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
60,36	73,08	96,47	118,31	137,81	160,65	197,94

Fonte: SECEX / MDIC



### Participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais - 1,3%

Para o alcance desta meta, é fundamental que haja continuidade no esforço de aumentar o valor total das exportações. Hoje, o percentual de participação das exportações brasileiras no mercado mundial é de 1,1%. Este é um índice com tendência à estabilidade, apresentando pouca variação.

O último ano, em passado recente, em que a participação das exportações brasileiras alcançou um percentual acima de 1,3% das exportações mundiais foi 1985, com a marca de 1,37%.

Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial					
Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Percentual	0,96	0,99	1,08	1,16	1,15

Fonte: SISCOMEX e SECEX

## 6 – Saúde

### Aumentar o número de Equipes de Saúde da Família – 14.502 equipes implantadas

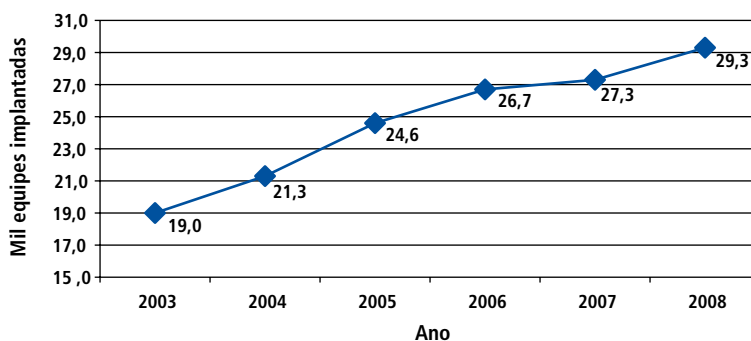
Em 2008, foram implantadas 1.976 novas equipes de Saúde da Família, totalizando 29,3 mil equipes, distribuídas em 5,2 mil municípios, com cobertura de 49,5% da população brasileira,

Este último número pode tornar difícil o atingimento da meta original; seria necessário um trabalho de implantação de mais de três mil equipes de Saúde da família em cada ano de vigência do PPA para o incremento esperado de 14 mil equipes.

Saúde da Família	
Equipes Implantadas (mil)	
2003	19,0
2004	21,3
2005	24,6
2006	26,7
2007	27,3
2008	29,3

Fonte: SAS / MS

Número de Equipes de Saúde da Família



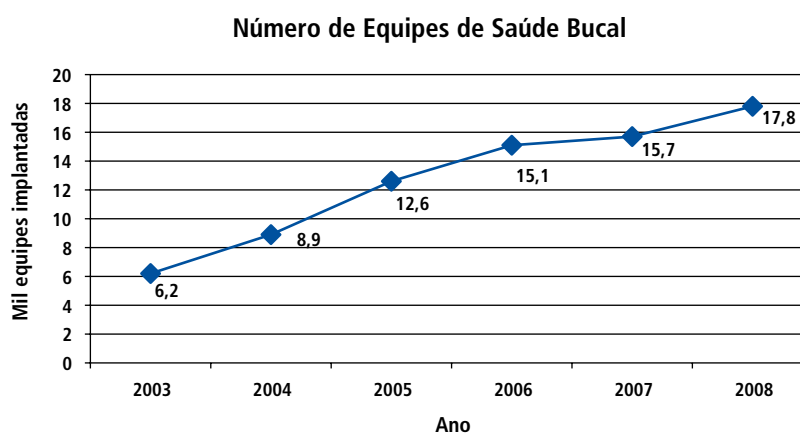
### Aumentar o número de Equipes de Saúde Bucal – 9.346 equipes implantadas

Em 2008, foram implantadas 2.113 novas equipes de Saúde Bucal, perfazendo um total de 17,8 mil equipes implantadas; estão distribuídas em 4,5 mil municípios e cobrem 45,3% da população brasileira.

Seguindo essa tendência, existe boa possibilidade de alcance da meta original.

Saúde Bucal	
Equipes Implantadas (mil)	
2003	6,2
2004	8,9
2005	12,6
2006	15,1
2007	15,7
2008	17,8

Fonte: SAS / MS



## 7 – Saneamento

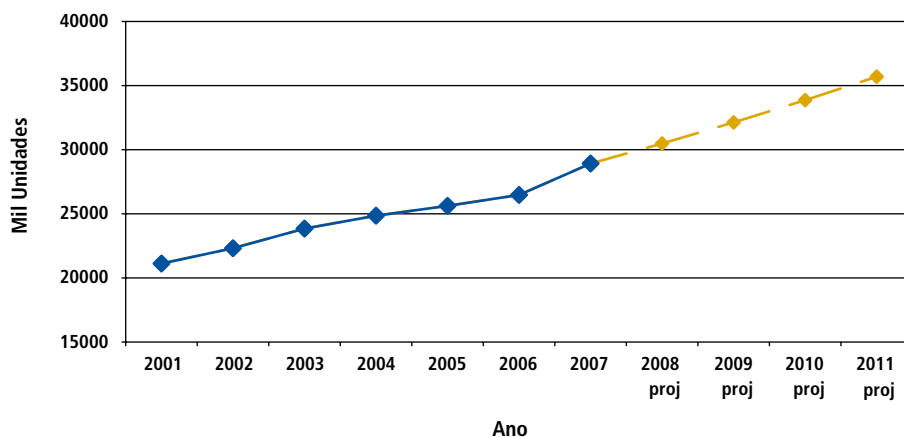
### Serviço de Coleta de Esgoto - 7,3 milhões de famílias beneficiadas

Esta meta é oriunda do PAC e tomou como base a quantidade de famílias já atendidas em 2005 (considerou-se uma família por domicílio). Naquela ocasião, cerca de 48,8% dos domicílios tinham acesso à rede coletora de esgoto. A meta do PAC é aumentar este percentual, até 2010, para 55%.

Conforme a análise conjunta de Coleta de Esgoto e Abastecimento de Água, apresentada mais adiante, é difícil o alcance da meta prevista para esgotamento sanitário.

Domicílios particulares permanentes com coleta de esgoto sanitário							
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
mil unidades	21.121	22.316	23.847	24.854	25.621	26.472	28.921

### Domicílios com Rede Coletora de Esgoto



### Serviços de Abastecimento de Água - 7,0 milhões de famílias beneficiadas

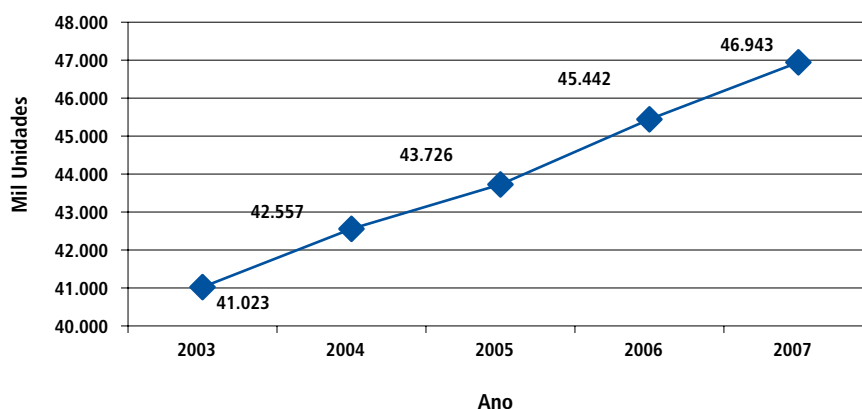
Esta meta é oriunda do PAC e tomou como base a quantidade de famílias já atendidas em 2005. Considerando o total selecionado e a selecionar, e se for considerado também um melhor desempenho na execução das ações, a possibilidade de alcançar a meta prevista para abastecimento de água é factível.

A análise conjunta de Coleta de Esgoto e Abastecimento de Água detalha mais esta questão.

Domicílios com abastecimento de água (Brasil)					
Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Mil unidades	41.023	42.557	43.726	45.442	46.943

Fonte: IBGE PNAD  
Elaboração SPI / MP

### Domicílios com Abastecimento de Água



### Análise conjunta de Coleta de Esgoto e Abastecimento de Água

De acordo com a avaliação anual - ano base 2008 - do PPA, já foram beneficiadas 482.240 famílias com abastecimento de água; e 342.594 com esgotamento sanitário (esses valores são um pouco diferentes dos previstos no PAC, devido a obras que não constam entre seus empreendimentos).

Duas considerações são necessárias sobre os números apresentados nesta análise:

- as famílias beneficiadas com empreendimentos de saneamento integrado serão computadas em abastecimento de água e esgotamento sanitário; e

- será considerada parte das famílias beneficiadas com empreendimentos de Urbanização de Assentamentos Precários (UAS), pois levantamento do Ministério das Cidades indica que em média 19% do valor da obra são para a realização de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Com relação aos empreendimentos sob responsabilidade do Ministério das Cidades, a efetiva conclusão das obras informadas no Banco de Dados de Saneamento (BDSAN) seria suficiente para atender a 4,8 milhões de famílias com abastecimento de água, com uso de R\$ 5,8 bilhões, 4,3 milhões de famílias com esgotamento sanitário, com recursos da ordem de R\$ 10,3 bilhões, e 446 mil famílias com saneamento integrado. Com relação aos empreendimentos de UAS, conforme dados da Secretaria Nacional de Habitação, seriam 200 mil famílias.

Considerando somente as obras contratadas sem cláusulas suspensivas, ou seja, com alta probabilidade de conclusão até 2011, esses valores diminuem para 3,5 milhões de famílias com abastecimento de água, 4,3 milhões de famílias com esgotamento sanitário e 314 mil famílias com saneamento integrado. Para UAS, este valor é alterado para 129 mil famílias.

A diferença entre o valor selecionado originalmente e o efetivamente contratado se deve à dificuldade encontrada por estados e municípios na operacionalização dos empreendimentos.

Parte dessas dificuldades é inerente às exigências dos órgãos federais no momento da contratação dos empreendimentos. Ciente deste fato, o Ministério das Cidades baixou diversas portarias que visam flexibilizar tais exigências. Além disto, a Lei que instituiu o PAC estabeleceu que todas as transferências para saneamento seriam obrigatórias, o que também flexibilizou a contratação.

Com relação às demais dificuldades, destacam-se problemas com a contratação da elaboração de projetos, licitações vazias, demora no licenciamento ambiental, entre outros.

Considerando somente as obras do PAC, os valores seriam de 3,94 milhões de famílias com abastecimento de água e 4,74 milhões de famílias com esgotamento sanitário.

Com relação aos empreendimentos da Funasa, foram selecionadas 1.456 obras para abastecimento de água, correspondendo a 0,88 milhão de famílias. Das obras selecionadas, 1.058 já foram contratadas, embora 86 delas, que foram contratadas em 2009, devam ser desconsideradas, visto que a probabilidade de sua conclusão até 2011 é baixa.

Do restante das obras já contratadas, 156 já foram iniciadas e 816 estão em ação preparatória, o que corresponderia a 584 mil famílias.

No que se refere a esgotamento sanitário, a Funasa selecionou 577 empreendimentos, correspondendo a 537 mil famílias. Das obras selecionadas, 419 já foram contratadas; entretanto, pelos mesmos motivos expostos anteriormente, serão desconsideradas as 33 obras contratadas em 2009.

Do novo total (386 obras), uma já está concluída. Do restante, 82 estão em execução e 302 em ação preparatória, o que corresponde a 356 mil famílias.

A tabela a seguir consolida os valores do Ministério das Cidades e da Funasa.

<b>Consolidado Ministério das Cidades e Funasa (metas expressas em milhões de famílias beneficiadas)</b>				
<b>Responsável pela Ação</b>	<b>Abastecimento de Água</b>		<b>Esgotamento Sanitário</b>	
	<b>Selecionado</b>	<b>Conclusão 2011</b>	<b>Selecionado</b>	<b>Conclusão 2011</b>
<b>Ministerio das Cidades</b>	5,5	4,42	5,0	5,08
<b>Funasa</b>	0,88	0,58	0,54	0,36
<b>Ministério da Integração Nacional</b>	0,83		0,44	
<b>Total</b>	7,21	5,00	5,98	5,44

Elaboração: SPI

Estes valores estão aquém dos previstos originalmente, em especial para esgotamento sanitário. Ou seja, mantendo-se o cenário atual, as metas previstas dificilmente serão alcançadas.

Para aumentar a probabilidade de alcance das metas, é necessário que os saldos sejam selecionados ainda em 2009. A título de exemplo, caso o saldo dos recursos onerosos seja contratado, ainda em 2009, exclusivamente para abastecimento de água e esgotamento sanitário (mantendo a atual relação de 63% para esgoto e 37% para água), os valores adicionais seriam de 1,76 milhões de famílias com abastecimento de água e 1,46 milhões de famílias com esgotamento sanitário.

A tabela a seguir mostra os valores de atendimento (em milhões de famílias) com essa nova seleção, se feita em 2009.

<b>Consolidado com nova seleção (metas expressas em milhões de famílias beneficiadas)</b>				
<b>Responsável pela Ação</b>	<b>Abastecimento de Água</b>		<b>Esgotamento Sanitário</b>	
	<b>Selecionado</b>	<b>Conclusão 2011</b>	<b>Selecionado</b>	<b>Conclusão 2011</b>
<b>Atual</b>	6,38	5,83	5,54	5,88
<b>Seleção oneroso</b>	1,76	0,88	1,46	0,73
<b>Total</b>	8,14	6,71	7,00	6,61

Elaboração: SPI

Considerando o total selecionado e a selecionar, além de um melhor desempenho na execução das ações, o que aumentaria a previsão atual para conclusão até 2011, a possibilidade de alcançar as metas previstas para abastecimento de água é factível. Contudo, a meta prevista para esgotamento sanitário não deverá ser alcançada. Cabe destacar que a mudança na relação de contratação para recursos onerosos alterará os valores acima, sendo esta uma decisão que cabe aos gestores do PAC.



### **Aldeias indígenas com cobertura de abastecimento de água - 1.346**

Ver análise conjunta a seguir.

### **Oferta de rede de distribuição de água em Municípios de até 50 mil habitantes - 1.200 municípios**

Ver análise conjunta a seguir.

### **Aldeias indígenas com solução adequada de dejetos - 748 municípios**

Ver análise conjunta a seguir.

### **Oferta de rede coletora de esgoto, incluindo tratamento, em Municípios de até 50 mil habitantes - 600 municípios**

Ver análise conjunta a seguir.

### **Oferta de coleta de resíduos sólidos urbanos, incluindo tratamento e disposição final adequados, em Municípios de até 50 mil habitantes - 500 municípios**

## **Análise conjunta das cinco metas prioritárias enunciadas acima, de acordo com dados da Funasa**

A Funasa tem 1.456 obras selecionadas para abastecimento de água, correspondendo a 1.383 municípios. Das obras selecionadas, 1.058 já foram contratadas, entretanto serão desconsideradas 86 que foram contratadas em 2009, visto que a probabilidade de conclusão destas obras até 2011 é baixa, considerando o histórico das obras sob responsabilidade da Funasa.

Do restante das obras já contratadas, 156 já foram iniciadas e 816 estão em ação preparatória. Desta forma, conclui-se que, com a permanência do quadro atual, a meta prevista para abastecimento de água não deverá ser alcançada. Mesmo que a Funasa consiga contratar as 398 obras restantes<sup>32</sup> em 2009, dificilmente elas ficariam prontas até o final do PPA.

Com relação a esgotamento sanitário, a Funasa selecionou 577 empreendimentos, correspondendo a 561 municípios. Das obras selecionadas, 419 já foram contratados; entretanto serão desconsiderados os 33 contratados em 2009, pelos mesmos motivos expostos anteriormente.

Assim, sobram 386 obras, sendo que uma já está concluída. Do restante, 82 estão em execução e 302 em ação preparatória. Desta forma, conclui-se que, com a permanência do quadro atual, a meta prevista para esgotamento sanitário também não deverá ser alcançada.

Com relação a resíduos sólidos, a Funasa selecionou 47 obras, correspondendo a 42 municípios, quantitativo inferior a 10% da meta prevista. Logo, é difícil o alcance da meta.

<sup>32</sup> Selecionadas, mas não contratadas.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos dados expostos anteriormente para abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Com exceção de resíduos sólidos, nota-se que a Funasa selecionou quantitativos próximos ou superiores às metas previstas. Contudo, entende-se que dificilmente as metas serão alcançadas. Isto se deve às dificuldades por estados e municípios na operacionalização das obras, conforme já exposto anteriormente. Ademais, a Funasa também teve alguns problemas internos na operacionalização, em especial, o baixo quantitativo de profissionais no setor de engenharia das Coordenações Regionais, o que dificultou a análise e aprovação de projetos.

<b>Ação</b>	<b>Municípios Previstos</b>	<b>Municípios selecionados</b>	<b>Obras selecionadas</b>
<b>Abastecimento de Água</b>	1.200	1.383	1.456
<b>Esgotamento Sanitário</b>	600	561	577
<b>Resíduos Sólidos</b>	500	42	47

Para saneamento em área indígena, obras executadas diretamente<sup>33</sup> pela Funasa, foram selecionadas 1.116 para ações de abastecimento de água e 561 para esgotamento sanitário<sup>34</sup>. Destas, foram concluídas 404 de abastecimento de água e 185 de esgotamento sanitário. Encontra-se em execução 408 de abastecimento de água e 99 de esgotamento sanitário.

Considerando que ainda serão selecionadas e contratadas obras em 2009 e 2010, o alcance da meta prevista é factível, visto que as obras são de pequeno porte e são realizadas de forma direta pela Funasa.

Concluindo, pode-se afirmar que o alcance das metas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, e resíduos sólidos é improvável. Contudo, a meta de saneamento em áreas indígenas é factível devido aos motivos expostos anteriormente, principalmente à alta governabilidade que a Funasa tem sobre a execução da ação.

## 8 – Assistência Social e Transferência de Renda

### Centros de Referência da Assistência Social com co-financiamento do Governo Federal - (CRAS co-financiado) 4.442

A meta é passível de alcance pela tendência natural. Ao final de 2006, base de referência considerada, havia 3.248 CRAS co-financiados. De acordo com dados obtidos pelo processo de Avaliação Anual SPI, em 2008, 3.919 CRAS receberam recursos do governo federal. Se o crescimento percentual for linear, pode-se estimar, ao final de 2010, ter mais de 4.700 CRAS com co-financiamento do governo federal. Ou seja, a meta seria alcançada um ano antes do fim da vigência do PPA.

33 A Funasa é responsável pela elaboração do projeto, contratação e fiscalização da obra.

34 Foram consideradas as obras de melhorias sanitárias domiciliares.

## Estender o benefício variável do Programa Bolsa Família aos adolescentes de 16 e 17 anos - (adolescente atendido) 1,75 milhão

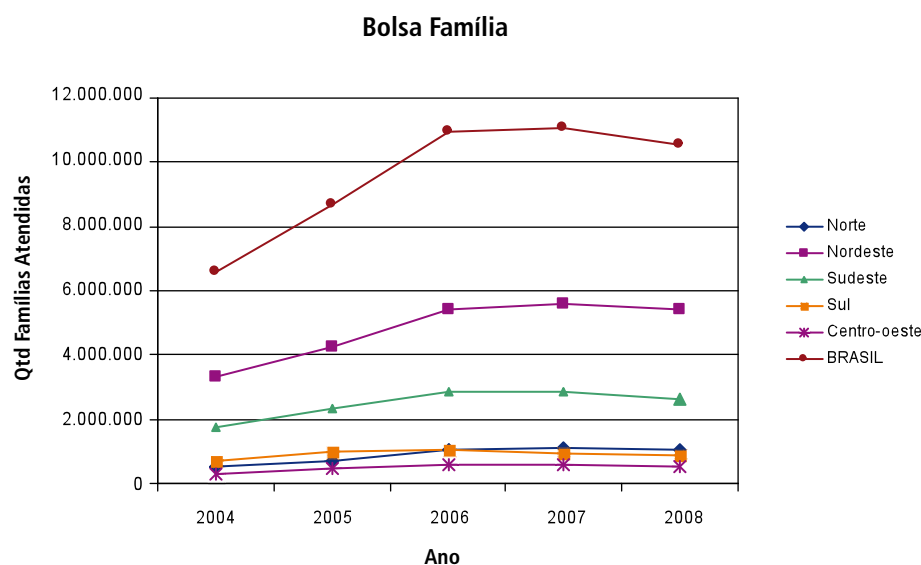
A meta de 1,75 milhão já foi superada, tendo o Programa atendido a 1,9 milhão de adolescentes, em 2008, na faixa etária indicada.

## Bolsa Família - (famílias atendidas) 11,1 milhões

Essa meta estava praticamente atingida em 2008. Com a inclusão de famílias no Programa em função da nova linha de pobreza considerada, está havendo crescimento no número de famílias atendidas, que deverá passar a cerca de 13 milhões.

Bolsa Família					
	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Norte</b>	527.652	697.644	1.023.507	1.081.636	1.075.885
<b>Nordeste</b>	3.320.446	4.245.574	5.442.567	5.573.605	5.445.428
<b>Sudeste</b>	1.730.675	2.325.379	2.875.677	2.848.034	2.637.339
<b>Sul</b>	700.661	987.062	1.027.439	956.129	853.526
<b>Centro-oeste</b>	292.405	444.786	596.620	583.672	545.818
<b>BRASIL</b>	6.573.843	8.702.450	10.967.816	11.045.083	10.560.004

Fonte: MDS



## 9 – Empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte

### Oferta de microcrédito produtivo orientado para empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte - (operação realizada – acumulada) 3,8 milhão

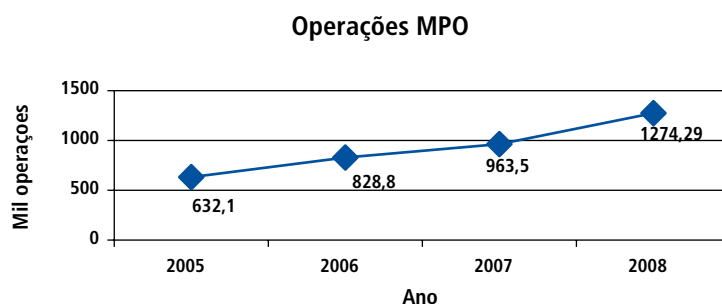
O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado realizou, em 2008, 1.274.296 contratos de microcrédito, tendo sido verificado um acréscimo de 32,33% com relação a 2007.

Em termos de volume de recursos, foram aplicados cerca de R\$ 1,807 bilhão, representando crescimento de 64,22% em relação a 2007.

No primeiro ano do PPA, o Programa já atingiu um terço da meta física. Com este perfil de execução, pode-se considerar que a meta original será alcançada e superada.

Operações de Microcrédito Produtivo Orientado				
Ano	2005	2006	2007	2008
mil operações / ano	632,1	828,8	963,5	1274,29

Fonte: PNMPO / MTE



## 10 – Direitos de Cidadania

### Apoiar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, segundo parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – Município com mais de 100 mil habitantes apoiado 224

Tendo em vista que todos os municípios com mais de 100.000 habitantes possuem Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que contam com serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, ou seja, que a meta foi superada, o recorte da ação governamental foi alterado para apoio a municípios com mais de 50 mil habitantes. Em consequência, a meta necessita ser revista.

Em 2008, já existiam 387 municípios recebendo recursos do governo federal para cofinanciamento das medidas socioeducativas em meio aberto.

### Serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência - (serviço disponibilizado) 764

Essa meta diz respeito a vários tipos de serviços, como centros de referência, casas abrigo, juzizados especializados, defensorias ou núcleos especializados, promotorias especializadas, Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulheres (DEAM) etc. Em 2008, foram apoiados para construção, reforma e aparelhamento cerca de 143 serviços entre centros de referência, casas abrigo, juzizados especializados, defensorias ou núcleos especializados, promotorias especializadas.

Entretanto, vale salientar que, neste número, não está computada a totalidade de DEAMs, razão pela qual não se pode afirmar se há ou não uma tendência de alcance da meta.

## 11. Segurança

### Capacitação de Profissionais e Operadores de Segurança Pública - (profissionais capacitados) 950 mil

No primeiro ano do atual PPA, foram capacitados aproximadamente 245 mil profissionais, um número acima da meta anual, que era de 225 mil profissionais. Mantendo o mesmo esforço nos anos seguintes, a meta pode ser alcançada.

### Apoio à Criação de Vagas no Sistema Penitenciário - (vagas criadas) 30 mil

Em 2008, foram criadas 9927 vagas no Sistema Prisional, sendo 6138 pelo Sistema Único de Segurança Pública e 3789 pelo Pronasci. Mantendo esforço similar nos próximos anos do PPA, a meta pode ser alcançada – até superada - com facilidade.

### Concessão de Bolsa-Auxílio para Policiais - (bolsas concedidas) 900 mil

Em 2008, a quantidade de bolsas concedidas foi de aproximadamente 131 mil. Este resultado é modesto, quando confrontado com a meta anualizada, que é de 225 mil bolsas. Será necessário ampliar os esforços nos próximos anos para que a meta original seja alcançada.

## 12 – Desenvolvimento Agrário

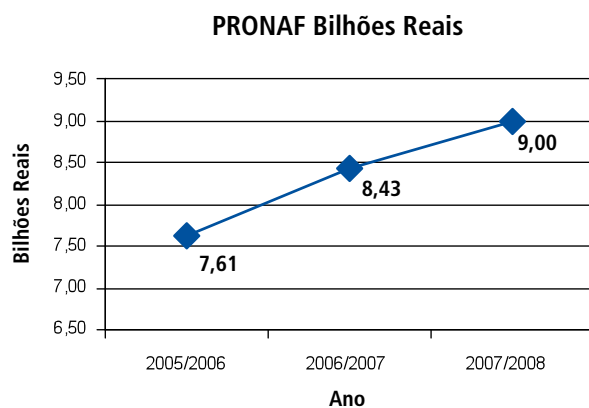
### Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - (contratos realizados) 2,4 milhões, em 2011

É provável que esta meta não seja alcançada, pois a quantidade de contratos vem diminuindo ao longo do tempo. Em 2007, essa quantidade foi de 1.649.063 e a tendência é de queda (o número de contratos em 2008 foi de 1.315.981). O valor médio desses contratos tem aumentado e isto tem feito crescer o montante aplicado neste tipo de ação. Esse montante, então, seria uma medida adequada do esforço do governo federal na área.

Os montantes dos valores contratados nos três anos-safra apurados são:

- ano agrário 2005/2006: 7,61 bilhões de reais;
- ano agrário 2006/2007: 8,43 bilhões de reais;
- ano agrário 2007/2008: 9,00 bilhões de reais.

Para a safra 2008/2009, foram disponibilizados 13 bilhões de reais. Os resultados da execução ainda não foram consolidados.



### **Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares - (famílias atendidas) 2,4 milhões, em 2011**

Foram atendidas em 2008 apenas 393 mil famílias. Se for mantido o atual fluxo, a meta prevista para 2011 não será alcançada.

Existe uma proposta de Medida Provisória, que se espera assinada no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Sistema Brasileiro Descentralizado de ATER, cujo objetivo é fomentar o Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar e dos Assentamentos da Reforma Agrária, viabilizando a contratação dos serviços de ATER de forma contínua e criando fluxo próprio de contratação desses serviços. Tal medida deverá tornar mais rápido o fluxo de atendimento e fazer o número de famílias atendidas aproximar-se da meta original.

## **13 – Educação e Cultura**

### **Alfabetização - (alfabetizandos atendidos) 6,0 milhões**

O Programa Brasil Alfabetizado atendeu a cerca de 1,6 milhão de alfabetizandos no ano de 2008, pretende chegar a 2,1 milhões em 2009 e manter sua trajetória de ampliação nos anos subsequentes, pelo que a meta tem grande possibilidade de ser superada.

### **Rede de ensino profissional e tecnológico - (novas escolas) 150**

Já em 2008, estavam previstas 70 unidades para entrarem em funcionamento; a ação que atende ao segmento conseguiu quase 100% em sua execução física, que foi de 67 unidades. Deste modo, é razoável supor, pela tendência, que a meta será alcançada ao fim do PPA.

### **Criação de Educação Profissional a Distância no Ensino Médio - (alunos beneficiados) 400 mil**

Em 2008, foram beneficiados 22.983 alunos. A meta para 2009, que é de 16.777 alunos beneficiados, deve ser ultrapassada. Mesmo assim, e apesar do aporte adicional de recursos aos programas do MEC, com esse histórico de crescimento, considerando as limitações na execução das ações do segmento, pode-se dizer que, ao fim do PPA, a meta original não será alcançada, atingindo apenas cerca de 25% do inicialmente previsto.

### **Rede Federal de Ensino Superior - (vagas criadas) 330 mil**

O programa que atende ao segmento tem, como meta global, a disponibilização de 220 mil vagas ao fim do PPA, pelo Projeto de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Esta meta é considerada factível. Somando-se as vagas do Reuni, hoje, com as vagas oferecidas na modalidade Ensino à Distância, já foi alcançada a marca de 227 mil vagas novas oferecidas. Portanto, a meta deve ser ultrapassada antes do fim da vigência do atual PPA.

### **Pontos de Cultura Implantados - 1.085**

A meta de implantação de Pontos de Cultura já foi amplamente superada.

Do início de sua implantação até outubro de 2008, o Ministério da Cultura apoiou cerca de 850 Pontos de Cultura em todos os estados da Federação. Com a criação do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura, o número de Pontos de Cultura implantados saltou para 2.466, a partir do desenvolvimento de novas parcerias do ministério com os estados.

Isso é explicado pelos recursos colocados à disposição dessa intervenção governamental. A dotação inicial para apoio a Pontos de Cultura, de 2,1 milhões de reais do PPA anterior, cresceu, com a criação do Programa Mais Cultura, para 105 milhões de reais na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2008 e para 118 milhões de reais na LOA 2009.

## **14 – Juventude**

### **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) – Urbano, Campo, Adolescente e Trabalhador - (jovens beneficiados) 6 milhões**

A quantidade de jovens beneficiados no Programa em 2008 foi de 715 mil.

O programa apresentou, em 2008, um índice médio de realização das metas físicas de 0,44. Nas metas financeiras, o índice de realização ficou em 0,57.

Com esses números, é pouco provável, sem uma reformulação no mesmo, que a meta do PPA seja alcançada.

Este Programa possui 4 submodalidades, com resultados diferentes:

1. ProJovem Adolescente - atendeu a 436.447 jovens em 2008, que é 97,73% do previsto na LOA;
2. ProJovem Campo - devido a problemas de sincronização entre secretarias estaduais de educação com as universidades federais e estaduais, não chegaram a se iniciar as aulas em 2008. Segundo os gestores do programa, ofertaram-se as vagas, mas não houve a entrada efetiva dos alunos;
3. ProJovem Trabalhador - executou parcerias com estados e municípios para a qualificação de 188.760 jovens, que corresponde a uma execução física de 74% do nível previsto na LOA;
4. ProJovem Urbano - matriculou 89.942 alunos em 2008, tendo alcançado 26,9% da meta anual.

## 15 – Inclusão Digital

### Telecentros instalados - 8 mil

Embora, em seu início, a execução desta ação fosse modesta, mudou-se a sistemática de implantação e passou-se à modalidade de execução direta, e não mais por intermédio de transferências voluntárias aos Municípios.

Esta mudança permitiu a implantação de pelo menos um Telecentro Comunitário em um dos 5.564 Municípios do Brasil. Essa execução direta, usando Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços, possibilitou redução de 60% nos custos do projeto em relação à forma tradicional e, como consequência, a universalização rápida da Política Pública de Inclusão Digital. A meta original deve ser atingida.

### Novos usuários de Internet - 20 milhões

Pessoas com acesso à Internet							
Ano	2005	2006	2007	2008	2009 (proj)	2010 (proj)	2011 (proj)
milhões pessoas	36,63	39,75	49,91	55,49	65,21	75,57	87,16

Fonte: CETIC / CGI

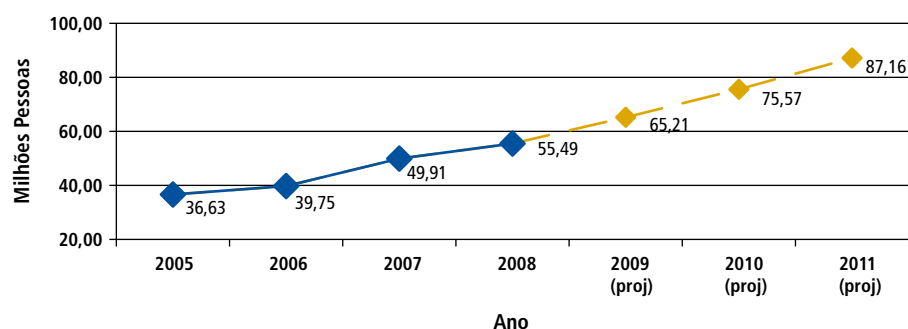
De acordo com Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC) do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), quanto mais baixa a classe de renda, menor é o uso de Internet na própria casa (em valores absolutos e percentuais) e maior o uso percentual de centros públicos pagos. O mesmo comportamento acontece de acordo com a faixa etária. Os indivíduos mais jovens acessam mais a Internet nos centros públicos pagos do que em casa. Daí a importância da criação de centros públicos de acesso gratuito e de políticas de barateamento do preço dos computadores e dos acessos e do fomento ao financiamento desse tipo de bem.



Em relação à infraestrutura de acesso (comunicações), verificou-se que, nos domicílios, aumentou a diferença proporcional entre o uso de computador em modo local e o uso com acesso à Internet. A falta de disponibilidade do serviço e seu custo foram as razões mais presentes entre os entrevistados na pesquisa CETIC para o uso apenas em modo local.

Independentemente disto, pode-se verificar que, à parte a eventual saturação na oferta de serviços de comunicação, a projeção feita até o final do PPA aponta para a fácil superação da meta original, já que, em relação ao valor-base de 2007 (aproximadamente 50 milhões de internautas), o incremento seria de 37 milhões de pessoas.

### Acesso à Internet



### Conexão de Escolas de Educação Básica em Banda Larga - 134 mil

Em meados de 2008 foram disponibilizados, pelas prestadoras de serviços de telecomunicações Oi, Brasil Telecom e Telefônica, cerca de 55.000 acessos banda larga em todas as escolas públicas urbanas. Embora este fato seja promissor, a simples disponibilização não implica, necessariamente, em uso real. A implantação efetiva deste recurso foi feita em cerca de 30 mil escolas. E a previsão para o fim de 2009 é de 45.000 escolas urbanas conectadas à Internet em regime de banda larga.

Para o atendimento à zona rural, uma portaria do Ministério das Comunicações com as diretrizes para o segmento deve ser publicada ainda este ano, com a licitação acontecendo no primeiro semestre de 2010. A gerência do programa responsável prevê o alcance da meta original do PPA em termos de disponibilização apenas. Recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) que poderiam ser carreados à meta são pouco utilizados.

## 16 – Habitação

### Melhoria/Construção de moradias e urbanização de assentamentos precários - 3,96 milhões de famílias beneficiadas

Esta meta foi apresentada no lançamento do PAC, com base em investimentos oriundos das fontes Orçamento Geral da União, financiamentos do FGTS, FAR, FDS (inclusive subsídios) e contrapartidas de Estados, Distrito Federal e Municípios. Como a meta foi anunciada no início de 2007, são apresentados os resultados alcançados incluindo os deste ano.

De acordo com informações da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), do Ministério das Cidades, em 2007 foram beneficiadas 678.876 famílias. Em 2008, segundo dados do módulo de monitoramento do SIGPlan, foram beneficiadas 389.432 famílias.<sup>35</sup>

Pelas informações do 7º balanço do PAC, de maio de 2009, os financiamentos à pessoa física, com recursos do FGTS, FAR e FDS (inclusive subsídios) tiveram, como resultado físico, o atendimento a algo em torno de 958.004 famílias.

Pela tendência atual, consideram-se prováveis para término antes de 2011 as obras do PAC contratadas e em situação normal, ou seja, sem cláusulas suspensivas ou resolutivas. Os contratos nesta situação preveem beneficiar 745.621 famílias. São incluídas mais 340 mil famílias quando se adicionam os contratos de Saneamento Integrado do PAC, constantes do BDSAN, com as mesmas características acima. A soma total de famílias atendidas até o fim de 2009 chega, então, a 2,04 milhões.

Para se completar a projeção, as metas prováveis de 2010 e 2011 foram somadas. Considerando que a categoria “financiamento para pessoas físicas” cresceu a uma taxa média de 23% desde 2007 e adotando-se uma estimativa conservadora de crescimento de 10% para os próximos dois anos, prevê-se o atendimento a mais 870.123 famílias.

Ter-se-ia então, na vigência do PPA 2008-2011, incluindo-se também o ano de 2007, a meta de 2.913.748 famílias.

O Programa Minha Casa Minha Vida, não previsto quando do estabelecimento da meta, anunciou no seu lançamento a previsão de construir 1 milhão de novas moradias, beneficiando portanto 1 milhão de famílias. Contudo, apenas parte desta meta deve ser atendida até 2011. Foi adotada a estimativa de 500 mil famílias beneficiadas pelo programa até 2011.

Portanto, conclui-se que a atuação no segmento é significativa, ainda que a meta original não venha a ser atingida.

#### QUADRO-RESUMO – Famílias beneficiadas

	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>OGU e Pró-Moradia</b>						745.621
<b>Saneamento Integrado</b>						340.000
<b>Pessoa física (FGTS, FAR FDS e subsídios)</b>	255.072	326.255	376.677	414.344	455.779	1.828.127
<b>Minha Casa Minha Vida</b>						500.000
<b>TOTAL</b>	<b>255.072</b>	<b>326.255</b>	<b>376.677</b>	<b>414.344</b>	<b>455.779</b>	<b>3.413.748</b>

Para uma aproximação maior à meta original, foram desenhados dois cenários um pouco mais otimistas.

35 Considerando que o Ministério das Cidades tende a apontar como beneficiadas o percentual de famílias equivalente ao total desembolsado no ano, corre-se o risco de contar novamente as mesmas famílias quando da conclusão das obras, por isso, nesta apresentação, está sendo adotada outra metodologia. Considerar-se-á famílias beneficiadas as atendidas por contratações de financiamento à pessoa física, e as que serão beneficiadas por obras de responsabilidade do poder público (OGU e Pró-Moradia) não serão contabilizadas no momento, devido à falta de informações quanto a conclusões de obras no setor Habitação.

No primeiro deles, considera-se que, dos contratos OGU e financiamentos ao setor público com cláusulas, 40% consigam ser concluídos até 2011. Neste caso, seriam somadas, ao quadro-resumo anterior, mais 136.890 famílias em contratos de responsabilidade da SNH e mais 56 mil famílias em ações de saneamento integrado, atingindo-se o total abaixo, mais próximo da meta original.

	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>OGU e Pró-Moradia</b>						882.511
<b>Saneamento Integrado</b>						396.000
<b>Pessoa física (FGTS, FAR FDS e subsídios)</b>	255.072	326.255	376.677	414.344	455.779	1.828.127
<b>Minha Casa Minha Vida</b>						500.000
<b>TOTAL</b>	<b>255.072</b>	<b>326.255</b>	<b>376.677</b>	<b>414.344</b>	<b>455.779</b>	<b>3.606.638</b>

No segundo cenário, ainda mais favorável, considera-se que todos os contratos não-cancelados terminem até 2011 e beneficiem as famílias, informadas no banco de empreendimentos PAC, originárias da SNH e originárias da SNSA, no que se refere ao Saneamento Integrado. Este primeiro total equivale a 1.596.483 famílias, sendo 1.116.483 famílias em urbanização/produção habitacional e 480 mil famílias em saneamento integrado em assentamentos precários. Acrescentando-se a parcela de famílias beneficiadas com os R\$ 950 milhões a serem selecionados no âmbito do FNHIS 2009, estimada em 40% (aproximadamente 12.600 famílias), a meta original é praticamente atingida.

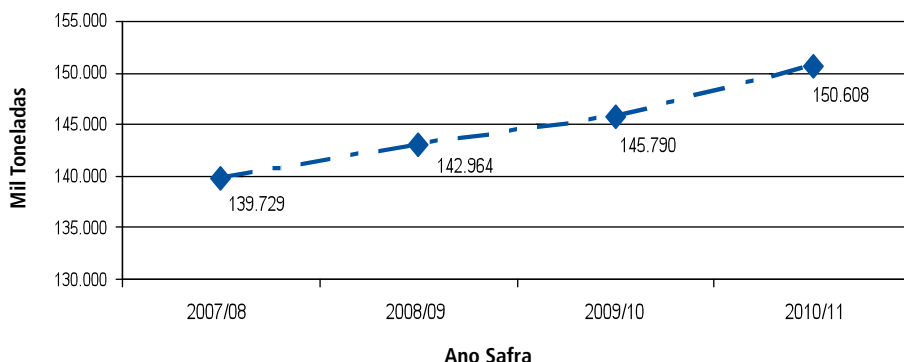
	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
<b>OGU e Pró-Moradia</b>						1.129.083
<b>Saneamento Integrado</b>						480.000
<b>Pessoa física (FGTS, FAR FDS e subsídios)</b>	255.072	326.255	376.677	414.344	455.779	1.828.127
<b>Minha Casa Minha Vida</b>						500.000
<b>TOTAL</b>	<b>255.072</b>	<b>326.255</b>	<b>376.677</b>	<b>414.344</b>	<b>455.779</b>	<b>3.937.210</b>

## 17 – Agricultura e Pecuária

### Safra de grãos - 150 milhões de toneladas na safra 2010/2011

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a safra atingiu 137 milhões de toneladas em 2008, número um pouco abaixo da previsão original. Prevê-se um valor para 2009 também um pouco menor do que a previsão original. Apesar desses valores, a previsão para o alcance do índice previsto para 2011 está sendo mantida, com probabilidade alta em seu alcance, de acordo com a própria gerência do programa que cuida deste segmento.

### Safra de Grãos - Projeção



### Projeções do Agronegócio - Safra de Grãos – Brasil (mil toneladas)

Produto	Unidade	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Milho	mil ton	58.586	57.826	60.033	61.321
Soja	mil ton	60.072	63.842	64.024	67.115
Trigo	mil ton	5.414	5.482	5.722	5.963
Feijão	mil ton	3.545	3.554	3.630	3.707
Arroz	mil ton	12.112	12.260	12.381	12.502
<b>Total</b>	<b>mil ton</b>	<b>139.729</b>	<b>142.964</b>	<b>145.790</b>	<b>150.608</b>

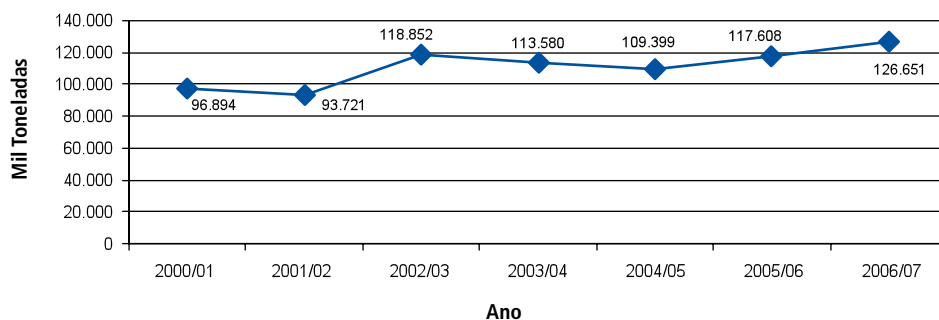
Fonte: CONAB

### Evolução das safras de grãos no Brasil (mil toneladas)

Produto	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
Milho	42.290	35.281	47.411	42.129	34.977	42.515	51.370
Soja	38.432	41.917	52.018	49.793	52.305	55.027	58.392
Trigo	3.194	2.914	5.851	5.851	5.846	4.873	2.234
Feijão	2.592	2.983	3.205	2.978	3.044	3.471	3.340
Arroz	10.386	10.626	10.367	12.829	13.227	11.722	11.316
<b>Total</b>	<b>96.894</b>	<b>93.721</b>	<b>118.852</b>	<b>113.580</b>	<b>109.399</b>	<b>117.608</b>	<b>126.651</b>

Fonte: CONAB

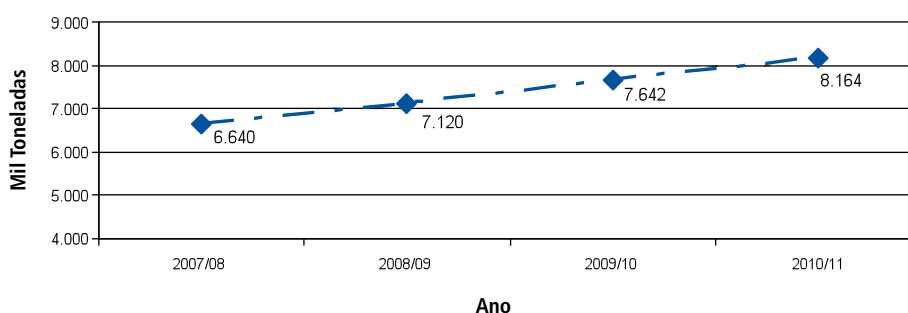
### Safra de Grãos - Histórico



## Exportação de carne - 8,0 milhões de toneladas/ano

As projeções indicam elevadas taxas de crescimento para os três tipos de carnes analisados. As estimativas realizadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento projetam um quadro favorável para as exportações brasileiras de carnes. As carnes de frango e de suínos lideram as taxas de crescimento anual das exportações para os próximos anos – a taxa anual prevista para carne de frango é de 5,62%, e para a carne suína, de 4,91%; as exportações de carne bovina devem situar-se numa média anual de 3,07%. A meta original deve ser atingida.

### Exportação de Carne - Projeção Original



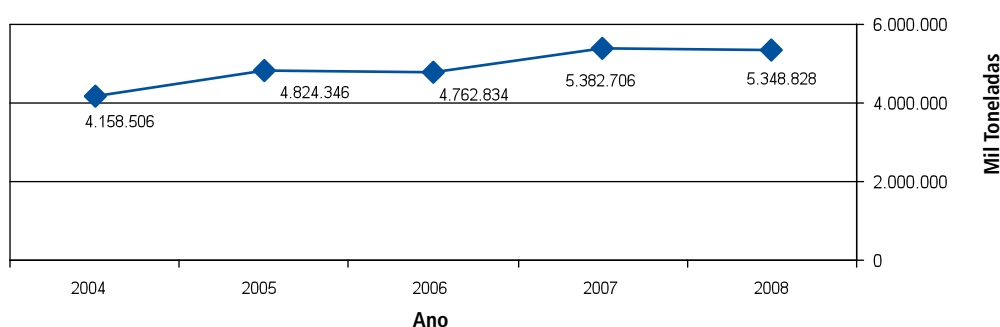
### Projeções do Agronegócio – Exportação de Carne

Produto	Unidade	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Carne de Frango	mil ton	3.615	3.805	4.085	4.364
Carne Bovina	mil ton	2.400	2.627	2.827	3.027
Carne Suína	mil ton	625	688	730	773
<b>Total</b>	<b>Mil ton</b>	<b>6.640</b>	<b>7.120</b>	<b>7.642</b>	<b>8.164</b>

Fonte: CONAB

### Evolução da Exportação de carnes (toneladas)

#### Exportação de Carne - Histórico



PRODUTO	2008	2007	2006	2005	2004	2003
CARNE BOVINA	1.383.865	1.615.041	1.523.244	1.355.698	1.181.650	852.492
CARNE DE FRANGO	3.436.649	3.162.416	2.712.959	2.845.952	2.469.697	1.959.773
CARNE SUÍNA	528.315	605.248	526.631	622.696	507.160	494.236
<b>Total</b>	<b>5.348.828</b>	<b>5.382.706</b>	<b>4.762.834</b>	<b>4.824.346</b>	<b>4.158.506</b>	<b>3.306.501</b>

Fonte: CONAB

## **Erradicação da febre aftosa no Território Nacional - 100%**

O programa que cuida deste segmento chama-se Segurança da Sanidade na Agropecuária. Possui dois indicadores: área declarada livre de febre aftosa com vacinação (em km<sup>2</sup>) e área declarada livre de febre aftosa sem vacinação (em km<sup>2</sup>). Embora a probabilidade de alcance do índice final do PPA seja considerada alta pela própria Organização Mundial de Sanidade Animal, os resultados alcançados em 2008, de acordo com a gerência do programa, foram abaixo do esperado, estando, atualmente a zona livre da febre aftosa ocupando cerca de 52% do território nacional.

## **Participação da agroenergia na matriz energética nacional - 29,5%**

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o índice de participação da agroenergia na matriz energética nacional é estimado no valor de 31,5 %, em 2008 (o Balanço Energético 2008 deve ser publicado em agosto deste ano). Já em 2007, esta participação havia atingido 29,4%. Isso mostra que a meta já está superada e deve ser revista para o futuro.

# **18 – Aeroportos**

## **Reforma/construção de pistas de pouso e decolagem - 18 unidades**

Ver análise conjunta a seguir.

## **Reforma/construção de terminais de passageiros - 17 unidades**

Ver análise conjunta a seguir.

## **Reforma/construção de terminais de cargas - 4 unidades**

De forma geral, as metas do tema Aeroportos são de difícil alcance. A projeção feita pela SPI situa o atingimento em percentual entre 25% e 30% das metas originais.

A performance operacional da INFRAERO, desde 2007, tem sido prejudicada por diversos problemas que possui junto a órgãos de controle, ambientais e ao Ministério Público, além de enfrentar problemas internos e de gestão. Em 2008, dos R\$ 2,5 bilhões alocados, foram realizados pouco mais de 23%; enquanto dos recursos do PAC foram realizados apenas cerca de 10% (dos R\$ 1,7 bilhão originais).

Pelo crescente aumento da demanda (77% nos últimos 10 anos) e de acordo com as diretrizes da empresa de atingir maiores níveis de conforto em seus aeroportos (conforme orientações da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI/ICAO), houve incremento considerável na carteira de investimento dos empreendimentos nessa área, tanto em função de necessidade de aumento de capacidade operacional de alguns sítios quanto de segurança (*safety and security*) em outros casos. A lista de empreendimentos do tema no PAC aumentou significativamente, passando de 27 para 46 obras/projetos. Apesar das dificuldades operacionais da INFRAERO, atualmente operando em seu limite máximo, em vista do evento “Copa do Mundo 2014”, há uma tendência de se ampliar ainda mais essa lista de empreendimentos.

## 19 – Meio Ambiente

### Área de florestas públicas com manejo florestal sustentável - 8 milhões de hectares

De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro, foi concedida, em 2007, uma área de 98.351 ha da Floresta Nacional do Jamari/TO para manejo sustentável. Em 2008, teve início o processo de concessão de 140.540 ha da Floresta Nacional do Saracá-Taquera/PA, que ainda não se finalizou.

Não se tem conhecimento de qualquer investimento que altere a tendência de execução dessa política atualmente.

Em consequência disso, tendo como tendência um crescimento apenas vegetativo dessas concessões, ao final do PPA não se completaria um milhão de hectares de florestas públicas com manejo florestal sustentável.

O Serviço Florestal Brasileiro tem uma outra projeção, baseada na expectativa de sucesso da realização das concessões programadas para o período. A estimativa é de que, até o final de 2010, mais de 2,7 milhões de hectares de florestas sejam licitados.

Caso esta projeção se confirme e a tendência seja mantida em 2011, ao final do PPA haveria cerca de quatro milhões de hectares de florestas públicas com manejo florestal sustentável.

De qualquer forma, como conclusão, verifica-se o comprometimento do alcance da meta original.

### Ampliação da área do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - 20 milhões de hectares.

Área do Sistema Nacional de Unidades de Conservação					
	2004	2005	2006	2007	2008
Área de UC – mil hectares	2.946,6	6.648,2	10.401,3	45,9	5.847,5

Fonte: Inst Chico Mendes

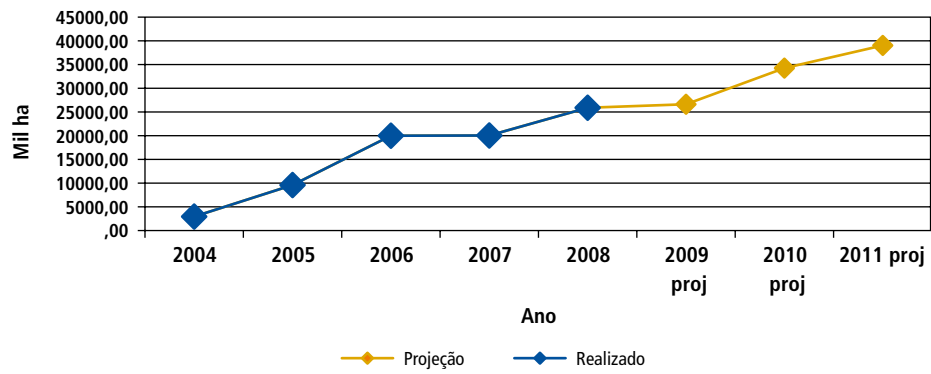
Considerando-se a tendência natural (exibida abaixo), linear baseada no comportamento do PPA anterior e dos resultados de 2008, a área acumulada de ampliação em relação à existente em 2007, ao final do PPA 2008-2011, será de aproximadamente 19 milhões de hectares.

Existe grande dificuldade para o traçado da tendência, pela complexidade das etapas de incorporação de novas áreas ao SNUC. Os números observados ano a ano mostram esse fato. Por isso, é razoável supor um erro inerente ao método de formação da tendência e considerar que a meta original é factível.

Área do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (projeção)								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009 proj	2010 proj	2011 proj
<b>Acumulado mil ha</b>	2.946,6	9.594,8	19.996,1	20.042,0	25.889,5	26.627,3	34.249,7	39.030,7

Fonte: Inst Chico Mendes / Projeção SPI

### Áreas de Unidades de Conservação







## **IV – INDICADORES DE OBJETIVOS DE GOVERNO**

2008

2009

2010

2011



## APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual 2008-2011 representa uma etapa importante para a consolidação da gestão voltada para resultados das ações do governo federal, tendo em seu nível estratégico a definição dos dez objetivos de governo como enunciados que sintetizam os resultados a serem alcançados num período determinado.

No nível estratégico do Plano, o modelo de gestão prevê o monitoramento da evolução desses objetivos. Para isso, os dez objetivos de governo serão acompanhados por meio de indicadores que permitam apurar a evolução de resultados agregados do Plano. A divulgação anual dos resultados dos indicadores para a sociedade permitirá a avaliação da efetividade do Plano ao longo de sua execução.

Para o presente Relatório, relativo ao primeiro exercício de execução do PPA, buscou-se estabelecer a linha de base de todos os indicadores, como forma de fixar pontos a partir dos quais seja avaliado nos anos seguintes o andamento dos aspectos mais significativos contidos nos objetivos de governo. Ademais, para quase todos os casos, foram expressas séries históricas dos indicadores utilizados, como forma de medir os avanços obtidos em relação a seu passado recente.

Este capítulo apresenta um conjunto de indicadores de avaliação de desempenho capaz de aferir os esforços em políticas públicas, em nível estratégico, objeto do PPA 2008-2011, declarados nos objetivos de governo, constantes da Mensagem Presidencial de encaminhamento do Projeto de Lei do Plano Plurianual ao Congresso Nacional.

Para a construção da cesta de indicadores, foram identificados, em primeiro lugar, os elementos-chave no texto dos objetivos de governo constantes da Mensagem Presidencial.

A base da presente cesta de indicadores foi um trabalho iniciado pela SPI, com o apoio do IPEA e a colaboração do IBGE, constituindo um esforço de construção de um sistema de indicadores para o PPA 2004-2007, trabalho que não chegou a ser concluído naquela ocasião.

Na tentativa de manter em quantidade adequada esses indicadores, optou-se pelo uso daqueles que pudessem mostrar, ainda que indiretamente, mais de um enfoque no tratamento de cada um dos elementos citados no texto.

Os indicadores foram escolhidos, em primeira instância, entre os técnicos da SPI, com o concurso dos órgãos setoriais responsáveis pelos programas do PPA, mediante consulta. Após uma primeira revisão, foram consolidados e submetidos à crítica de um grupo de representantes de diversos órgãos comprometidos com a construção, o cálculo e a apuração de indicadores, na qualidade de parceiros externos à SPI. As seguintes instituições participaram dessa etapa:

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/MDIC;
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES/PR;
- Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU/UnB;
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL;
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE;

- Empresa de Pesquisa Energética – EPE/MME;
- Fundação Getúlio Vargas – FGV;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/MP;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA /PR;
- Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR;
- Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil;
- Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MP;
- Secretaria de Gestão – SEGES/MP;
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF Brasil.

O passo seguinte consistiu de nova consolidação, em função das sugestões apresentadas por esses parceiros, e validação em âmbito interno à SPI.

Pode-se observar, no presente capítulo, que, em função da interpenetração de elementos-chave de diversos objetivos de governo, são apresentados indicadores que podem servir de instrumento de aferição a mais de um desses objetivos.

Este capítulo, então, tem o propósito de apresentar a cesta de indicadores, em sua forma final consensual.

Ele está estruturado da seguinte forma: uma sinopse lista os elementos-chave que serão foco de aferição pelos indicadores escolhidos e, então, são apresentados os indicadores relativos aos aspectos mais significativos daquele objetivo.

Dentro do possível, foram eleitos indicadores de resultado (dentro da classificação de natureza processual de indicadores: insumo, processo, resultados e impacto). Esses indicadores, segundo a literatura que orienta o *mainstream* de sua taxonomia, possuem atributos que os tornam mais ou menos funcionais, de acordo com o objetivo da aferição. Nem todos esses atributos estão presentes de maneira equilibrada nos mesmos. No caso em tela, encontram-se ora indicadores fortes no quesito sensibilidade, ora no quesito periodicidade. Em relação a isso, pode-se dizer que foram privilegiados os atributos confiabilidade, sensibilidade e agregação.

A confiabilidade, como não poderia deixar de ser, é o atributo essencial por natureza; não há aferição que resista a dados colhidos sem metodologia adequada ou com baixa precisão.

A sensibilidade foi escolhida pela necessidade de medida em prazos curto e médio, compatíveis com o tempo de vigência do PPA.

Cada um dos indicadores aparece acompanhado de atributos coerentes com a metodologia de construção do PPA 2008-2011, quais sejam, conceito, método de cálculo, unidade de medida de seus valores, nome da entidade que o apura, forma de abrangência geográfica<sup>36</sup> ou agregação, periodicidade de apuração de seus índices, índices de referência e observações gerais de uso.

<sup>36</sup> A abrangência informada se refere ao grau de desagregação utilizado no trabalho, e não às possibilidades de desagregação do próprio indicador, de acordo com a fonte de captação do dado.

# 1 – Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

*SINOPSE: estabelecer condições para a continuidade da queda dos índices de pobreza e desigualdade social, do aumento de renda e do consumo das famílias mais pobres. Promover incentivos à agricultura familiar, à qualificação profissional dos trabalhadores, à ampliação do acesso à alimentação, ao microcrédito e a outros bens e serviços essenciais à cidadania.*

## INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 1:

### 1.1 Percentual de População em Situação de Pobreza

**Conceituação:** percentual de pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

**Interpretação:** expressa a proporção da população geral considerada em estado de pobreza, de acordo com a renda domiciliar mensal *per capita*.

**Usos:**

- analisar variações temporais na distribuição da pobreza, identificando situações que podem demandar a realização de estudos especiais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de combate à pobreza.

**Limitações:** a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Periodicidade:** anual.

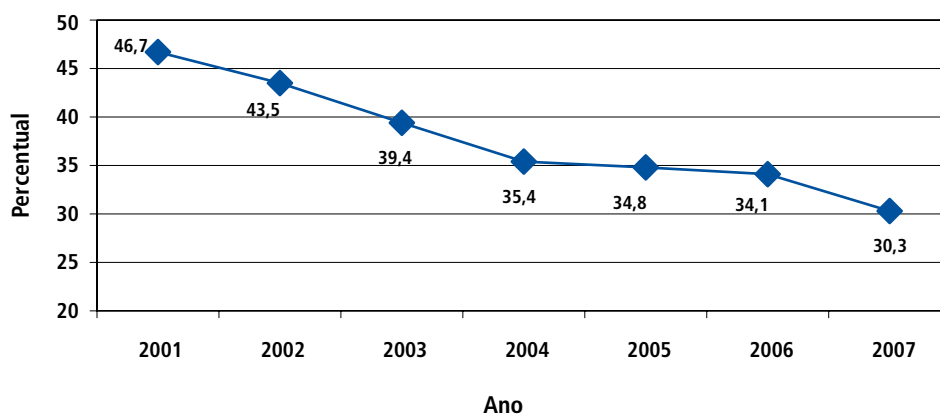
**Método de Cálculo:** número de pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* de até meio salário mínimo multiplicado por cem dividido pelo número total de pessoas.

**Abrangência:** Brasil.

**Dados estatísticos:**

População em Situação de Pobreza (percentual)							
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Percentual	46,7	43,5	39,4	35,4	34,8	34,1	30,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**População em Situação de Pobreza**

**Índice de Referência: 30,3% (2007).**

**1.2 Coeficiente de Gini**

**Conceituação:** mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

**Interpretação:** expressa o nível de desigualdade na distribuição de renda, em termos de renda domiciliar *per capita*, entre a população.

**Usos:**

- analisar variações na distribuição de renda que podem demandar a realização de estudos especiais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

**Limitações:** a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Periodicidade:** anual.

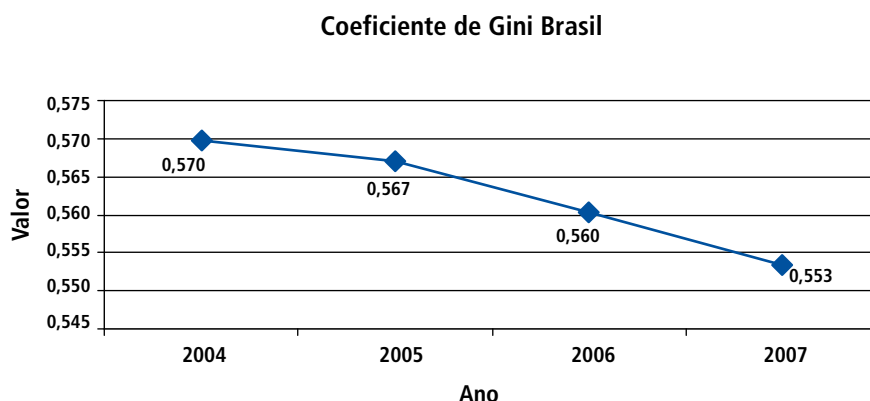
**Abrangência:** Brasil, Grandes Regiões, Estados, Distrito Federal.

**Dados estatísticos:**

Coeficiente de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i>					
Nome do Estado	Código UF	2004	2005	2006	2007
Acre	AC	0,594	0,585	0,592	0,610
Alagoas	AL	0,572	0,564	0,624	0,607
Amazonas	AM	0,536	0,513	0,511	0,551
Amapá	AP	0,540	0,525	0,478	0,506
Bahia	BA	0,555	0,553	0,556	0,556
Ceará	CE	0,574	0,577	0,546	0,547
Distrito Federal	DF	0,625	0,603	0,604	0,611
Espírito Santo	ES	0,547	0,555	0,532	0,521
Goiás	GO	0,533	0,552	0,506	0,521
Maranhão	MA	0,609	0,519	0,596	0,555
Minas Gerais	MG	0,540	0,525	0,525	0,515
Mato Grosso do Sul	MS	0,530	0,528	0,529	0,563
Mato Grosso	MT	0,526	0,520	0,528	0,515
Pará	PA	0,533	0,515	0,507	0,521
Paraíba	PB	0,590	0,578	0,562	0,595
Pernambuco	PE	0,606	0,586	0,581	0,559
Piauí	PI	0,588	0,589	0,599	0,593
Paraná	PR	0,544	0,535	0,516	0,523
Rio de Janeiro	RJ	0,548	0,555	0,553	0,547
Rio Grande do Norte	RN	0,569	0,595	0,557	0,560
Rondônia	RO	0,515	0,567	0,543	0,505
Roraima	RR	0,579	0,547	0,566	0,514
Rio Grande do Sul	RS	0,526	0,518	0,513	0,503
Santa Catarina	SC	0,458	0,459	0,462	0,461
Sergipe	SE	0,559	0,553	0,558	0,539
São Paulo	SP	0,524	0,528	0,520	0,502
Tocantins	TO	0,552	0,536	0,521	0,545
Brasil	BR	0,570	0,567	0,560	0,553

Fonte: Ipeadata

Verifica-se queda consistente no Coeficiente de Gini no Brasil, embora não se possa considerar ainda uma queda sustentável em alguns estados, como o Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Tocantins, entre 2004 e 2007.



**Índice de Referência: 0,553 (2007).**

#### OUTROS INDICADORES:

- Índice de Desenvolvimento Humano (ver também OG 6);
- Razão de Renda (ver também OG 2).

## 2 – Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

*SINOPSE: combater o desemprego e a ocupação precária, elevando o nível da remuneração dos trabalhadores e reduzindo a desigualdade de remuneração entre capital e trabalho e dentro do mercado de trabalho. Promover a elevação do consumo doméstico pela ampliação do emprego e do salário. Promover o crescimento de forma ambientalmente sustentável.*

#### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 2:

##### 2.1 Taxa de Variação Real do PIB Anual

**Conceituação:** variação percentual entre os valores anuais consecutivos do PIB real.

**Interpretação:** expressa o modo como o PIB se comporta em dois períodos anuais consecutivos.

**Usos:** analisar variações na economia, identificando situações que possam exigir intervenções governamentais ou demandar a realização de estudos mais profundos sobre causa e/ou mudanças de estratégias na economia.



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / Sistema de Contas Nacionais.

**Periodicidade:** anual.

**Método de Cálculo:** PIB do ano N multiplicado por cem dividido pelo PIB do ano N-1 menos 1, descontada a inflação do período.

**Fragmentação dos dados:** Brasil.

**Dados estatísticos:**

PIB BRASIL - var. real anual - (% a.a.)	
2001	1,31
2002	2,66
2003	1,15
2004	5,71
2005	3,16
2006	3,75
2007	5,42

Fonte: IBGE/SCN PIBG

**Índice de Referência: 5,42 (2007).**

## 2.2 Razão de Renda

**Conceituação:** proporção do total da renda familiar *per capita* auferida pelos 20% mais ricos em relação ao total da renda familiar *per capita* auferida pelos 20% mais pobres.

**Interpretação:** quantifica a desigualdade, em termos de renda domiciliar *per capita*, entre as duas camadas socioeconômicas mais extremas.

**Usos:**

- analisar o tamanho da desigualdade na distribuição de renda podendo demandar a realização de estudos especiais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.

**Limitações:** a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

**Periodicidade:** anual

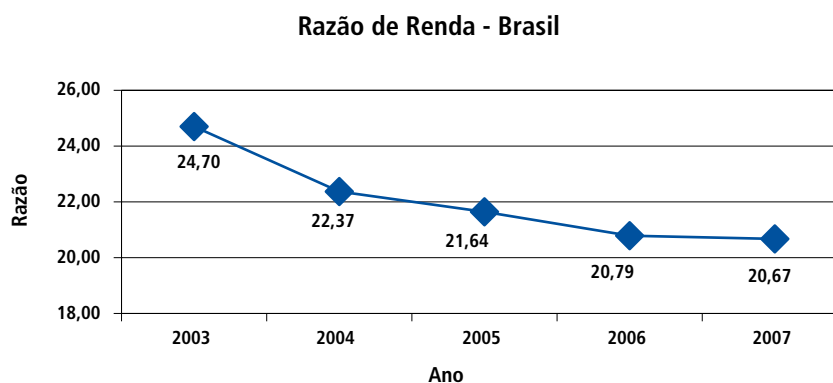
**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Abrangência:** Brasil, Estados, Distrito Federal.

**Dados estatísticos:**

Razão entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres					
	2003	2004	2005	2006	2007
Acre	25,54	22,75	22,17	23,77	32,58
Alagoas	21,72	20,28	19,93	26,88	25,43
Amazonas	18,39	17,59	13,65	15,00	20,77
Amapá	29,50	17,38	15,18	11,60	16,47
Bahia	22,25	18,15	17,98	18,59	18,43
Ceará	21,10	19,54	21,85	18,88	19,64
Distrito Federal	40,18	35,23	31,48	29,56	30,89
Espírito Santo	20,44	18,77	19,64	16,64	16,16
Goiás	17,03	15,09	17,08	13,69	15,13
Maranhão	21,56	26,80	16,44	23,44	25,71
Minas Gerais	18,73	17,17	15,79	15,72	15,28
Mato Grosso do Sul	17,13	16,23	16,49	15,58	17,83
Mato Grosso	18,24	16,03	15,82	15,53	14,53
Pará	14,32	15,16	14,09	13,32	14,30
Paraíba	19,54	20,72	19,00	18,43	21,87
Pernambuco	24,29	24,38	22,24	21,15	20,50
Piauí	27,98	22,31	23,03	24,89	24,55
Paraná	17,71	17,70	17,32	15,43	16,05
Rio de Janeiro	19,58	18,71	18,16	18,10	18,03
Rio Grande do Norte	19,58	20,46	21,94	18,19	21,12
Rondônia	14,27	13,58	19,08	17,34	15,21
Roraima	17,47	31,76	19,25	17,23	15,11
Rio Grande do Sul	18,11	17,31	16,08	15,67	15,35
Santa Catarina	12,76	11,38	11,12	11,12	10,76
Sergipe	21,98	19,00	17,90	17,94	18,73
São Paulo	18,85	16,46	16,62	15,64	14,56
Tocantins	19,47	18,24	16,73	15,12	18,68
<b>BRASIL</b>	<b>24,70</b>	<b>22,37</b>	<b>21,64</b>	<b>20,79</b>	<b>20,67</b>

Fonte: Ipeadata



**Índice de Referência: 20,67 (2007).**

### 2.3 Índice de Evolução de Emprego Regular

**Conceituação:** número de ocupados com vínculo de emprego regular dividido pelo número de pessoas ocupadas com idade igual ou superior a 16 anos. É um índice com variação entre 0 e 1 que mede o comportamento da quantidade de postos de trabalho protegidos.

**Usos:**

- analisar a capacidade de absorção do mercado regular e formal de trabalho;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de trabalho e renda.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Periodicidade:** anual.

**Método de Cálculo:** relação entre a quantidade de empregados e trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, de funcionários públicos estatutários e de militares e o total de ocupados com idade igual ou superior a 16 anos.

**Abrangência:** Brasil.

**Índice de Referência: 0,43 (2007).**

### 2.4 Desmatamento Anual da Amazônia Legal

**Conceituação:** quantidade de quilômetros quadrados com perda da cobertura vegetal original na região geográfica da Amazônia Legal.

**Usos:**

- utilizado como aproximação de medida de cuidado com o meio ambiente;
- subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de meio ambiente.

**Fonte:** Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) / Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

**Periodicidade:** para o presente trabalho, interessa o consolidado anual.

**Método de Cálculo:** medida direta por observação aérea a cargo do INPE.

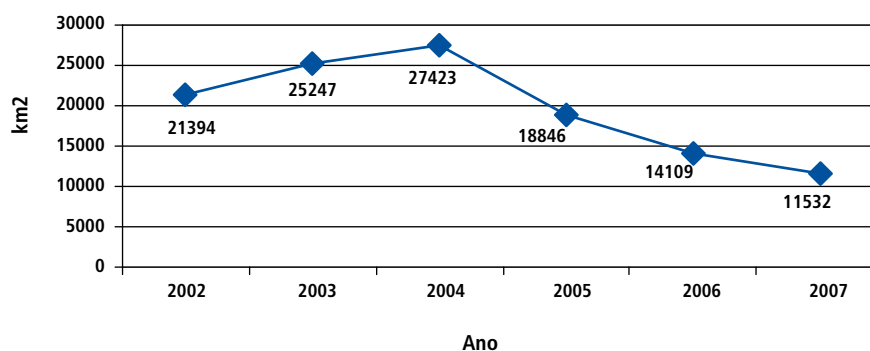
**Unidade de Medida:** km<sup>2</sup>.

**Abrangência:** Amazônia Legal.

**Dados estatísticos:**

Desmatamento na Amazônia Legal (km <sup>2</sup> por ano)						
Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Acre	883	1078	728	592	398	184
Amazonas	885	1558	1232	775	788	610
Amapá	0	25	46	33	30	39
Maranhão	1014	993	755	922	651	613
Mato Grosso	7892	10405	11814	7145	4333	2678
Pará	7324	6996	8521	5731	5505	5425
Rondônia	3099	3597	3858	3244	2049	1611
Roraima	84	439	311	133	231	309
Tocantins	212	156	158	271	124	63
Amazônia Legal	21394	25247	27423	18846	14109	11532

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais / MCT

**Desmatamento na Amazônia Legal**

**Índice de Referência: 11.532 (2007).**

## **2.5 Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Aprovados no Âmbito da CIMGC**

**Conceituação:** quantidade acumulada de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo submetidos pela iniciativa privada e aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

**Interpretação:** a proposta do MDL consiste em que cada tonelada de CO<sub>2</sub> deixada de ser emitida ou retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento poderá ser negociada no mercado mundial; os certificados de crédito emitidos nesse segmento comercial transformam-se em verdadeiras *commodities* e ajudam a promover os programas de desenvolvimento sustentável e ecologicamente corretos.

**Fonte:** Ministério de Ciência e Tecnologia.

**Método de Cálculo:** contagem direta da quantidade de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo submetidos pela iniciativa privada e aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

**Unidade de Medida:** unidade.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** o Brasil ocupa o terceiro lugar, em termos mundiais, na quantidade de projetos desse tipo aprovados no Comitê Executivo MDL.

**Índice de Referência: 165 (2007).**

### **OUTROS INDICADORES:**

- Renda média *per capita* domiciliar por cor e sexo (ver também OG 4);
- Participação percentual de Fontes Renováveis na Oferta Interna de Energia (ver também OG 5).

## 3 – Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade

*SINOPSE: melhorar a qualidade da educação básica. Investir na capacitação continuada e na valorização dos docentes da educação básica e do ensino especial. Desenvolver tecnologias educacionais nestes segmentos. Ampliar as oportunidades de ensino médio e profissional. Ampliar o acesso ao ensino superior.*

### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 3:

#### 3.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**Conceituação:** este indicador considera conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho.

**Usos:**

- verificar o cumprimento das metas fixadas no Plano de Desenvolvimento da Educação;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de educação.

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

**Periodicidade:** bienal.

**Método de Cálculo:** produto entre o desempenho escolar e o rendimento escolar, onde desempenho escolar é a média alcançada no teste de proficiência (português e matemática) e o rendimento escolar é o inverso do tempo médio - em anos - para a conclusão de uma série.

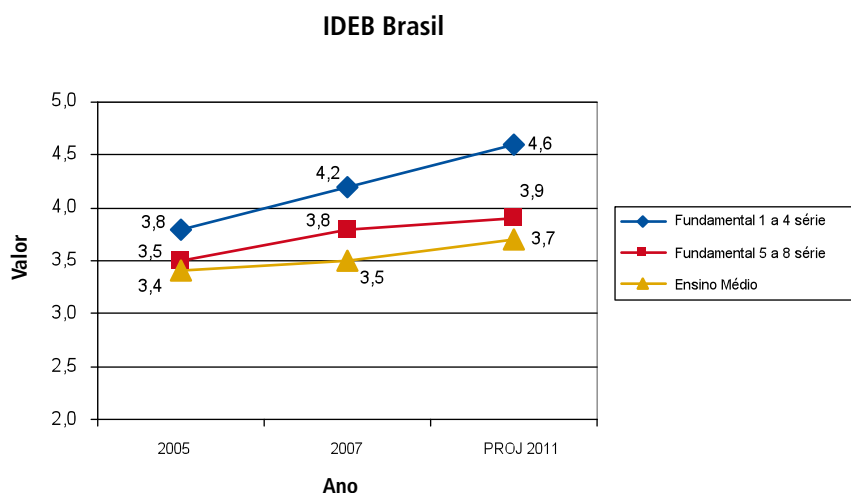
**Unidade de Medida:** unidade com variação de zero a dez.

**Abrangência:** nacional, estadual.

## Dados estatísticos:

IDEB e Projeções - Brasil, Regiões Geográficas e Unidades da Federação									
Região/ Unidade da Federação	Fundamental (1ª a 4ª série)			Fundamental (5ª a 8ª série)			Ensino Médio		
	2005	2007	PROJ 2011	2005	2007	PROJ 2011	2005	2007	PROJ 2011
Norte	3,0	3,4	3,8	3,2	3,4	3,6	2,9	2,9	3,2
Rondônia	3,6	4,0	4,5	3,4	3,4	3,8	3,2	3,2	3,5
Acre	3,4	3,8	4,3	3,5	3,8	4,0	3,2	3,5	3,5
Amazonas	3,1	3,6	3,9	2,7	3,3	3,2	2,4	2,9	2,7
Roraima	3,7	4,1	4,5	3,4	3,7	3,9	3,5	3,5	3,8
Pará	2,8	3,1	3,5	3,3	3,3	3,8	2,8	2,7	3,1
Amapá	3,2	3,4	4,0	3,5	3,5	4,0	2,9	2,8	3,2
Tocantins	3,5	4,1	4,3	3,4	3,7	3,8	3,1	3,2	3,4
Nordeste	2,9	3,5	3,7	2,9	3,1	3,3	3,0	3,1	3,3
Maranhão	2,9	3,7	3,7	3,0	3,3	3,5	2,7	3,0	3,0
Piauí	2,8	3,5	3,6	3,1	3,5	3,5	2,9	2,9	3,2
Ceará	3,2	3,8	4,0	3,1	3,5	3,6	3,3	3,4	3,6
R. G. do Norte	2,7	3,4	3,5	2,8	3,1	3,3	2,9	2,9	3,2
Paraíba	3,0	3,4	3,8	2,7	3,0	3,2	3,0	3,2	3,3
Pernambuco	3,2	3,6	4,0	2,7	2,9	3,2	3,0	3,0	3,3
Alagoas	2,5	3,3	3,3	2,4	2,7	2,9	3,0	2,9	3,3
Sergipe	3,0	3,4	3,8	3,0	3,1	3,5	3,3	2,9	3,6
Bahia	2,7	3,4	3,5	2,8	3,0	3,2	2,9	3,0	3,2
Sudeste	4,6	4,8	5,4	3,9	4,1	4,4	3,6	3,7	3,9
Minas Gerais	4,7	4,7	5,5	3,8	4,0	4,2	3,8	3,8	4,1
Espírito Santo	4,2	4,6	5,0	3,8	4,0	4,3	3,8	3,6	4,1
Rio de Janeiro	4,3	4,4	5,1	3,6	3,8	4,1	3,3	3,2	3,6
São Paulo	4,7	5,0	5,5	4,2	4,3	4,6	3,6	3,9	3,9
Sul	4,4	4,8	5,2	3,8	4,1	4,3	3,7	3,9	4,0
Paraná	4,6	5,0	5,4	3,6	4,2	4,0	3,6	4,0	3,9
Santa Catarina	4,4	4,9	5,2	4,3	4,3	4,7	3,8	4,0	4,1
R. G. do Sul	4,3	4,6	5,1	3,8	3,9	4,3	3,7	3,7	4,0
Centro-Oeste	4,0	4,4	4,8	3,4	3,8	3,9	3,3	3,4	3,6
M. G. do Sul	3,6	4,3	4,4	3,4	3,9	3,8	3,3	3,8	3,6
Mato Grosso	3,6	4,4	4,4	3,1	3,8	3,5	3,1	3,2	3,4
Goiás	4,1	4,3	4,9	3,5	3,8	4,0	3,2	3,1	3,5
Distrito Federal	4,8	5,0	5,6	3,8	4,0	4,3	3,6	4,0	3,9
<b>Brasil</b>	<b>3,8</b>	<b>4,2</b>	<b>4,6</b>	<b>3,5</b>	<b>3,8</b>	<b>3,9</b>	<b>3,4</b>	<b>3,5</b>	<b>3,7</b>

Fonte: INEP / Ministério da Educação



**Índices de Referência: Fundamental Fase 1 - 4,2; Fundamental Fase 2 - 3,8; Ensino Médio - 3,5 (2007).**

### 3.2 Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou Mais

**Conceituação:** percentual de analfabetos entre a população na faixa etária considerada.

**Usos:**

- verificar a evolução do percentual de analfabetos;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de educação.

**Limitações:** a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Método de Cálculo:** quantidade de analfabetos entre a população na faixa etária considerada multiplicada por cem dividida pelo total da população na mesma faixa etária.

**Unidade de Medida:** percentagem.

**Periodicidade:** anual.

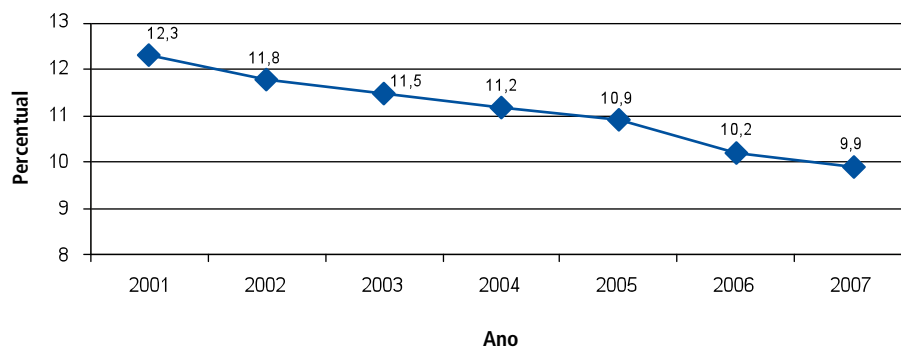
**Abrangência:** Brasil.



**Dados estatísticos:**

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade
2001	12,3
2002	11,8
2003	11,5
2004	11,2
2005	10,9
2006	10,2
2007	9,9

Fonte: IBGE - PNAD

**Analfabetismo 15 anos ou mais****Índice de Referência: 9,9 (2007).****3.3 Índice de distorção Idade / Série**

**Conceituação:** expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

**Usos:**

- destacar a necessidade de identificação de causas e intervenções governamentais na área;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de educação.

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

**Método de Cálculo:** relação entre o número de matrículas com idade maior que a recomendada em uma determinada série e o número total de matrículas naquela série.

**Unidade de Medida:** porcentagem.

**Periodicidade:** anual.

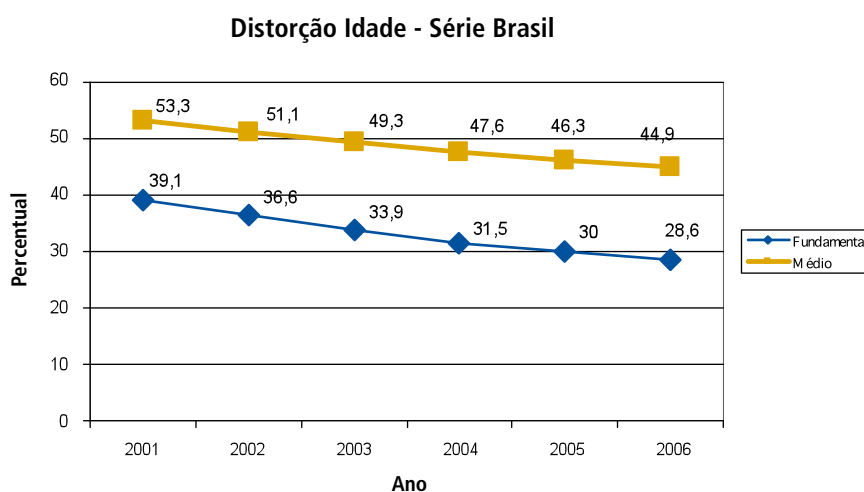
**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** presente, neste trabalho, apenas o total Brasil, com recorte nos ensinos fundamental e médio.

**Dados estatísticos (Brasil):**

Distorção idade-série - BRASIL		
Ano	Série	Distorção (%)
2.001	Fundamental	39.1
2.001	Médio	53.3
2.002	Fundamental	36.6
2.002	Médio	51.1
2.003	Fundamental	33.9
2.003	Médio	49.3
2.004	Fundamental	31.5
2.004	Médio	47.6
2.005	Fundamental	30
2.005	Médio	46.3
2.006	Fundamental	28.6
2.006	Médio	44.9

Fonte: INEP/Ministério da Educação



**Índice de Referência:** Fundamental 28,6 (2006); Médio 44,9 (2006).

### 3.4 Percentual de jovens entre 18 e 24 anos com acesso ao ensino superior

**Conceituação:** expressa o percentual de jovens, dentro da faixa etária especificada, cursando algum período de curso no ensino superior.

**Interpretação:** evidencia o percentual de alunos matriculados cursando o ensino superior em idade compatível com esse tipo de formação.

**Usos:**

- destacar a necessidade de identificação de causas e intervenções governamentais na área;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de educação.

**Limitações:** não permite desagregações dos dados por município.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Método de Cálculo:** quantidade de jovens, entre 18 e 24 anos, com frequência no ensino superior, multiplicada por cem e dividida pela quantidade total da população nesta faixa etária.

**Unidade de Medida:** percentagem.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** não fazem parte deste percentual os jovens dentro dessa faixa etária com curso superior já concluído.

**Índice de Referência:** 13,0 (2007).

## 4 – Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

*SINOPSE: promover a igualdade de gênero e de raça, bem como a garantia dos direitos de crianças, adolescentes, idosos, deficientes e LGBT. Ampliar a transparência e o diálogo social.*

### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 4:

#### 4.1 Taxa de Ocupação de Reserva de Vagas de Emprego para Pessoas com Deficiência na Iniciativa Privada

**Conceituação:** relação percentual entre o número de vagas ocupadas por pessoas com deficiência e o número de vagas de emprego reservadas por lei para pessoas com deficiência.

**Interpretação:** evidencia o modo como estão sendo usadas as vagas legalmente reservadas a pessoas com deficiência.

**Usos:**

- destacar a necessidade de identificação do não-preenchimento das vagas reservadas e de intervenções governamentais na área de defesa de direitos das pessoas com deficiência;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social.

**Limitações:** a fonte não explicita a segmentação de uso dessas vagas pelo tipo de deficiência, o que torna um pouco mais complexa a pesquisa de causas e a formulação de medidas corretivas de eventuais distorções.

**Fonte:** Ministério do Trabalho e Emprego, através da RAIS.

**Método de Cálculo:** relação percentual entre o número de vagas ocupadas por pessoas com deficiência e o número de vagas de emprego reservadas por lei para pessoas com deficiência, em empresas com mais de 100 funcionários.

**Unidade de Medida:** percentagem.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** excluem-se do universo de coleta de dados as empresas públicas e de economia mista.

**Índice de Referência: 44,55 (2007).**

## 4.2 Taxa de desemprego das pessoas com mais de 15 anos de idade por cor e sexo

**Conceituação:** quantidade de pessoas, na faixa etária indicada, sem trabalho, buscando ativamente trabalho, em relação à população economicamente ativa na mesma faixa etária e no mesmo período.

**Interpretação:** evidencia o modo como está se comportando o mercado de trabalho. O recorte por cor e sexo permite a implementação de políticas de igualdade de oportunidades.

### Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas do comportamento desigual de oportunidades de emprego, por cor e sexo;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social através do trabalho.

**Limitações:** a fonte usualmente utilizada para construir o indicador (PNAD) não cobre a zona rural da Região Norte (exceto Tocantins) até 2003 e não permite desagregações dos dados por município.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Método de Cálculo:** quantidade de pessoas, na faixa etária indicada, sem trabalho e buscando ativamente trabalho em relação à população economicamente ativa no mesmo período, com recorte por gênero e raça.

**Unidade de Medida:** porcentagem.

**Periodicidade:** anual.

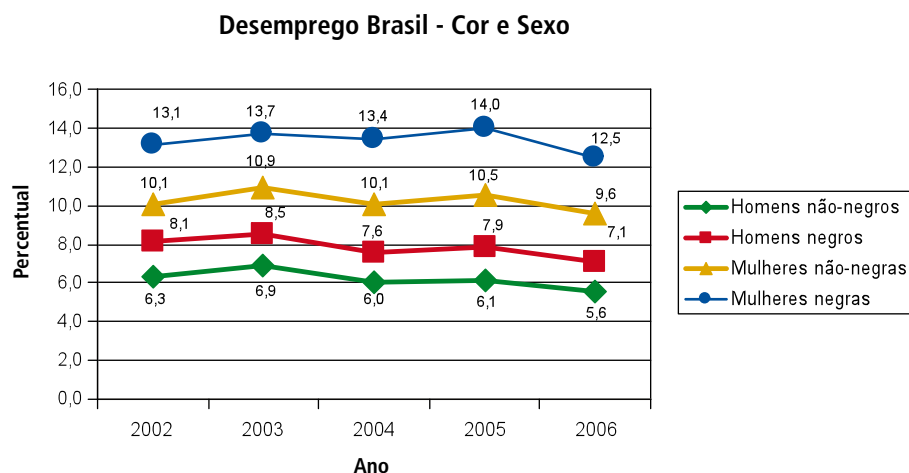
**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** mostrada, na tabela, a divisão entre negros e não-negros. Entre os negros são contados pretos e pardos.

### Dados estatísticos:

Taxa de Desemprego por cor e sexo (mais de 15 anos) - Brasil					
	2002	2003	2004	2005	2006
Homens não-negros	6,3	6,9	6,0	6,1	5,6
Homens negros	8,1	8,5	7,6	7,9	7,1
Mulheres não-negras	10,1	10,9	10,1	10,5	9,6
Mulheres negras	13,1	13,7	13,4	14,0	12,5

Fonte: IBGE - PNAD



**Índice de Referência:** ver coluna referente ao ano 2006 na tabela acima.

### 4.3 Renda *per capita* média domiciliar por cor e sexo

**Conceituação:** rendimentos mensais médios domiciliares *per capita* dos brasileiros, com recorte de gênero e raça dos chefes desses domicílios.

**Interpretação:** evidencia o comportamento diferenciado da renda domiciliar de acordo com cor e sexo do chefe dos domicílios brasileiros. O recorte utilizado neste indicador subsidia a implementação de políticas de busca de igualdade de renda.

#### Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas do comportamento desigual de renda, de acordo com cor e sexo;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social e distribuição de renda.

**Limitações:** não permite desagregações dos dados por município.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Método de Cálculo:** média das somas dos rendimentos mensais dos componentes dos domicílios dividida pela quantidade desses componentes, com recorte de gênero e raça do chefe do domicílio.

**Unidade de Medida:** valor monetário em reais, deflacionados pelo INPC para setembro de 2007.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil e Regiões.

**Comentários:** mostrada, na tabela, a divisão entre negros e não-negros. Entre os negros são contados pretos e pardos.

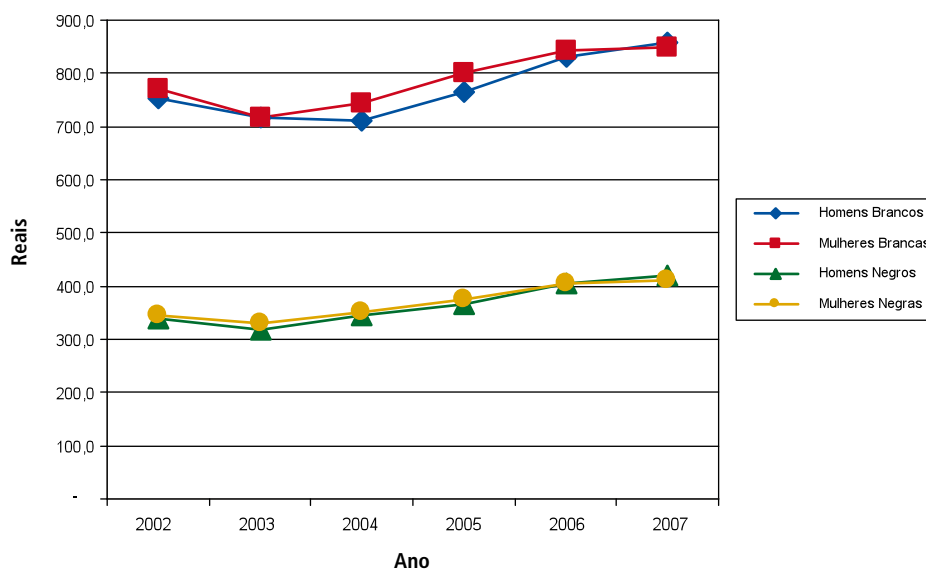
Não foram considerados os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos.

## Dados estatísticos:

	Média da renda domiciliar per capita, segundo sexo e raça do chefe do domicílio																				
	Total							Homens							Mulheres						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
<b>Total</b>	<b>575,8</b>	<b>538,4</b>	<b>549,6</b>	<b>584,5</b>	<b>631,2</b>	<b>642,2</b>	<b>572,5</b>	<b>536,8</b>	<b>543,9</b>	<b>577,7</b>	<b>629,8</b>	<b>645,3</b>	<b>585,5</b>	<b>542,8</b>	<b>565,4</b>	<b>602,3</b>	<b>634,6</b>	<b>635,4</b>			
Norte	406,7	372,6	382,5	393,5	422,1	433,2	416,8	381,0	385,2	391,8	426,6	440,6	381,7	351,6	374,2	398,4	411,0	417,6			
Nordeste	323,1	300,3	322,9	338,3	379,1	386,5	313,0	293,1	312,6	326,3	366,7	377,3	352,9	320,8	350,8	369,0	409,7	406,6			
Sudeste	709,5	656,1	658,7	712,5	763,4	763,0	712,1	655,4	653,9	709,7	772,1	772,1	702,4	657,9	671,4	719,3	743,0	743,3			
Sul	630,5	627,6	655,0	675,1	728,9	759,2	616,5	630,8	651,8	664,6	717,4	762,5	675,3	617,9	664,3	704,9	760,3	751,4			
Centro-Oeste	632,8	569,9	606,8	646,2	695,1	754,9	633,4	565,0	598,0	646,2	691,7	754,3	631,1	585,5	631,6	646,1	704,2	756,3			
<b>Branca</b>	<b>758,0</b>	<b>716,5</b>	<b>718,9</b>	<b>775,6</b>	<b>833,9</b>	<b>854,7</b>	<b>753,5</b>	<b>716,3</b>	<b>709,8</b>	<b>765,4</b>	<b>829,8</b>	<b>857,0</b>	<b>770,9</b>	<b>717,0</b>	<b>744,0</b>	<b>801,7</b>	<b>844,1</b>	<b>849,5</b>			
Norte	591,6	517,1	557,1	539,6	600,3	612,3	615,0	536,9	567,3	550,7	622,7	634,1	536,7	488,7	528,2	510,5	545,3	567,2			
Nordeste	482,7	446,3	454,0	493,9	540,2	566,7	470,4	435,5	438,1	480,3	511,7	548,5	515,5	474,7	495,3	526,0	608,9	605,0			
Sudeste	864,8	804,6	799,2	881,4	940,0	944,9	865,4	803,4	788,8	870,4	947,0	952,6	862,9	808,0	827,6	908,8	923,0	927,7			
Sul	682,5	681,7	705,8	735,0	795,1	829,5	665,9	685,2	701,6	721,6	778,5	828,3	736,9	670,8	718,1	773,2	841,0	832,2			
Centro-Oeste	855,9	783,0	812,7	850,0	919,7	1.029,6	859,1	779,3	794,5	854,2	923,2	1.028,8	846,4	794,4	861,0	839,1	910,9	1.031,3			
<b>Negra</b>	<b>340,3</b>	<b>320,4</b>	<b>345,9</b>	<b>368,5</b>	<b>405,3</b>	<b>416,9</b>	<b>338,4</b>	<b>316,6</b>	<b>344,2</b>	<b>365,5</b>	<b>405,6</b>	<b>419,1</b>	<b>346,0</b>	<b>331,1</b>	<b>350,7</b>	<b>376,4</b>	<b>404,3</b>	<b>412,2</b>			
Norte	330,9	319,5	319,8	343,4	360,9	374,4	337,3	323,9	321,5	339,3	358,9	377,7	314,8	308,3	314,4	356,2	365,8	367,2			
Nordeste	253,3	241,5	265,3	272,9	312,4	312,0	246,8	237,3	258,2	263,8	307,3	307,5	273,5	254,0	284,8	297,4	325,3	322,0			
Sudeste	410,5	383,0	409,8	442,7	482,2	490,4	413,2	377,9	412,0	447,5	490,4	498,3	403,0	396,7	404,2	431,0	463,1	473,7			
Sul	354,5	360,2	390,8	398,0	447,5	479,0	347,8	362,8	393,6	399,7	447,4	487,8	373,7	352,9	381,8	393,1	447,8	459,4			
Centro-Oeste	447,3	397,3	440,5	476,6	509,5	557,2	450,1	394,8	441,8	474,8	508,1	561,5	438,1	405,2	437,0	481,3	513,3	547,2			

Fonte: IBGE PNAD

### Renda *per capita* - Cor e Sexo



Verifica-se que existe um aumento, no período considerado no gráfico, dos valores médios de renda *per capita*, para todos os grupos considerados.

**Índices de Referência:** ver colunas referentes ao ano 2007 na tabela acima.

#### OUTROS INDICADORES:

- Percentual de Municípios com Oferta de Serviços Sócio-assistenciais em CRAS (ver também OG 10);
- Percentual do Valor de Transferências de Dinheiro Diretas do Governo Federal às Famílias em relação ao PIB (ver também OG 10);
- Indicador de Proteção Social (ver também OG 10).



## 5 – Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional

*SINOPSE: ampliar a cobertura geográfica da infraestrutura de transportes. Promover a diversificação da matriz energética e estimular o desenvolvimento de formas renováveis de energia. Universalizar o acesso às telecomunicações e à comunicação eletrônica. Promover a inclusão digital.*

### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 5:

#### 5.1 Índice de Desempenho Logístico

**Conceituação:** indicador sintético (*Logistic Performance Index - LPI*) formado pela ponderação de índices normalizados medindo a qualidade de transporte de mercadorias no processo de Exportações do Comércio Exterior, como a infraestrutura tecnológica que apoia o processo, a agilidade e expediência aduaneiras, pontualidade e custos de transporte, armazenagem e recepção/ expedição de mercadorias.

**Interpretação:** coloca em evidência os custos e complexidade associados à exportação de mercadorias. O índice é inversamente proporcional a essas variáveis; quanto maior seu valor, maior a qualidade dos processos nessa área.

**Usos:**

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas da baixa qualidade nos processos ligados à exportação de mercadorias;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diminuição dos custos embutidos na exportação de mercadorias.

**Limitações:** falta de controle na formação e ponderação dos fatores formadores do indicador, já que é de origem externa e busca a formação de ranking mundial. Além disso, é um indicador de implantação recente, não permitindo a análise de uma série histórica.

**Fonte:** Banco Mundial.

**Método de Cálculo:** ponderação de qualidade de transporte, infraestrutura tecnológica, expediência aduaneira, pontualidade e custos de transporte, armazenagem e recepção/ expedição de mercadorias. O intervalo possível de valores de resultado situa-se entre 1 e 5.

**Unidade de Medida:** valor absoluto, com decimais, variando entre 1 e 5.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** este índice, por ser de apuração em âmbito internacional, permite comparação e ranking. O país em primeiro lugar no ranking mundial possui um valor de 4,19 (Cingapura) de Índice de Desempenho. Em último lugar, aparece o Afeganistão, com índice de 1,21. (ranking 150)

**Índice de Referência: valor 2,75 (2007); 61ª posição no ranking mundial (2007).**

## 5.2 Relação entre Produção e Demanda Nacionais de Derivados de Petróleo

**Conceituação:** divisão entre Produção e Demanda Nacionais de Derivados de Petróleo na forma de percentual.

**Interpretação:** o valor de 100 mostra o equilíbrio entre a produção e a demanda desses produtos. Valores menores do que 100 evidenciam demanda não atendida, com dependência de complementos de fornecimento externo ao país.

### Usos:

- destacar a necessidade de aumento de produção e de investimentos no setor, bem como a busca de alternativas de atendimento à demanda.
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à busca de soluções alternativas.

**Fonte:** EPE, MME, Petrobras.

**Método de Cálculo:** Produção Nacional de Derivados de Petróleo multiplicada por 100 e dividida pela Demanda Nacionais de Derivados de Petróleo, no período de um ano.

**Unidade de Medida:** Percentual.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Índice de Referência: 94 (2007).**

## 5.3 Densidade telefônica (fixa; móvel)

**Conceituação:** quantidade de telefones por grupo de 100 habitantes.

**Interpretação:** evidencia a capacidade de acesso aos meios de comunicação telefônica.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social pela comunicação telefônica.

**Limitações:** imprecisões e restrições inerentes às formas de obtenção dos dados básicos (quantidade de acessos maiores que um para uma pessoa, por exemplo). Não exibe com

exatidão as parcelas (fixa e móvel), embora o fator importante a ser medido por aqui seja a possibilidade de inserção social pela comunicação.

**Fonte:** Ministério das Comunicações (MC).

**Método de Cálculo:** soma dos terminais de telefonia fixa com o de número de acessos de telefonia móvel, multiplicada por 100 e dividida pela população residente no país.

**Unidade de Medida:** unidade emulando percentualidade.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

Índice de Referência: 32,6 (2005).

## 5.4 População com acesso à Internet

**Conceituação:** quantidade de domicílios com acesso à Internet.

**Interpretação:** evidencia o crescimento da demanda de acesso à Internet, facilitando o planejamento de capacidade instalada e estudo de investimento nesse segmento.

**Usos:**

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas do comportamento desigual desse tipo de acesso, de estado para estado;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à estruturação de infraestrutura eficiente de comunicação e inclusão digital.

**Limitações:** não permite desagregações dos dados por município. No caso da coleta de dados CETIC/CGI, tem havido mudanças frequentes na metodologia de tabulação dos dados, que torna complexa a tentativa de formação de séries históricas.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); e Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC) do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI).

**Método de Cálculo:** contagem simples, pesquisa amostral e tabulação estatística.

**Unidade de Medida:** mil unidades.

**Periodicidade:** trimestral no CETIC/CGI; anual na PNAD.

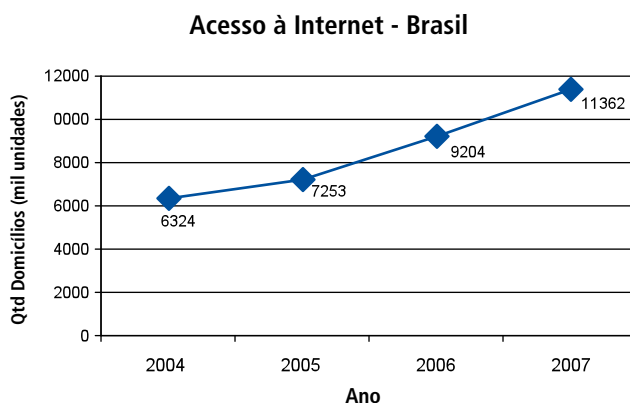
**Abrangência:** Brasil, Estados e Distrito Federal.

**Comentários:** a pesquisa CETIC/CGI considera um espaço amostral onde é considerado o acesso fora do domicílio como, por exemplo, *Lan Houses* e outros locais de acesso público, gratuitos ou não; é, por isso, interessante para verificar aspectos de inclusão digital (vide Objetivos Governamentais 1, 3 e 4). E, sendo de frequência maior, a pesquisa do CETIC/CGI é interessante para o monitoramento mais ágil das tendências; entretanto, pela metodologia adotada e pelo tamanho da amostra utilizada, a margem de erro dos resultados é maior do que na PNAD.

### Dados estatísticos:

Acesso à Internet - Brasil e Unidades da Federação Quantidade de Domicílios (mil unidades)				
	2004	2005	2006	2007
Brasil	6324	7253	9204	11362
Rondônia	22	20	37	55
Acre	7	9	13	21
Amazonas	36	38	56	69
Roraima	4	5	7	13
Pará	59	63	84	117
Amapá	6	10	8	13
Tocantins	14	16	20	31
Maranhão	38	30	69	81
Piauí	30	34	35	53
Ceará	90	96	138	177
Rio Grande do Norte	46	58	65	93
Paraíba	48	65	72	84
Pernambuco	131	148	189	233
Alagoas	33	37	52	54
Sergipe	36	33	49	67
Bahia	190	214	287	406
Minas Gerais	552	646	891	1111
Espírito Santo	123	145	178	236
Rio de Janeiro	854	942	1236	1495
São Paulo	2357	2760	3365	4054
Paraná	482	549	650	820
Santa Catarina	278	356	461	538
Rio Grande do Sul	469	512	665	774
Mato Grosso do Sul	56	74	92	117
Mato Grosso	55	69	80	109
Goiás	129	131	176	256
Distrito Federal	177	194	229	285

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios



Acesso Internet - Pessoas por Região (%)		
	2006	2007
TOTAL BRASIL	33	41
SUDESTE	37	43
NORDESTE	22	33
SUL	36	46
NORTE	26	32
CENTRO-OESTE	39	45

Fonte CETIC/CGI

Internet - Local de Acesso (%)		
	2006	2007
Casa	40	40
Trabalho	24	24
Escola	16	15
Casa de Outra Pessoa	16	24
Centro Público Acesso Pago	30	49
Centro Público Acesso Gratuito	3	6
Outros	2	2

Nota: Modos de Acesso concomitantes e não-exclusivos

Fonte: CETIC/CGI

Por esta última tabela, pode-se verificar aumento significativo nas modalidades de acesso a partir de Centros Públicos e de domicílios de terceiros.

**Índice de Referência: 11.362 mil domicílios (2007).**

### 5.5 Percentual de domicílios da zona rural atendidos em energia elétrica

**Conceituação:** número de domicílios no meio rural atendidos em energia elétrica multiplicado por 100 e dividido pelo total de domicílios no meio rural.

**Interpretação:** evidencia a tentativa de universalização do fornecimento de energia elétrica domiciliar em território brasileiro.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento de oportunidades de inclusão social através do acesso a energia elétrica domiciliar.

**Limitações:** não permite desagregações dos dados por município. Como até 2003 a PNAD não pesquisava o espaço da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, a série histórica – para efeito de energia elétrica em meio rural – somente é mostrada a partir de 2004.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Método de Cálculo:** número de domicílios no meio rural atendidos em energia elétrica multiplicado por 100 e dividido pelo total de domicílios no meio rural.

**Unidade de Medida:** porcentagem.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil, Estados e Distrito Federal.

**Comentários:** escolhida zona rural por conta da universalização quase absoluta do fornecimento de energia elétrica nos domicílios em meio urbano, que diminui a sensibilidade do indicador.

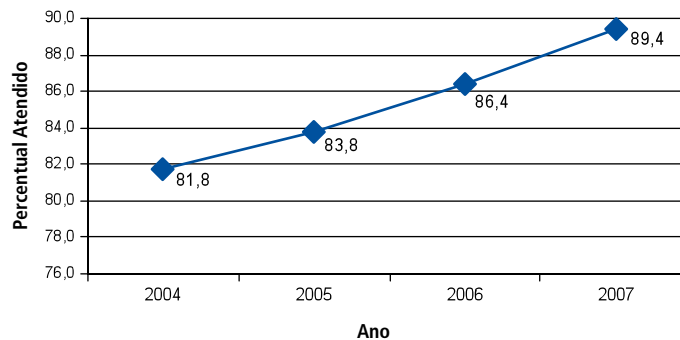
**Dados estatísticos:**

Domicílios rurais com acesso a Energia Elétrica (%)				
	2004	2005	2006	2007
Brasil	81,8	83,8	86,4	89,4
Rondônia	77,0	79,9	80,3	88,6
Acre	50,0	51,1	60,5	62,2
Amazonas	61,6	68,6	68,7	77,7
Roraima	66,7	66,7	73,7	81,0
Pará	60,8	62,7	66,8	72,2
Amapá	66,7	77,8	60,0	77,8
Tocantins	47,4	51,0	62,8	70,7
Maranhão	53,7	51,7	63,1	68,7
Piauí	66,4	69,4	68,7	72,7
Ceará	81,6	84,9	88,4	89,1
Rio Grande do Norte	89,3	91,9	95,8	95,4
Paraíba	93,4	92,7	94,1	96,1
Pernambuco	90,0	91,5	92,9	95,9
Alagoas	87,3	89,5	89,3	90,5
Sergipe	80,4	82,5	87,9	92,8
Bahia	67,9	74,0	77,7	83,3
Minas Gerais	88,3	88,9	91,8	95,2
Espírito Santo	97,5	99,4	99,4	99,4
Rio de Janeiro	99,3	97,5	99,3	99,4
São Paulo	99,0	98,9	98,9	99,7
Paraná	92,7	94,5	95,3	96,2
Santa Catarina	98,7	99,3	99,3	99,7
Rio Grande do Sul	95,1	95,5	96,3	98,3
Mato Grosso do Sul	93,3	98,0	96,8	97,9
Mato Grosso	72,3	77,1	81,3	83,8
Goiás	89,1	94,0	95,8	95,6
Distrito Federal	93,9	100,0	97,4	100,0

Nota: a estranheza nas variações dos valores ano a ano em algumas UF's é causada pela pequena quantidade de domicílios rurais amostrados.

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

### Energia Elétrica Domiciliar Rural - Brasil



**Índice de Referência: 89,4 (2007).**

### 5.6 Percentual dos Municípios Brasileiros com Serviços de Radiodifusão

**Conceituação:** quantidade de municípios com serviço de radiodifusão próprio no território nacional.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à inclusão e participação social.

**Fonte:** Secretaria de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações.

**Método de Cálculo:** número de municípios com serviço de radiodifusão multiplicado por 100, dividido pelo total de municípios do país.

**Unidade de Medida:** percentagem.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Índice de Referência: 56 (2007).**

### 5.7 Participação percentual de Fontes Renováveis na Oferta Interna de Energia

**Conceituação:** relação entre a oferta de energia renovável e a Oferta Interna de Energia, multiplicada por 100.

**Interpretação:** os esforços governamentais correm na direção de aumentar a oferta de energia a partir de fontes renováveis. Essa é a forma mais adequada de se promover a sustentabilidade e a correção ecológica do uso da energia.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diversificação de formas de energia renováveis na matriz energética nacional.

**Fonte:** Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ministério de Minas e Energia (MME).

**Método de Cálculo:** quantidade total de oferta de energia renovável, em todas as suas formas, multiplicada por cem e dividida pelo total da Oferta Interna de Energia.

**Unidade de Medida:** porcentagem.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Índice de Referência:** 45 (2006).

## 6 – Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional

*SINOPSE: Aprofundar a promoção de políticas públicas, de maneira integrada, a partir das realidades regionais e locais, levando a um novo modelo de desenvolvimento, o qual alia objetivos de desenvolvimento econômico (eficiência e competitividade) a objetivos de desenvolvimento social, ambiental e territorial (equidade, sustentabilidade e coesão).*

### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 6:

#### 6.1 Índice de Desenvolvimento Social Regional

**Conceituação:** média aritmética de três dimensões normalizadas: IDS-Renda, IDS-Saúde e IDS-Educação.

**Interpretação:** das três dimensões que devem ser analisadas para o planejamento de políticas públicas de combate às desigualdades (setorial, regional e social), este indicador tenta abranger duas: a regional e a social. A maximização do mesmo, cuja situação ideal é aferida pelo valor 1, deve ser buscada, independente das diferenças entre as regiões. E, quanto mais próximos estão os índices uns dos outros – de região para região –, tanto menor é a desigualdade.

#### Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas das desigualdades regionais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades regionais.

**Fonte:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



**Método de Cálculo:** média aritmética de três dimensões normalizadas entre zero e um: IDS-Renda (rendimento médio mensal familiar *per capita*), IDS-Saúde (esperança de vida ao nascer, percentual de domicílios com canalização interna de água, percentual de domicílios com esgoto ligado à rede de coleta) e IDS-Educação (taxa de alfabetização, média de anos de estudo da população ocupada).

**Unidade de Medida:** valor decimal com variação entre zero e um.

**Periodicidade:** anual

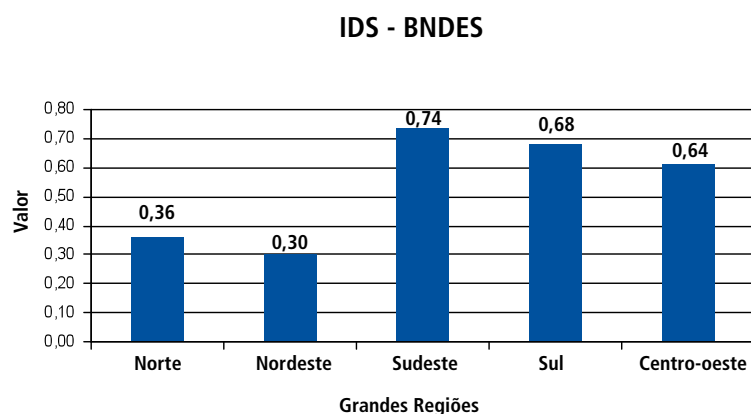
**Abrangência:** Grandes Regiões.

**Comentários:** o índice mais recente, publicado pelo BNDES, é o de 2005, embora o Banco pretenda promover sua aferição anualmente, de modo regular.

**Dados estatísticos:**

IDS - BNDES (Regiões)	
	2005
Norte	0,36
Nordeste	0,30
Sudeste	0,74
Sul	0,68
Centro-oeste	0,61

Fonte: Secretaria de Assuntos Econômicos / BNDES



**Índices de Referência:** ver tabela (2005).

## 6.2 Índice de Convergência Competitiva

**Conceituação:** relação entre o percentual de participação do estado ou região mais competitivo no PIB e o percentual de participação do estado ou região menos competitivo no PIB.

**Interpretação:** mostra a diferença de desenvolvimento entre Estados da Federação ou entre as Grandes Regiões geográficas do país.

### Usos:

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas das desigualdades regionais;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades regionais.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Contas Regionais.

**Método de Cálculo:** percentual de participação do estado ou região mais competitivo no PIB dividido pelo percentual de participação do estado ou região menos competitivo no PIB.

**Unidade de Medida:** unidade.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Regiões, Estados e Distrito Federal.

**Comentários:** tomada por Região mostra mais sensibilidade do que a tomada por Estado.

### Dados estatísticos:

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB					
ESTADOS E REGIÕES					
	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Norte</b>	<b>4,7</b>	<b>4,8</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>5,1</b>
Rondônia	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
Pará	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
<b>Nordeste</b>	<b>13,0</b>	<b>12,8</b>	<b>12,7</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>
Maranhão	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0

continua...

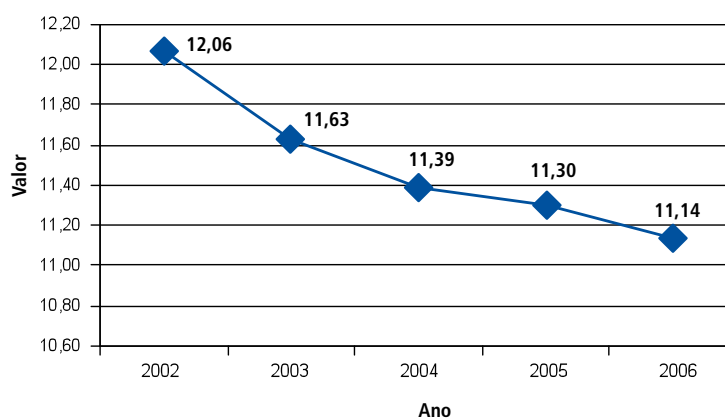
...continuação

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB					
ESTADOS E REGIÕES					
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
Paraíba	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1
<b>Sudeste</b>	<b>56,7</b>	<b>55,8</b>	<b>55,8</b>	<b>56,5</b>	<b>56,8</b>
Minas Gerais	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1
Espírito Santo	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2
Rio de Janeiro	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6
São Paulo	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9
<b>Sul</b>	<b>16,9</b>	<b>17,7</b>	<b>17,4</b>	<b>16,6</b>	<b>16,3</b>
Paraná	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8
Santa Catarina	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9
Rio Grande do Sul	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8,8</b>	<b>9,0</b>	<b>9,1</b>	<b>8,9</b>	<b>8,7</b>
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0
Mato Grosso	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4
Distrito Federal	3,8	3,7	3,6	3,7	3,8

Fonte: IBGE Contas Regionais do Brasil

Convergência Competitiva					
	2002	2003	2004	2005	2006
Região	12,06	11,63	11,39	11,30	11,14
Estado	173,00	170,50	165,50	169,50	169,50

## Convergência Competitiva - Regiões



Índice de Referência: 11,14 (2006).

### 6.3 Índice de Desenvolvimento Humano (por região)

**Conceituação:** índice sintético construído a partir de indicadores normalizados de educação, longevidade e renda.

**Interpretação:** como média de valores entre zero e um, o valor de escala do IDH também varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor é a qualidade de vida da população da região.

**Usos:**

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas das desigualdades regionais.
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades regionais.

**Fonte:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

**Método de Cálculo:** média aritmética de indicadores normalizados de zero a um de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*).

**Unidade de Medida:** valor decimal entre 0 e 1.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil, Regiões, Estados e Distrito Federal.

**Comentários:** o IDH é um indicador de natureza estrutural, por isso pouco sujeito a alterações no curto prazo. Nessa perspectiva, importa analisar as tendências dos IDH regionais, que revelam o processo de redução das desigualdades no grau de desenvolvimento humano entre as regiões.

**Dados estatísticos:**

IDH Brasil, grandes regiões e unidades da federação			
	2005	2006	2007
<b>Brasil</b>	<b>0,794</b>	<b>0,803</b>	<b>0,816</b>
<b>Região Sul</b>	<b>0,829</b>	<b>0,837</b>	<b>0,850</b>
<b>Região Sudeste</b>	<b>0,824</b>	<b>0,835</b>	<b>0,847</b>
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>0,815</b>	<b>0,824</b>	<b>0,838</b>
<b>Região Norte</b>	<b>0,764</b>	<b>0,772</b>	<b>0,786</b>
<b>Região Nordeste</b>	<b>0,720</b>	<b>0,733</b>	<b>0,749</b>
1 Distrito Federal	0,874	0,882	0,900
2 Santa Catarina	0,840	0,848	0,860
3 São Paulo	0,833	0,842	0,857
4 Rio de Janeiro	0,832	0,846	0,852

continua...

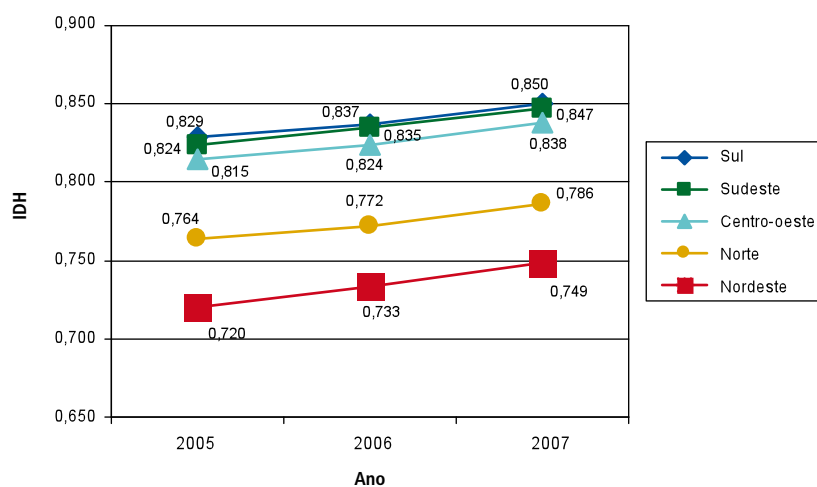
...continuação

IDH Brasil, grandes regiões e unidades da federação			
5 Rio Grande do Sul	0,832	0,840	0,847
6 Paraná	0,820	0,827	0,846
7 Mato Grosso do Sul	0,802	0,815	0,830
8 Minas Gerais	0,800	0,813	0,825
9 Goiás	0,800	0,807	0,824
10 Espírito Santo	0,802	0,808	0,821
11 Mato Grosso	0,796	0,804	0,808
12 Amapá	0,780	0,789	0,800
13 Amazonas	0,780	0,784	0,796
14 Tocantins	0,756	0,769	0,784
15 Rondônia	0,776	0,779	0,784
16 Roraima	0,750	0,784	0,782
17 Pará	0,755	0,764	0,782
18 Acre	0,751	0,763	0,780
19 Sergipe	0,742	0,756	0,770
20 Bahia	0,742	0,754	0,767
21 Rio Grande do Norte	0,738	0,742	0,753
22 Paraíba	0,718	0,729	0,752
23 Ceará	0,723	0,731	0,749
24 Pernambuco	0,718	0,733	0,742
25 Piauí	0,703	0,721	0,740
26 Maranhão	0,683	0,707	0,724
27 Alagoas	0,677	0,700	0,722

Fonte: PNUD (dados preliminares 2007)

Os estados e regiões estão ordenados por ordem decrescente de IDH.

## IDH Grandes Regiões



Índice de Referência: ver coluna referente a 2007 na tabela acima.

## OUTROS INDICADORES:

- População com acesso à Internet (ver também OG 5) ;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (ver também OG 3);
- Domicílios rurais com acesso a Energia Elétrica (ver também OG 5);
- Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Aprovados no Âmbito da CIMGC (ver também OG 2);
- Desmatamento Anual da Amazônia Legal (ver também OG 2).

## 7 – Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana

*SINOPSE: diversificar parcerias comerciais. Financiar exportações. Integrar programas de desenvolvimento tecnológico e social com países vizinhos. Desenvolver estrutura viária de integração sul-americana.*

### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 7:

#### 7.1 Investimentos Externos Diretos do Brasil em outros mercados

**Conceituação:** valor total dos investimentos do Brasil em processos produtivos do mercado externo no ano.

**Interpretação:** evidencia a influência do capital nacional no mercado internacional. Existem outras formas de aplicação, como os Investimentos em Carteira, os Derivativos e os Depósitos, por exemplo. Mas a aplicação em processos produtivos é mais significativa, tanto pelo valor quanto pela consequência social.

**Fonte:** Banco Central do Brasil (BACEN).

**Método de Cálculo:** valor total dos investimentos diretos somados ao valor total dos empréstimos *intercompanhia* do Brasil no mercado externo ao ano.

**Unidade de Medida:** moeda, em milhões de dólares.

**Periodicidade:** anual.

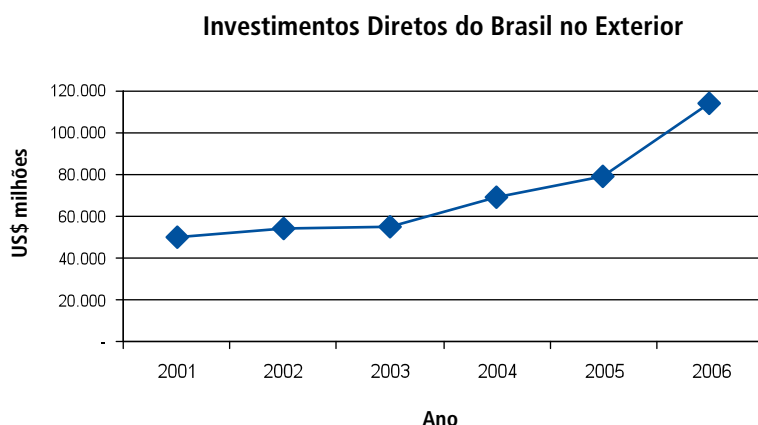
**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** o valor total de Capitais Brasileiros no exterior foi de 152.214 milhões de dólares em 2006.

**Dados estatísticos:**

Investimento Direto Brasileiro no Exterior						
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Valor (US\$ milhões)	49.689	54.423	54.892	69.196	79.259	114.175

Fonte: BACEN

**Índice de Referência: 114.175 (2006).****7.2 Investimentos Externos Diretos oriundos de outros mercados no Brasil**

**Conceituação:** valor total dos investimentos externos em processos produtivos do Brasil ao ano.

**Interpretação:** evidencia a capacidade de o Brasil atrair capital não-especulativo, empregado em processos produtivos e, portanto, mais importante pelas consequências sociais internas.

**Fonte:** Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) / Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Banco Central do Brasil (BACEN).

**Método de Cálculo:** Soma total dos investimentos externos, a partir dos países de origem, em processos produtivos do Brasil ao ano.

**Unidade de Medida:** moeda, em milhões de dólares.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** Além dos totais de investimentos externos diretos, é mostrada uma tabela com os países de origem com maior participação no segmento.

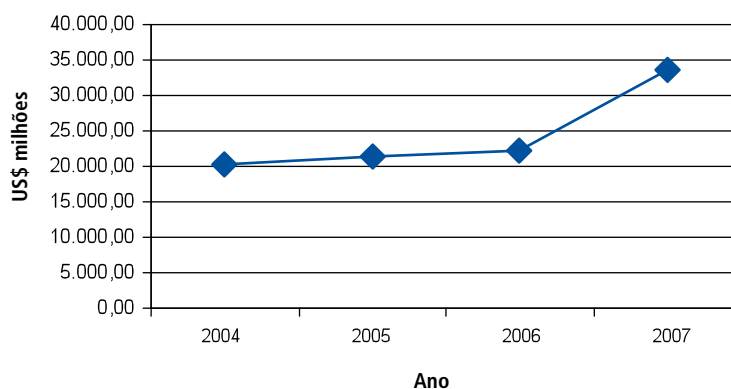
**Dados estatísticos:**

Investimentos Externos Diretos no Brasil (por origem)				
	2004	2005	2006	2007
Países Baixos	7.704,85	3.207,92	3.494,94	8.116,13
Estados Unidos	3.977,83	4.644,16	4.433,68	6.039,19
Luxemburgo	746,94	139,10	745,09	2.855,30
Espanha	1.054,93	1.220,43	1.513,74	2.163,52
Alemanha	794,73	1.269,32	848,27	1.756,78
Ilhas Cayman	1.521,80	1.078,17	1.974,39	1.604,47
Bermudas	210,94	38,92	514,68	1.497,57
França	485,86	1.458,41	744,59	1.214,40
Reino Unido	275,36	153,26	395,18	1.003,54
Suíça	364,58	341,54	1.631,01	858,58
Canadá	592,54	1.435,32	1.285,51	818,35
Chile	21,80	102,68	26,74	715,76
Ilhas Bahamas	98,35	87,83	63,01	602,66
Austrália	5,86	926,04	116,96	493,77
Portugal	570,20	334,62	300,31	468,08

Nota: Os 15 países de origem com maior participação em 2007, classificados em ordem decrescente de valor em 2007 (US\$ milhões)  
Fonte: Banco Central

INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS NO BRASIL (TOTAL)				
Ano	2004	2005	2006	2007
US\$ milhões	20.265,34	21.521,57	22.231,30	33.704,58

Fonte: Banco Central

**Investimentos Externos Diretos no Brasil - TOTAL**

**Índice de Referência: 33.704 (2007).**

**7.3 Trocas Comerciais (Balança Comercial e Fluxo de Comércio)**

**Conceituação:** Corrente Comercial (ou Fluxo de Comércio) é a soma dos valores de Exportações e Importações; Balança Comercial é a diferença entre Exportações e Importações.



**Interpretação:** evidencia a importância do Brasil como parceiro comercial para os diversos Blocos Econômicos mundiais, no Fluxo de Comércio, além de mostrar também, pela Balança Comercial, a capacidade de obter vantagem comercial nesses Blocos Econômicos.

**Fonte:** Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) / Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

**Método de Cálculo:** Balança Comercial é igual ao valor total das exportações brasileiras subtraído do valor total das importações, no mesmo período. Fluxo de Comércio é igual à soma do valor total das exportações brasileiras com o valor total das importações, no mesmo período.

**Unidade de Medida:** moeda, em milhões de dólares.

**Periodicidade:** anual.

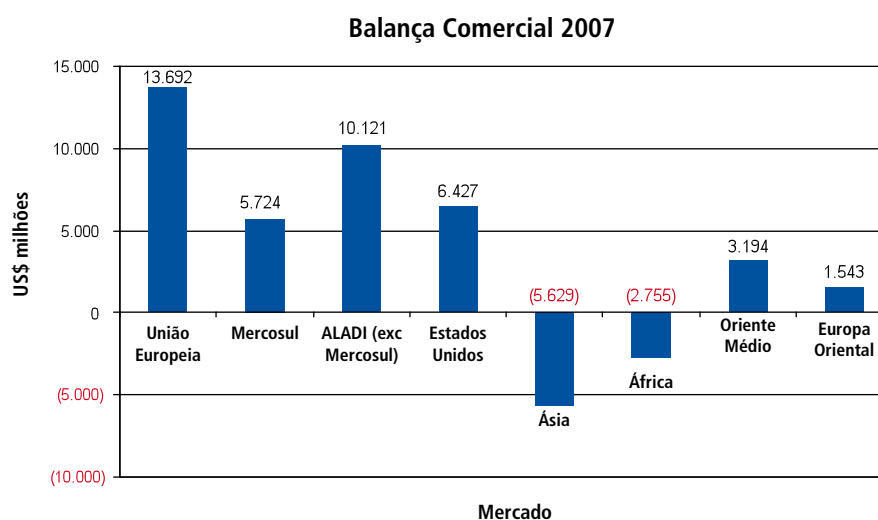
**Abrangência:** Brasil.

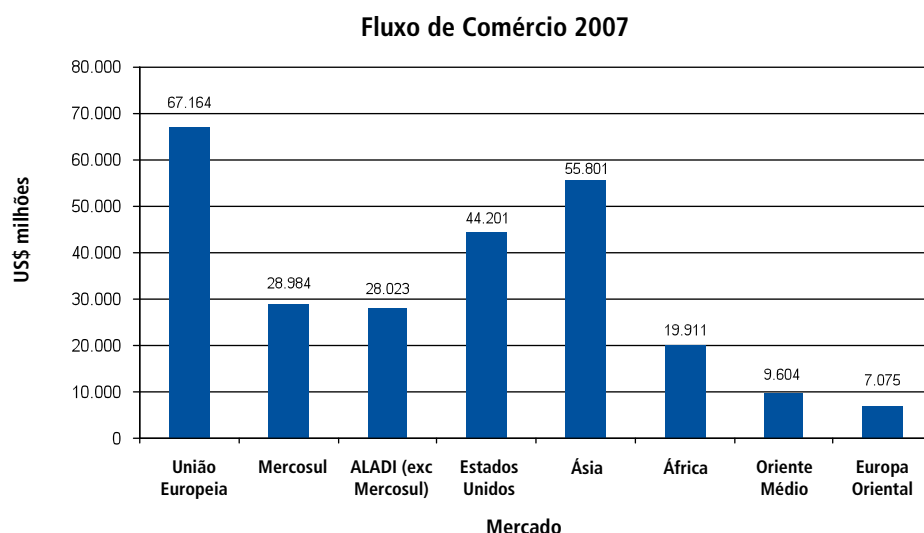
**Comentários:** a tabela de referência tem recorte por Bloco Econômico.

**Dados estatísticos:**

Comércio Exterior Brasileiro 2007 (US\$ milhões)				
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Fluxo Comercial
<b>Principais Mercados</b>				
União Europeia	40.428	26.736	13.692	67.164
ALADI	36.426	20.581	15.845	57.007
- Mercosul	17.354	11.630	5.724	28.984
- Demais Países (exceto Mercosul)	19.072	8.951	10.121	28.023
Estados Unidos	25.314	18.887	6.427	44.201
Ásia	25.086	30.715	(5.629)	55.801
África	8.578	11.333	(2.755)	19.911
Oriente Médio	6.399	3.205	3.194	9.604
Europa Oriental	4.309	2.766	1.543	7.075

Fonte: SECEX / MDIC





**Índice de Referência:** ver tabela (2007).

#### 7.4 Participação do Brasil no Comércio Internacional

**Conceituação:** participação das importações e exportações brasileiras sobre o total dos fluxos comerciais do mundo.

**Interpretação:** evidencia a importância do Brasil como parceiro comercial no Fluxo de Comércio mundial.

**Limitações:** é um indicador estrutural e, portanto, possui pouca sensibilidade no curto prazo; entretanto, por ter índice de referência muito baixo, é importante analisar qualquer variação em seu valor.

**Fonte:** Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) / Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

**Método de Cálculo:** Fluxo Comercial brasileiro multiplicado por cem e dividido pelo total de Fluxos Comerciais mundiais.

**Unidade de Medida:** percentagem.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Índice de Referência:** 1,1 (2006).

#### OUTROS INDICADORES:

- Índice de Desempenho Logístico (ver também OG 5);
- Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais (ver também OG 8).

## 8 – Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica

*SINOPSE: fomentar a ampliação do setor privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Apoiar o desenvolvimento e a ampliação de infraestrutura de P&D. Fortalecer o controle da qualidade dos bens e serviços produzidos no país. Reduzir a vulnerabilidade do sistema de Propriedade Intelectual.*

### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 8:

#### 8.1 Número de Depósitos de Patentes de Residentes

**Conceituação:** número de pedidos de patentes do tipo Privilégio de Invenção depositados no INPI, anualmente, por residentes no país.

**Interpretação:** a quantidade de pedidos de patentes tem alta correlação com os esforços de P&D; desse modo, a aferição deste indicador é boa aproximação para a medida de força de criação aplicada à inovação, tanto de produtos quanto de processos.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade sistêmica da economia através da inovação.

**Fonte:** Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

**Método de Cálculo:** contagem direta do número de pedidos de patentes do tipo Privilégio de Invenção depositados no INPI, anualmente, por residentes no país.

**Unidade de Medida:** unidade.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Índice de Referência:** 3866 (2005).

#### 8.2 Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais

**Conceituação:** percentual representativo da participação dos produtos de alta tecnologia nas exportações brasileiras de produtos industriais.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade sistêmica da economia através da inovação.

**Fonte:** Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) / Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

**Método de Cálculo:** valor das exportações de produtos de alta tecnologia multiplicado por cem e dividido pelo valor total das exportações brasileiras de produtos industriais.

**Unidade de Medida:** unidade.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

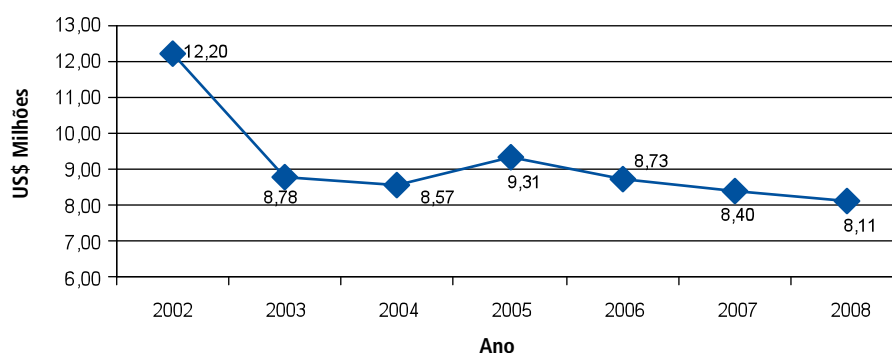
**Comentários:** vê-se, pelo gráfico a seguir, que os produtos de alta tecnologia estão perdendo espaço na pauta de exportações. Na verdade, em termos absolutos, esses produtos tiveram crescimento de 94% entre 2000 e 2007, saltando de 5.935 milhões de dólares para 10.241 milhões de dólares. O total de exportações de produtos industriais, entretanto, no mesmo período, teve um incremento de 191%, o que explica essa perda de participação.

#### Dados estatísticos:

Produtos de Alta Tecnologia nas Exportações de Produtos Industriais (US\$ milhões FOB)							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Produtos de Alta Tecnologia</b>	5.935	5.135	6.610	8.757	9.364	10.241	11.507
<b>Produtos Industriais</b>	48.652	58.504	77.137	94.016	107.320	121.908	141.890
<b>% Alta Tecnologia</b>	12,20	8,78	8,57	9,31	8,73	8,40	8,11

Fonte: SECEX MDIC

**Participação de Produtos de Alta Tecnologia nas Exportações de Produtos Industriais**



**Índice de Referência: 8,40 (2007).**

## 9 – Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos

*SINOPSE: promover a queda da criminalidade. Aperfeiçoar o sistema de ressocialização dos apenados. Combater a corrupção. Ampliar o acesso da população à justiça.*

### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 9:

#### 9.1. Taxa de Homicídios

**Conceituação:** quantidade de óbitos por homicídios dentro de uma parcela normalizada de população do país.

**Interpretação:** evidencia o modo como está se comportando a variação dos homicídios.

**Usos:**

- destacar a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre as causas da perturbação da ordem legal;
- subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas ao aumento da segurança pública.

**Limitações:** não representa todas as formas de violência.

**Fonte:** Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Ministério da Saúde (MS).

**Método de Cálculo:** quantidade de óbitos por homicídios multiplicada por 100.000 dividida pela população total do país.

**Unidade de Medida:** unidade.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** medida compatível com parâmetros internacionais, permitindo a comparação da situação de segurança pública do Brasil com a de outros países.

**Dados estatísticos:**

Taxa de Homicídios - Brasil						
(para cada 100 mil habitantes)						
2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
26,7	27,8	28,4	28,9	27,0	26,1	25,4

Fonte: SIM/SVS/MS

**Índice de Referência: 25,4 (2006).****9.2 Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema**

**Conceituação:** relação entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema Penitenciário.

**Interpretação:** a diminuição da violência na sociedade passa pela adequada ressocialização dos condenados pela Justiça. Com uma demanda, hoje, muito maior do que o número real de vagas no Sistema Penitenciário, pode-se afirmar que a pessoa condenada dificilmente terá um comportamento que a levará de volta ao convívio social ao término da pena.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas na área de Segurança Pública.

**Fonte:** Departamento Penitenciário Nacional / Ministério da Justiça (MJ).

**Método de Cálculo:** quociente direto entre o valor da lotação nominal do Sistema Penitenciário e a população real do Sistema Penitenciário.

**Unidade de Medida:** valor decimal.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.

**Índice de Referência: 0,681 (2007).**

## 10 – Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização

*SINOPSE: efetivar política pública de proteção social nas áreas de assistência social, saúde e previdência.*

### INDICADORES PRINCIPAIS PARA OG 10:

#### 10.1 Indicador de Proteção Social (ou Indicador de Cobertura Previdenciária da PEA)

**Conceituação:** percentual da população economicamente ativa que possui cobertura previdenciária.

**Interpretação:** evidencia o modo como se está comportando a variação da cobertura previdenciária, que se deseja sempre maior.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas na área de previdência e assistência social.

**Limitações:** não permite desagregações dos dados por município.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

**Método de Cálculo:**  $IPS = ((se+c\_rgps+c\_rpps+n\_b)/(pot))*100$ , onde:

IPS: indicador de proteção social;

se: quantidade de segurados especiais entre 16 e 59 anos;

c\_rgps: quantidade de contribuintes do RGPS entre 16 e 59 anos;

c\_rpps: quantidade de contribuintes do RPPS entre 16 e 59 anos;

n\_b: quantidade de não-contribuintes que são beneficiários da PS;

pot: população ocupada total entre 16 e 59 anos.

**Unidade de Medida:** porcentagem.

**Periodicidade:** anual.

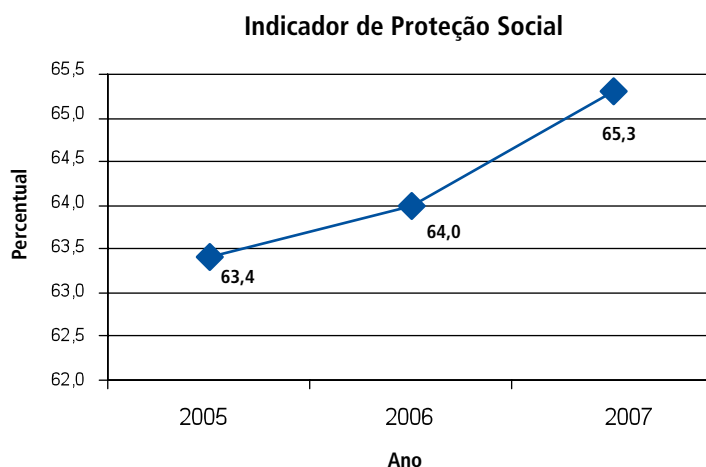
**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** em números absolutos, tomando como base a referência de 2007, do total de 82,47 milhões de brasileiros que formavam a população economicamente ativa, cerca de 53,8 milhões têm cobertura previdenciária. Este número traduz-se num percentual de 65,3%, ainda inferior ao pico de 66,4% de cobertura obtido no ano de 1992.

#### Dados estatísticos:

Indicador de Proteção Social			
Ano	2005	2006	2007
Percentual	63,4	64,0	65,3

Fonte: IBGE PNAD



**Índice de Referência: 65,3 (2007).**

### 10.2 Percentual de Municípios com Oferta de Serviços Socioassistenciais em CRAS

**Conceituação:** percentual de municípios com CRAS co-financiados pelo governo federal.

**Interpretação:** evidencia a expansão da política nacional de assistência social, notadamente da proteção social básica.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas na área de assistência social.

**Fonte:** Secretaria Nacional de Assistência Social / Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

**Método de Cálculo:** quantidade de municípios com CRAS co-financiados pelo governo federal multiplicada por cem e dividida pelo total de municípios do território nacional.

**Unidade de Medida:** percentagem.

**Periodicidade:** anual.

**Abrangência:** Brasil.



**Índice de Referência: 46 (2007).**

### 10.3 Percentual do Valor de Transferências de Dinheiro Diretas do Governo Federal às Famílias em Relação ao PIB

**Conceituação:** relação percentual entre o valor total das transferências de dinheiro diretas do governo federal às famílias e o PIB.

**Interpretação:** evidencia o modo como se estão comportando as transferências de dinheiro às famílias nas áreas de assistência social, previdência social e trabalho.

**Usos:** subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de assistência social, previdência social e trabalho.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Contas Nacionais, Ministério da Previdência Social (MPS) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

**Método de Cálculo:** valor total das transferências de dinheiro diretas do governo federal às famílias multiplicado por cem dividido pelo total do PIB.

**Unidade de Medida:** porcentagem.

**Periodicidade:** anual.

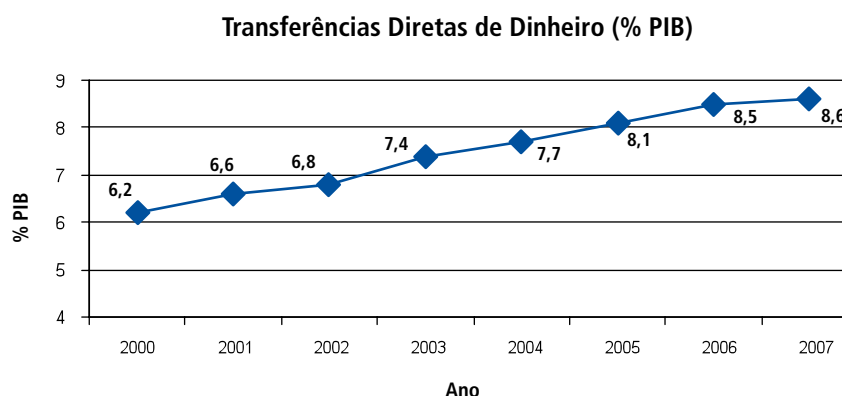
**Abrangência:** Brasil.

**Comentários:** as modalidades de transferência direta de dinheiro às famílias incluídas nessas estatísticas têm origem no Regime Geral da Previdência Social, nos Benefícios de Prestação Continuada, Bolsa Família, Seguro Desemprego e Abono Salarial.

**Dados estatísticos:**

Transferências Diretas de Dinheiro como Percentual do PIB								
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
% PIB	6,2	6,6	6,8	7,4	7,7	8,1	8,5	8,6

Fonte: IBGE – Contas Nacionais, Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho e Emprego.



**Índice de Referência: 8,6 (2007).**





**[www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)**  
**[avaliacaoppa@planejamento.gov.br](mailto:avaliacaoppa@planejamento.gov.br)**

Secretaria de Planejamento  
e Investimentos Estratégicos

Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

